

"A PESTE ROSA" JORNAL DA TARDE DE 01.09 DE 1983; "DOENÇA MISTERIOSA ALASTRA-SE NOS USA" O GLOBO DE 09.02 DE 1983; "AIDS – A PESTE DO SÉCULO XX – DOENÇA CHEGA AO BRASIL E ALARMA COMUNIDADE GAY" C **Alexandre Sebastião Ferrari Soares** MAL DE HOMOSSEXUAIS ATACA OS BRITÂNICOS O GLOBO DE 19.05 DE 1983; "HOMOSSEXUAIS CUBANOS TRANSMITEM A DOENÇA" O GLOBO DE 19.03 DE 1983; "SÍNDROME OU CÂNCER-GAY" A TARDE DE 07.06 DE 1983; "SÍNDROME GAY DEIXA EUROPA AMEDRONTADA" CORREIO BRAZILIENSE DE 06.07 DE 1983; "SÍNDROME GAY LEVA OS AMERICANOS À HISTÉRIA" CORREIO BRAZILIENSE DE 09.07 DE 1983 "A PESTE ROSA" JORNAL DA TARDE DE 01.09

A HOMOSSEXUALIDADE E A AIDS NO IMAGINÁRIO DE REVISTAS SEMANAIS (1985-1990)

DOENÇA" O GLOBO DE 19.03 DE 1983; "SÍNDROME OU CÂNCER-GAY" A TARDE DE 07.06 DE 1983; "SÍNDROME GAY DEIXA EUROPA AMEDRONTADA" CORREIO BRAZILIENSE DE 06.07 DE 1983; "SÍNDROME GAY LEVA OS AMERICANOS À HISTÉRIA" CORREIO BRAZILIENSE DE 09.07 DE 1983. "A PESTE ROSA" JORNAL DA TARDE DE 01.09 DE 1983; "DOENÇA MISTERIOSA ALASTRA-SE NOS USA" O GLOBO DE 09.02 DE 1983; "AIDS – A PESTE DO SÉCULO XX – DOENÇA CHEGA AO BRASIL E ALARMA COMUNIDADE GAY" CORREIO BRAZILIENSE DE 17.06 DE 1983; "MAL DE HOMOSSEXUAIS ATACA OS BRITÂNICOS" O GLOBO DE 19.05 DE 1983; "HOMOSSEXUAIS CUBANOS TRANSMITEM A DOENÇA" O GLOBO DE 19.03 DE 1983; "SÍNDROME OU



Alexandre Sebastião Ferrari Soares

**A Homossexualidade e a AIDS no Imaginário de Revistas Semanais
(1985-1990)**



**2016
TOLEDO - PARANÁ**

©Alexandre Sebastião Ferrari Soares

Coordenação Editorial

Osmar Antonio Conte

Projeto Gráfico e Diagramação

Higor Miranda Cavalcante

Ficha Catalográfica: Mariana Senhorini Caron - CRB9-1462

S676h Soares, Alexandre Sebastião Ferrari

A homossexualidade e a AIDS no imaginário de revistas semanais (1985-1990)/
Alexandre Sebastião Ferrari Soares – Toledo: Editora Fasul, 2016.
195p.

1. AIDS (doença). 2. Homossexualidade. I. Título.

CDD 21.ed. 603.7

ISBN 978-85-89042-42-0

Direitos desta edição reservados à:

Fasul Ensino Superior Ltda

Av. Ministro Cirne Lima, 2565

CEP 85903-590 – Toledo – Paraná

Tel. (45) 3277-4000 - e-mail: fasul@fasul.edu.br

É proibida a reprodução parcial ou total desta obra,
sem autorização prévia do autor ou da editora.

Depósito Legal na Biblioteca Nacional

Divulgação Eletrônica - Brasil - 2016

Os textos assinados, tanto no que diz respeito à linguagem como ao conteúdo, são de inteira responsabilidade dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da Fasul Ensino Superior Ltda. É permitido citar parte dos textos sem autorização prévia, desde que seja identificada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

“Ela remexeu nos bolsos do robe. Tirou uns óculos de hastes remendadas com
esparadrapo, lente rachada.
— Deixa eu te ver melhor — pediu.
Ajeitou os óculos. Ele baixou os olhos. No silêncio, ficou ouvindo o tic-tac do
relógio da sala. Uma barata miúda riscou o branco dos azulejos atrás dela.
— Tu estás mais magro — ela observou. Parecia preocupada. — Muito mais
magro.
— É o cabelo — ele disse. Passou a mão pela cabeça quase raspada. — E a
barba, três dias.
— Perdeu cabelo, meu filho.
— É a idade. Quase quarenta anos. — Apagou o cigarro. Tossiu.
— E essa tosse de cachorro?
— Cigarro, mãe. Poluição.
Levantou os olhos, pela primeira vez olhou direto nos olhos dela. Ela também
olhava direto nos olhos dele. Verde desmaiado por trás das lentes dos óculos,
subitamente muito atentos. Ele pensou: *é agora, nesta contramão*. Quase falou. Mas ela
piscou primeiro. Desviou os olhos para baixo da mesa, segurou com cuidado a cadela
sarnenta e a trouxe até o colo.
— Mas vai tudo bem?
— Tudo, mãe.
— Trabalho?
Ele fez que sim. Ela acariciou as orelhas sem pêlo da cadela. Depois olhou outra
vez direto para ele:
— Saúde? Diz-que tem umas doenças novas aí, vi na tevê. Umas pestes.”

Caio Fernando Abreu (“Linda, uma história horrível”).

DEDICATÓRIA

À Helô e ao Ilton (meus pais).

À minha ex-orientadora e amiga: Bethania Mariani.

Aos amigos de sempre: Vera, Robson, Nanci (as duas), Sil, Kátia, Rodrigo, Rony, Mauro, Vanise, Maria Cláudia, Cláudia Leopoldino, Amanda, Lucília, Lauro, Kitty, Olímpia, Silmara, Monica Zoppi, Pedro de Souza, Cleci, Verli, Lugarinho, Emerson, Bozzetti, Lulu e Elis, Henrique, Tereza, Lúcia, Gil, Ingrid, Dias e Érika, Binha, Léo, Júnior, Ana e Anselmo, Mel, Ricardo Damasceno, Pierre, Luciana, Maria Tereza, D. Tereza, Renato e Ari, Márcio e Fábio, Evellyn, Luís e Marcos, Silvia, Yumie, Edézio, Vandica, Márcia Galegari, Ivonete, Marta, Clarice Lottermann, Roselene, Clarice von Borstel, Rita Félix, Ritinha, Bea, Bia, Izabel, Cattelam, Ciro, Antonio, Ana Maria, Marquinhos, Marcos Blanco e Léo, Bebete e Pedro, Sandroca, Vera Villar, Márcio, Jacicarla, Jucimara, Juscelino, Erik Philipp, Ana Paula, Vinícius, Valdeci, Andréia, Ruth, Marijane, Rosana, Graça, Socorro, Mônica Souza, Narda.

In memoriam: Sebastian, Orlando, Roberto, Dorian, Renatinho e Tão.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
INTRODUÇÃO	11
1 SOBRE A ANÁLISE DE DISCURSO DE ORIENTAÇÃO FRANCESA: PRIMEIRAS OBSERVAÇÕES TEÓRICAS.	21
2 SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE: MEMÓRIA	29
2.1 NO DIA-A-DIA: UM POUCO DE HISTÓRIA	29
2.2 OUTROS DIAS: QUASE HISTÓRIA.....	42
3 SILÊNCIO, ACONTECIMENTO E COMPOSIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	48
3.1 A POLÍTICA DO SILÊNCIO	56
3.1.1 O SILENCIAMENTO DO SUJEITO HOMOSSEXUAL	57
3.2 A AIDS COMO ACONTECIMENTO DISCURSIVO	73
3.3 RESSIGNIFICANDO OS SENTIDOS.....	77
3.4 ORGANIZAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	79
4 ANALISANDO AS SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS	86
4.1 EQUAÇÕES LINGÜÍSTICAS E REGULARIDADES NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DE SENTIDOS.....	109
4.2 AS DENOMINAÇÕES	113
4.3 QUADROS DE DENOMINAÇÕES	118
5 AS FOTOS FALAM E SUSSURRAM	123
6 CARTAS: A TEATRALIZAÇÃO DO EU	145
CONCLUSÃO	160
BIBLIOGRAFIA	172

APRESENTAÇÃO

Poderia parecer que este texto, produzido em 2006, pudesse estar desatualizado em relação ao tema aqui proposto. É verdade que muitos deslocamentos foram produzidos na mídia sobre os homossexuais e, sobretudo, nas ciências em relação à AIDS e suas formas de contaminação, de circulação do vírus HIV, das formas de tratamento e, portanto, daqueles sentidos que na década de 1980/1990 (nas mídias, em geral) relacionavam o homossexual masculino a um portador em potencial do vírus.

No entanto, é importante perceber que mesmo depois de diversos deslocamentos, circulam, em pleno século XXI, discursos sobre “a promiscuidade dos homossexuais”, sobre a sua “duvidosa capacidade de amar alguém do mesmo sexo”, sobre a sua sexualidade “anormal”, circulam também discursos que o aproximam da pedofilia, do pecado e circulam ainda aqueles discursos sobre a homossexualidade ser passível de cura.

E este texto, finalizado em 2006, sobre a década de 1980/1990, é muito atual na medida em que nos possibilita compreender como e por que aqueles velhos/atuais sentidos ainda produzem efeitos nos anos 10 do século XXI em se tratando da homossexualidade. Os discursos sempre partem de um já-dito, de uma memória que, às vezes “esquecida”, continua reproduzindo dizeres.

No século XXI, como eu sinalizei, os homossexuais, na mídia, ocupam espaços nunca antes possíveis para estes sujeitos, mas aqueles velhos discursos da doença, do pecado e da anormalidade não aparecem em um espaço menor nesses mesmos meios de comunicação. Há, certamente, uma resistência imediata dos grupos de defesa dos direitos LGBTTT¹s quando esses sentidos invadem a mídia, mas os homossexuais continuam sem o direito de simplesmente não serem objetos das especulações alheias.

Ele não é definitivo em relação ao tema proposto, mas uma leitura possível a partir do recorte feito sobre a homossexualidade e a AIDS na imprensa, durante a segunda metade da década de 1980, com o auxílio teórico da Análise de Discurso Francesa.

¹ Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.



Os capítulos propostos no sumário estão distribuídos da seguinte forma: na introdução apresento de forma geral o que pretendo com esse texto e a linha teórica que me orienta na análise dos dados.

Em seguida escrevo sobre a concepção francesa de Análise do Discurso: seus pressupostos teóricos e a construção de uma nova concepção de linguística que envolve os processos ideológicos subjacentes aos discursos e as suas relações com o sujeito do discurso.

Na sequência, escrevo sobre a homossexualidade, nele apresento alguns fragmentos de textos que denominam os homossexuais e analisam a sua conduta sexual: são textos que reproduzem e analisam conceitos religiosos numa perspectiva histórica (entendido aqui não como cronologia, mas como historicidade: produção simbólica que organiza sentidos na linguagem para as relações presentes em uma formação social); textos médicos (de revistas especializadas em saúde); jurídicos (leis que calam ou que fazem referência explícita à homossexualidade, tais como os Códigos Penal Brasileiro e Militar).

A segunda parte desse capítulo é sobre a AIDS, principalmente no Brasil (nos anos de 1980 e início dos anos 1990). O título “Outros dias: Quase história” foi escolhido por se tratar de discursos recentes e não ser possível, portanto, saber que sentidos ficarão na memória, como irão se acomodar ou de que maneira se cristalizarão quando da história da AIDS no Brasil e no mundo.

Depois, em Silêncio, Acontecimento e composição do corpus, apresento alguns conceitos que usarei no decorrer do trabalho: *a política do silenciamento, formação discursiva, formação ideológica, posição-sujeito, discurso, esquecimentos, sítios de significância, acontecimento discursivo etc.* Ainda nesse capítulo apresento a organização e a composição do *corpus* da pesquisa.

Nos capítulos seguintes, apresento a análise do *corpus*:

- a) a análise das sequências discursivas;
- b) as *denominações* sobre AIDS, homossexualidade, sobre os doentes *etc.* e
- c) a análise das fotografias que acompanham os textos das revistas que fazem parte do *corpus* desse trabalho. Apresento nesse capítulo uma discussão em torno da polêmica sobre o que uma fotografia representa: 1. Se ela é um espelho da



realidade; 2. Se apenas toca a realidade em relação ao seu referente ou 3. Se ela constrói a realidade.

d) e, fechando o capítulo das análises, as cartas dos leitores enviadas à redação das revistas *comentando* as matérias sobre AIDS/homossexualidade.

Finalmente, a conclusão do trabalho e a bibliografia usada neste trabalho.

Acredito que a pesquisa mostre também um pouco de quem sou: não se escolhe (pelo menos, em tese) um tema para um trabalho de aproximadamente quatro anos (um doutorado) sem que ele tenha alguma relação com o pesquisador.

Quanto ao objeto de análise, os processos de significação da homossexualidade e da AIDS nos textos das revistas semanais (*Veja*, *Istoé* e *Superinteressante*), são, posso dizer, uma retomada do que se mostrava como sendo evidências/informações². Por muitos anos, sobretudo na adolescência e até um pouco mais adiante, tudo o que fazia sentido para mim sobre a minha sexualidade partia (principalmente) da leitura desses textos. Deles, na posição de leitor, eu *extraía* as informações/evidências/naturalizações/cristalizações e *construía* um perfil do que seria um “*homossexual*”, “*gay*”, “*veado*”. “*bicha*” *etc.*

O pesquisador filiado a AD não se encontra fora da *história*, do *simbólico* ou da *ideologia*. Ele se coloca em uma posição deslocada que permite observar o processo de produção de sentidos e suas condições.

Há em minha memória uma relação bastante grande entre as evidências/informações encontradas nos textos lidos e a experiência de minha adolescência nas escolas por onde passei, com os amigos que dividiram comigo os conflitos próprios de um adolescente que não entendia muito bem o que era ser homossexual além dos sentidos cristalizados: *doente*, *anormal* ou simplesmente *diferente de TODAS as outras pessoas*.

² Adiantando algumas questões teóricas, vale dizer que *Informação* (e as evidências de sentidos) concebida como produção de sentido e não linguagem como instrumento de comunicação de informações, **Pêcheux recusa completamente a concepção da linguagem que a reduz a um instrumento de comunicação de significações que existiriam e poderiam ser definidas independentemente da linguagem**, isto é, “informações”. Esta teoria ou **concepção da linguagem é, para ele, uma ideologia cuja função nas “ciências humanas e sociais” (onde ela é dominante) é justamente mascarar sua ligação com a prática política, obscurecer esta ligação** e, ao mesmo tempo, colocar estas ciências no prolongamento das ciências naturais. (GADET e HAK: 1993, 25, grifos nossos).



E percebo que nos textos lidos, nas análises feitas ou nas conclusões desse trabalho, encontro um pouco daquilo tudo, de uma maneira bem mais tranquila, mas não menos inquietante.

A escola francesa de análise do discurso me permitiu compreender o porquê de alguns “velhos” sentidos sobre a homossexualidade ecoarem (significando) outra vez durante esses primeiros anos da descoberta da epidemia da *AIDS* no Brasil e no mundo.

E aqui nesse trabalho apresento “uma” leitura desse período.



“Ele não conhecia minha vida e eu não lhe disse nada. Quando não se é suspeito de ser bicha ou viciado, simplesmente não se tem o direito de ter AIDS”.

Pollak



INTRODUÇÃO

O propósito deste trabalho é analisar, segundo as concepções da escola francesa de análise do discurso, os sítios de significância (ORLANDI: 1996, 15) que foram se estabelecendo na imprensa sobre o homossexual e sobre a relação deste com a AIDS.

Destaco os seguintes autores, usados para a fundamentação teórica dessa pesquisa: **PÊCHEUX** 1969, 1995, 2002; **ORLANDI** 1983, 1984, 1988, 1996, 1997, 2001 e 2002; **FOUCAULT** 1979, 1987, 1988, 1996, 1999, 2004 e 2005; **MARIANI** 1998, 1999, 2001 e 2005; **SOUZA** 1997; **TREVISAN** 2000, dentre outras obras.

A história da homossexualidade se confunde com a história da própria humanidade, e tão natural quanto essa questão é o que se diz (a partir do século XIX, segundo FOUCAULT: 1988) cotidianamente a respeito dos homossexuais: *doentes, anormais, pervertidos, criminosos etc.* Esses dizeres tornaram-se de tal forma familiares que não havia o que se pensar além dos sentidos cristalizados a partir deles.

Os homossexuais³ apenas ocupavam o espaço da terceira pessoa: falava-se deles. Quem eram, como eram, o que faziam e por que faziam. E falava-se com tanta veemência que os sentidos se apresentavam fixos, como se colados nas palavras. E talvez assim o fosse em virtude dos homossexuais não ocuparem uma posição-sujeito para que pudessem falar-se e, portanto, fazer outros sentidos.

As vozes que ocupavam lugares foram se sobrepondo em uma mesma direção a tal ponto que mesmo para os sujeitos homossexuais essa memória do dizer ecoava no mesmo sentido. Era discursivamente impossível se falar da homossexualidade do homem brasileiro, trabalhador, pai de família porque faltava lugar para esse discurso. O sujeito homossexual se dizia a partir do que era dito sobre ele:

Elvira observou que várias vítimas associam a doença a um “castigo divino” e dizem que, **se ficarem boas, deixarão de ser homossexuais**” (Revista *Veja* **A multiplicação do mal: a AIDS se espalha**. – nº 884, de 14 de agosto de 1985, grifos nossos).

³ Estou especificamente falando da questão da homossexualidade no Brasil (sobretudo, da homossexualidade masculina). Nos Estados Unidos, por exemplo, no início dos anos 1970, a história é bastante diferente. Muitos homossexuais começaram a tornar públicas as suas vidas secretas, passando de uma norma histórica de homossexualidade para outra: “Muitos de nós passamos do vergonhoso homossexual para o assertivo *gay* e *lésbica*, tornando o poder dessas palavras o centro de nosso movimento político” (KATZ: 1996, 13).



As *vítimas* na observação de *Elvira*, no fragmento destacado, são homossexuais. Até então os homossexuais eram (talvez ainda sejam) o “grupo alvo” portador em potencial do vírus. E a relação entre estar contaminado e ser homossexual (ou promíscuo, pervertido *etc.*) era (ainda é) o discurso religioso-cristão por excelência em relação ao contágio do *Human Immunodeficiency Virus* (HIV).

O discurso religioso promove: ao redimir-se da condição de ser homossexual, curar-se da doença própria desse estilo de vida. Tornar-se heterossexual: normal, saudável, sem pecados e, por deslizamento, livre da doença relacionada ao *pecado* da homossexualidade: “**se ficarem boas, deixarão de ser homossexuais**”.

A atribuição ao divino (que nega a homossexualidade por ser pecado, doença *etc.*) de um poder de transformação é recorrente no discurso-religioso-cristão. Barganha da fé: promessa que se faz em troca de saúde e/ou de um lugar social.

É interessante perceber na sequência discursiva acima (recorte da revista *Veja*) que o homossexual é tratado como *vítima*. Essa denominação não era comum nas décadas de 1980 e 1990. O homossexual era o responsável pela sua contaminação e também pela propagação do vírus, inclusive os verbos, quase todos, apareciam na forma reflexiva, de forma a confirmar/reforçar a responsabilidade do homossexual sobre a sua condição de portador do vírus.

Um projeto da assembleia legislativa do Rio de Janeiro (rejeitado em 9/12/2004 por 30 votos a 6) pretendia com uma ajuda de custo e muita fé, transformar (os doentes) homossexuais em heterossexuais⁴, projeto proposto pelo então Deputado Estadual Edino Fonseca (PSC/RJ), pastor da Assembleia de Deus.

Este deputado, em entrevista à revista *Época* em 15 de novembro de 2004, em resposta à pergunta sobre como seria feito o tal tratamento:

Sou pastor evangélico da Assembléia de Deus **e como frequentador de templos religiosos observei muitos homossexuais procurando ajuda. Não só devido ao peso de consciência pelos pecados praticados, mas querendo deixar a homossexualidade.** Na Igreja, a alma dessas pessoas é tratada, **mas o problema delas está no psiquê** (sic). **Elas**

⁴ Nessas condições não é preciso adjetivar os heterossexuais de normais/saudáveis (e talvez não precisasse também acrescentar os adjetivos *anormais/doentes* aos homossexuais), porque estava (está) subentendido que eles o sejam.



precisam de tratamento psicológico. Nesse caso, para quem tem dinheiro, é só pagar, mas o pobre não tem como resolver o problema e é dever do estado ajudar a todas as pessoas. (Revista *Época*, ed. 339, 15/11/04, grifos nossos).

Segundo o pastor, são muitos os homossexuais que procuram ajuda nas igrejas. **Não só por conta do peso que carregam em suas consciências** pelos pecados praticados, **mas querendo deixar de ser homossexuais.**

A homossexualidade é, segundo o pastor (*representante de Deus* e representando uma visão cristã a respeito da homossexualidade), um peso que se carrega na consciência (e também no imaginário sobre ele) pelo *pecado* de suas práticas.

A consciência é o reconhecimento do erro e do mal incorporados e, em vista disso, o tratamento psicológico é fundamental para que se consiga a cura do mal e uma vida de acertos. O psicológico é o responsável pela doença e, ao mesmo tempo, uma forma de isentar o “doente”, já que a vontade está além de suas forças e desejo.

As Igrejas Pentecostais não aceitam a homossexualidade. A Católica reconhece o homossexual, mas imputa-lhe a não prática da sua sexualidade. A prática é o pecado. Deve-se resistir ao desejo. E parece que esta posição é ainda muito incoerente, como “aceitar” o homossexual sem a sua sexualidade? Como pensar no homem sem aquilo que também lhe dá humanidade? Essa ideia de “cura” da homossexualidade é recorrente na política brasileira. A Bancada Evangélica (bloco de representantes de igrejas pentecostais) presentes na Câmara dos Deputados Federais, no Senado, na Câmaras Municipais espalhadas por todo Brasil tem se dedicado muito ao tema da sexualidade e proposto alguns projetos que tratam da cura da homossexualidade⁵.

E a uma outra pergunta sobre o amor entre pessoas do mesmo sexo, o deputado responde:

ÉPOCA -Dentro da Igreja Evangélica, gays e lésbicas **são vistos como pessoas que não estão seguindo a orientação que deveriam**, não é verdade?

Fonseca - Sim, **claro.** Dentro da Igreja Evangélica existe a crença de que **todo tipo de amor que não seja entre homem e mulher está fora da normalidade** (grifos nossos).

⁵ Recentemente, publiquei um capítulo de livro que trata exclusivamente desse assunto: Como resistir à memória que nunca esquece? Dos médicos higienistas à AIDS, da doença como merecimento ao discurso da bancada evangélica. (SOARES, 2015).



O pastor então *comenta*⁶ a afirmação feita pela revista: “SIM, CLARO! É exatamente isso que eles fazem, não seguem a orientação como deveriam e por isso estão em desacordo com o que Jesus ensinou. Normal é o amor entre o homem e a mulher, apenas entre esses”.

Segundo o pastor, dentro da Igreja Evangélica existe a tal crença: é natural que se pense dessa forma. Anormal seria a possibilidade de se acreditar que o amor poderia se manifestar de outra maneira.

Num fragmento da revista *Istoé* de 1985 podemos observar que:

Em alguns pontos do centro da cidade há prostitutos e travestis que, até agora, **aparentemente** não estão muito preocupados com a doença. **“AIDS é coisa de gay”, afirma Marcos Antônio Abrão, 25 anos, que se rebatizou “Cláudia Wonder”.** (*Istoé* “AIDS Segunda onda de pânico” nº 429, de 13 de março de 1985, grifos nossos).

Primeiro destacar um sentido possível para o ‘*aparentemente*’ usado na sequência reproduzida acima: a manifestação da AIDS não se dá imediatamente ao contato com o vírus. Esse vírus pode alojar-se no corpo e ficar durante alguns meses, anos, sem se manifestar.

Não está preocupado com a doença (*até agora*) poderia significar também que a contaminação não tinha aquela relação causal entre ser, neste caso, prostituto ou travesti e estar infectado pelo vírus. No entanto, os sentidos naturalizados e que não produzem quaisquer incômodos é o de desleixo tanto em relação à doença, quanto em relação ao fato de continuarem, apesar de tudo, na prostituição. Percebiam que o lugar da travesti é naturalizado em relação ao que ela só poderia estar fazendo. Fala-se em prostituto e em travesti como se fosse possível substituir, tanto um quanto o outro, por profissional do sexo. À travesti cabia apenas este lugar da prostituição nos meios de comunicação de grande circulação no país, nas décadas aqui estudadas. Este lugar cristalizado para as travestis ainda é muito comum no imaginário, porque relaciona-se imediatamente este sujeito com a prostituição.

Depois, segundo a própria matéria, *gay* seria o *cliente*, em geral “passivo” das relações sexuais com os prostitutos ou as travestis. E, ainda de acordo com o artigo, essa

⁶ Falo sobre o conceito de comentário de FOUCAULT (1996) de forma mais detalhada no capítulo em que analiso as cartas enviadas às revistas.



tese, a do risco de contaminação apenas em relação aos *passivos*, se justifica e se sustenta em virtude de que, segundo a reportagem, “os⁷ travestis seriam requisitados mais como ativos do que passivos (assim como os prostitutas), e, portanto, menos expostos ao contágio, por esse se dar através do esperma” que se aloja no corpo do cliente, em geral passivo.

Acreditava-se, até então, que quem desempenhava o papel de *ativo* numa relação estava menos exposto ao vírus porque não tinha contato com o esperma do parceiro (nas relações homossexuais).

Descartava-se (ou não se dava tanta importância), na matéria, à contaminação através do sangue ou através do contato da mucosa do pênis (em se tratando dos *ativos*) com as paredes do ânus⁸.

Ser *passivo* ou *ativo*, na matéria, tem relação direta com o fato da possível contaminação pelo HIV. A questão da virilidade masculina também tem forte apelo na matéria ao tentar demonstrar que o heterossexual (no caso o não-homossexual) não corria nenhum risco de contrair a doença.

E é a partir desse novo acontecimento⁹, a epidemia da AIDS (sigla em inglês para a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), que ao homossexual “é permitido” um espaço para se dizer, mas esse espaço é restrito às regiões discursivas oficiais sobre AIDS: sexualidade, contaminação, promiscuidade, estilo de vida.

O discurso médico, ao negar essas outras possibilidades de dizer sobre a homossexualidade, ressalta aqueles outros aspectos, evidenciando-os.

Por que não havia espaço para que outras vozes pudessem dizer? Não havia possibilidade do homossexual fazer sentido de uma outra forma que não os já ditos sobre ele? Era como se a sintaxe não fosse capaz de materializar outras construções a respeito da vida fora da heterossexualidade: amor entre homens, por exemplo, ou entre mulheres, mas apenas o que de alguma forma contribuía para que a ‘verdade’ dos já-construídos se

⁷ É importante chamar a atenção para o artigo definido masculino que antecede a denominação *Travesti*. Nos jornais, nas revistas, nos meios de comunicação, em geral, ainda hoje, trata-se a travesti no gênero masculino. Desrespeitando, dessa forma, a sua orientação, a sua identidade de gênero e o seu nome social.

⁸ E como a verdade que circulava era a de que a AIDS era uma doença própria dos homossexuais masculinos, não se fala em nenhum momento em vagina.

⁹ Conceito que será abordado mais adiante. Adianto apenas que *Acontecimento Discursivo* é o encontro da uma memória com uma atualidade, ressignificando a memória. Conceito proposto por M. Pêcheux (2002).



sustentassem. Por que não havia espaço na imprensa para outro sentido que não o exótico da doença, o estereótipo da homossexualidade?

Com o advento da AIDS, o panorama mundial em relação à sexualidade, de forma geral, foi bastante alterado, e essa alteração afetou essencialmente a homossexualidade em virtude da relação que se estabeleceu entre a epidemia e os chamados 'grupos de risco' (nos quais o homossexual era personagem central).

Desse momento em diante o homossexual passa, de alguma forma, a ocupar um lugar na ordem do dia, não uma posição-sujeito que tivesse direito de fazer um outro sentido diante desses acontecimentos, mas um lugar que até então não era ocupado. Dá-se então um novo sentido para as questões homoeróticas. Sobre isso, sobre sair do silêncio, ORLANDI diz:

Para nosso contexto histórico-social, **um homem em silêncio é um homem sem sentido**. Então, o homem abre mão do risco da significação, da sua ameaça e se preenche: fala. **Atulha o espaço de sons e cria a ideia de silêncio como vazio, como falta**. Ao negar sua relação fundamental com o silêncio, ele apaga uma das mediações que lhe são básicas. (ORLANDI: 2002a, 37, grifos nossos).

Durante muitos anos ao homossexual foi imposto o silêncio, mas um silêncio que não o colocava apenas à margem da sociedade heterossexual, mas que o constituía como criminoso-pecador-doente, a partir dos discursos que podiam lhe dar sentido: jurídico-religioso-médico. E ele não fazia sentido se não fosse desse lugar já estabelecido.

O *corpus* principal da pesquisa é composto por textos e fotos produzidos na segunda metade da década de 1980 (mais especificamente nos anos de 1985/1987/1989/1990¹⁰) nas revistas semanais *Veja*, *Istoé* e *Superinteressante* (esta a partir de 1987, ano em que começa a ser editada, e daí até 1990) que abordam de alguma forma as questões sobre a homossexualidade (comportamento, estilo de vida etc.) e também a relação entre o homossexual e a AIDS; ainda fazem parte do *corpus* cartas enviadas a essas revistas e que *comentavam* as matérias sobre o tema.

Para lidar com a análise do *corpus*, estabeleci, paralelamente, *corpora* de textos religiosos cristãos (publicados em livros de história, jornais, folhetos de divulgação etc.),

¹⁰ Para a análise do discurso, a exaustividade e a completude, crenças de análises empíricas, são critérios positivistas que não se colocam. As regularidades enunciativas sobre a homossexualidade e a sua relação com a AIDS não necessitam de quantidade exaustiva de dados.



textos médicos (publicados em revistas especializadas sobre AIDS e em livros que abordam o tema e o discurso direto/indireto de profissionais da saúde) que tratam de questões sobre homossexualidade ou sobre a homossexualidade e a AIDS e ainda textos jurídicos (Códigos Penal e Militar). Esses *corpora*, no entanto, não são objetos específicos de análises, mas referências para a leitura do *corpus* desse trabalho.

Segundo SERRANI (1988),

A Análise do Discurso não visa a exaustividade “horizontal”, em extensão, mas sim uma exaustividade “vertical”, em profundidade, considerada em relação aos objetivos do analista. De maneira oposta a outras áreas de pesquisa, que têm a extensão dos dados como fator constitutivo de seus objetivos, para a Análise do Discurso, a exaustividade extensional torna-se incoerente, na medida em que “todo discurso se estabelece sobre um discurso anterior, apontando para outro. O que existe não é um discurso fechado em si mesmo, mas um processo discursivo, do qual se podem recortar e analisar estados diferentes” (SERRANI: 1988, 60, grifos nossos).

Em virtude disso, o recorte temporal que estabeleço para a organização do *corpus* é suficientemente coerente com a proposta teórica que me auxilia na análise desses dados. Busco as regularidades enunciativas e para isso não se faz necessário a quantidade de dados, mas a profundidade deles.

As sequências discursivas, as fotografias e as cartas selecionadas para a análise aqui nessa pesquisa representam, portanto, as que não foram selecionadas, porque estas são estabelecidas sobre um discurso anterior, em que aquelas também o são.

Tinha-se, em princípio, a opção de empregar a palavra ‘homoterotismo’ neste trabalho, na mesma acepção de COSTA (1992, 21-29), para fazer referência ao que chamamos de ‘homossexualismo’ na língua coloquial. E as razões eram, em primeiro lugar, porque ‘homossexualismo’ remete quem a emprega ao vocabulário do século XIX, que deu origem a uma certa ideia do ‘homossexual’. E, também, pelo fato de que, na persistência de tais noções, percebe-se a manutenção de costumes morais prisioneiros do sistema de denominação preconceituoso que qualificam certos sujeitos como moralmente inferiores apenas pelo fato de apresentarem inclinações eróticas por outros do mesmo sexo biológico.

E ainda pela necessidade de, ao construir um outro nome para escapar das significações cristalizadas, poder desconstruir conceitos dicionarizados e apontar para a



possibilidade de outros sentidos na língua: paráfrase e polissemia, sem o ranço moralista que perfazem esses nomes.

Quando emprego a palavra homoerotismo refiro-me meramente à possibilidade que têm certos sujeitos de sentir diversos tipos de atração erótica ou de se relacionar fisicamente de diversas maneiras com outros do mesmo sexo biológico. Em outras palavras, o homem homoeroticamente inclinado não é, como facilmente acreditamos, alguém que possui um traço ou conjunto de traços psíquicos que determinariam a inevitável e necessária expressão da sexualidade homoerótica em quem quer que os possuísse.

(...)

Melhor seria dizer, então, que **o emprego do termo visa sobretudo distanciar o interlocutor de sua familiaridade com a noção de “homossexualidade”.** Tal familiaridade pode fazê-lo traduzir o que pretendo dizer com uma nova reavaliação moral do “homossexualismo”. Não é esse meu intento. **Tenho a intenção de mostrar que o “homem homossexual” nada mais é que uma realidade linguística, e não uma realidade natural.** É uma forma de subjetividade que como qualquer subjetividade pode ser historicamente circunscrita em seu modo de expressão e reconhecimento. E, **assim como em épocas precedentes outras crenças linguísticas conferiram foros de realidade natural ou universal a certas formas de subjetivação, em nossa época fizemos da “homossexualidade” uma “realidade psíquica e sexual” que nos aparece como um modo de ser do sujeito, natural e universalmente necessário, e não culturalmente arbitrário.** (COSTA: 1992, 22-23, grifos nossos).

No entanto, tal opção não foi mantida nesse trabalho por considerar que, apesar da larga vantagem do significado do termo *homoerotismo* (citado acima), o emprego de uma palavra por outra seria mais improdutivo que vantajoso, em virtude de *homoerotismo* não ser tão impactante quanto *homossexualidade*, que é carregado de significações.

A palavra *homossexualidade* tem história, marca uma posição política e, dessa forma, seu sentido não apenas marca outras formas de significar o homossexual, mas aponta para outros sentidos possíveis nesse embate de forças entre dizeres e cristalização de conceitos. O que falta no termo *homoerotismo* proposto por COSTA (1992?) Estaria ainda vazio de significados, não dá sentido, não conta nenhuma história. “Para que uma palavra faça sentido é preciso que ela já tenha sentido” (ORLANDI: 1996, 71).

Em síntese, qualquer substituição pode parecer frágil se for meramente linguística, pois cada tempo tem a sua maneira de nomear e interpretar o mundo. Todas as acepções para definir as relações entre dois homens ou duas mulheres continuarão carregadas de



elementos pejorativos enquanto a sociedade mantiver a tendência de estigmatizar esse tipo de orientação (TREVISAN: 2000).

Dessa forma, o termo *homossexualidade* e *homossexual* serão empregados, nesse trabalho, para definir homens (mulheres) que desejam outro(a)s homens (mulheres): a língua por enquanto nos permite apenas isso. E diante da necessidade de dar nomes, porque não se pode dizer tudo, essas são as nossas possibilidades.



Fazer AD, em resumo, representa uma tomada de posição que se quer crítica quanto aos sentidos já-construídos e dados como óbvios.

Bethania Mariani



1 SOBRE A ANÁLISE DE DISCURSO DE ORIENTAÇÃO FRANCESA: PRIMEIRAS OBSERVAÇÕES TEÓRICAS.

A Análise do Discurso (AD) surge como possibilidade de uma nova abordagem linguística, tendo como condições de produção de emergência a França da década de 1960, mergulhada em um período de efervescência de ideias, subordinadas principalmente aos preceitos de um estruturalismo triunfante.

Tal disciplina surge, nestas condições, motivada a construir uma nova concepção de linguística que envolva em seus postulados teóricos os processos ideológicos subjacentes aos atos de fala.

Ao tentar superar os limites da linguística formal, a AD aponta para a apreensão da linguagem enquanto atividade essencialmente interativa, produto da ação de sujeitos, segundo MARIANI (1998),

A linguagem é fundamentalmente dialógica, deve-se ressaltar que os enunciados são produzidos em situações de interlocução também constituídas pela história. Logo, o sentido não “pertence” a nenhum interlocutor, mas é produzido, enquanto efeito, no discurso constituído pelos/nos interlocutores em interação. Esse “dizer para alguém” é uma prática social que funciona pelo imaginário: é o jogo de imagens constituído em torno dos lugares de onde se fala que precisa ser observado no processo histórico da produção de enunciados e de sentidos. (MARIANI: 1998, 31, grifos nossos).

Neste novo enfoque teórico, desloca-se a própria noção de comunicação, até então veiculada como transmissão de informação para aquela que entende o processo de interação verbal conforme definido por outros componentes enunciativos como o enunciador, o interlocutor e suas relações com outras enunciações reais ou virtuais, condicionadoras da organização estrutural da língua.

A ruptura da AD com a análise de conteúdo se dá tanto pela crítica da leitura baseada em categorias temáticas quanto pela diferente abordagem do sentido. Em lugar da informação, a AD introduz a noção de efeito de sentido entre interlocutores.

A própria denominação da disciplina já aponta para um outro objeto: o Discurso:

É o discurso e não a língua o objeto específico da Análise do Discurso (AD), e a sua unidade de análise é o texto, e não o signo ou



frase, sendo **texto aqui considerado** “**não em seu aspecto** extensional, mas **qualitativo, como unidade significativa da linguagem em uso**, logo unidade de natureza pragmática” (INDURSKY: 1997, 17, grifos nossos).

Ao contrário do que era proposto pelo Estruturalismo saussuriano, que mantinha o pressuposto de que a língua pode significar por si mesma, a ideia aqui é a de que no deslocamento do centro de atenção para as condições de sua produção, considera-se não só o enunciado (ou produto), mas a enunciação (ou processo).

A AD não é uma teoria do sujeito determinado por uma enunciação pré-estabelecida, ou seja, *antes que ele fale (enuncie)*, mas uma teoria da instância de enunciação que é, ao mesmo tempo e intrinsecamente, um efeito de enunciado.

As regularidades depreendidas nesses enunciados (ordem discursiva, posições discursivas) caracterizam então uma Formação Discursiva (FD), que é o que determina o sentido que as palavras adquirem a partir de uma posição dada em uma conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes. Um outro sentido vai caracterizar, portanto, uma outra Formação Discursiva.

Segundo FOUCAULT (2005), identificamos uma Formação Discursiva quando:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, **semelhante sistema de dispersão**, e **no caso em que entre os objetos**, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, **se puder definir uma regularidade** (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), **diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva** – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade”. (FOUCAULT: 2005, 43, grifos nossos).

A noção de Formação Discursiva (FD) envolve dois tipos de funcionamento:

a) A paráfrase – em que **enunciados são retomados e reformulados** em um esforço de fechamento de suas fronteiras **na busca da preservação de sua identidade**. **A polissemia** – em que **as fronteiras de uma FD são rompidas, instalando a multiplicidade de sentidos**. “Embaralhando”, segundo ORLANDI (1983), **os limites entre FD’ s**.

b) O pré-construído – constitui, segundo PÊCHEUX (1995), um dos pontos fundamentais da articulação da teoria dos discursos com a



linguística que **remete a uma construção anterior e exterior em oposição ao que é “construído” pelo enunciado (...)**. o pré-construído remete assim às evidências através das quais o sujeito dá a conhecer os objetos de seu discurso: **“o que cada um sabe ou pode ver em uma situação dada e determina o que pode ser dito.** (BRANDÃO: 2002, 39, grifos nossos).

Os enunciados, portanto, são ou reformulações do que já fora enunciado, o pré-construído (o que cada um sabe ou pode ver em uma situação dada e o que pode ser dito), ou são o rompimento das FD's de maneira a não restringir os limites entre FD's. Todo enunciado é passível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, deslocar-se discursivamente de seu sentido para derivar um outro.

Um dos conceitos fundamentais da AD é o de *condições de produção*. As condições de produção caracterizam o discurso, o constituem na medida em que remetem a

lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos característicos: assim, **por exemplo, no interior da esfera da produção econômica, os lugares do “patrão”** (diretor, chefe da empresa etc.), **do funcionário de repartição, do contramestre, do operário, são marcados por propriedades diferenciais determináveis.** (PÉCHEUX: 1993, 82, grifos nossos).

Deve-se então levar em conta alguma coisa do exterior da língua para se compreender o que nela é dito. A descrição da língua não é suficiente para explicar determinados fenômenos nos quais a língua está envolvida. A memória das significações de um discurso e suas condições de produção não é secundária, mas constitutiva da própria significação.

Como o discurso é considerado linguagem em interação, ou em relação às suas condições de produção, os sistemas de signos são tomados no jogo das formações discursivas.

FOUCAULT (2005) define da seguinte forma as regras de formação de FD como:

Chamaremos de regras de formação as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). **As regras de formação são condições de existência** (mas também de coexistência, de manutenção,



de modificação e de desaparecimentos) **em uma dada repartição discursiva**. (FOUCAULT: 2005, 43 grifos nossos).

Embora a AD tire proveito do fundamento saussuriano sobre o qual repousa a linguística moderna de que a língua é um sistema, este é caracterizado como sujeito a falhas e afetado pelo social, pelo histórico e fundamentalmente pelo ideológico. Do ponto de vista discursivo, falar de ideologia é deslocar esse conceito para Formações Ideológicas. Estas,

as formações ideológicas comportam necessariamente, como um de seus componentes, **uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito** (articulados sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.) **a partir de uma posição dada em uma conjuntura**, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes. Diremos, então, que **toda formação discursiva deriva de condições de produção específicas**, identificáveis a partir do que acabamos de designar. (GADET e HAK: 1993, 166-167, grifos nossos).

A noção de arbitrariedade ou convencionalidade definida pela AD é então incompatível com àquela apresentada por Saussure, uma vez que é tida como motivada pelo sistema de produção e caracterizada pelo funcionamento do discurso na produção dos sentidos.

Um outro elemento compõe o quadro epistemológico do surgimento da AD: a psicanálise lacaniana.

Com a construção do conceito de inconsciente por Freud, há um deslocamento do conceito de sujeito, o seu estatuto de entidade homogênea passa a ser questionado diante da concepção de Freud: dividido entre o consciente e o inconsciente.

Lacan faz uma releitura de Freud, recorrendo ao estruturalismo linguístico, numa tentativa de abordar com mais precisão o inconsciente. Para ele, o inconsciente se estrutura como uma linguagem, como uma cadeia de significantes latente que se repete e interfere no discurso efetivo: o discurso atravessado pelo discurso do Outro, do inconsciente (MUSSALIN & BENTES: 2003).

A Análise do Discurso Francesa estabeleceu como um lugar comum que **o indivíduo que fala é pouco mais** (quando é) **que um porta-voz de discursos que o antecedem**, definindo o sujeito basicamente **pelo assujeitamento**. Embora esta posição não tenha permanecido intocada,



pode-se dizer que o eu – um dos possíveis componentes do sujeito no discurso - **é**, nesta versão francesa, concebido como francamente dominado, **determinado** (e não apenas condicionado, em maior ou menor graus) **pelo que se chama de outro** (às vezes, ou, mais geralmente, Outro) (POSSENTI: 2002, 61, grifos nossos).

O sujeito do discurso não é aquele incapaz de operar mudanças no sistema de signos, mas sim aquele que, ao produzir um enunciado, está produzindo linguagem e ao mesmo tempo é reproduzido nela, embora se tenha a ilusão de que o sujeito é fonte exclusiva de seu discurso. A AD esclarece que seu assujeitamento, isto é, os enunciados que compõem seu discurso, está inserido em determinadas formações ideológicas e instituições da qual ele é apenas porta-voz.

Dessa forma, a teoria do discurso

Não é uma teoria do sujeito antes que este enuncie, mas uma teoria da instância de enunciação que é, ao mesmo tempo e intrinsecamente, um efeito de enunciado. (MAINGUENEAU: 1993, 33, grifos nossos)

Diversamente de Saussure, no que diz respeito ao estudo da significação ou do sentido que, condicionado ao aspecto estrutural/formal das palavras, só entende o significado a partir de uma forma preexistente, na AD, os aspectos estruturais e formais da língua só interessam à medida que são determinados pelo sentido, pela direção semântica que as diversas situações concretas de uso da linguagem lhes empresta.

A AD não aceita que um enunciado possua apenas um sentido, mas considera que os sentidos das palavras, das expressões ou dos textos são plurais, na medida em que cada um advém de um discurso e de lugares diferentes. O sentido é um efeito de sentido, de maneira que a existência de determinada forma não garante a ocorrência de um funcionamento do discurso específico, mas possibilidades de várias leituras, explícitas ou não. O efeito de sentido dependerá da ocorrência de material verbal em condições de produção definidas:

Um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas: por exemplo, **o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido da oposição;** é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está “isolado” etc. **ele está**, pois, bem ou mal, **situado no interior da relação de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado:** o que diz, o que anuncia, promete ou denuncia



não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz. (PÊCHEUX: 1969, 77, grifos nossos).

A AD não concebe que dada uma palavra, seu sentido seja óbvio, como se estabelecido por convenção ou como se a palavra pudesse refletir a coisa, como o conceito de signo linguístico proposto por Saussure: Signo linguístico é a relação entre o significante (imagem acústica) e o significado (conceito). Um não poderia funcionar sem o outro, segundo este autor, haveria, portanto, uma relação literal entre o significante e o significado, Saussure (2006).

A mesma palavra ou mesmo enunciado podem ter sentidos diversos, se pertencerem a formações discursivas diferentes.

Na realidade, **toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém.** Ela constitui justamente *o produto da interação do locutor e do ouvinte*. **Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro**, isto é, em última análise, **em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros.** Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor. (BAKHTIN: 1995, 113, grifos nosso e itálicos do autor)

Dessa forma, o sentido da palavra é determinado pelo lugar ocupado pelo sujeito, determinando a filiação deste a uma ou a outra formação discursiva. Ainda que Bakhtin não compartilhe o mesmo conceito de sujeito da vertente francesa de análise de discurso e isso, certamente, produza deslocamentos em outros pontos importantes desta teoria, aqui, eu o cito apenas para escrever sobre a impossibilidade de se pensar em um sentido único para as palavras.

Nem tudo pode ser dito nem qualquer um pode dizer o que quer, são essas condições de produção que permitem ou não que algo posso ser “falado” e consequentemente fazer o devido sentido para alguém num determinado momento histórico.

A AD então questiona as hipóteses:

a) de que há uma língua auto-suficiente;



- b) de que há um sujeito como unidade controlada pela razão, totalmente consciente, controlador e
- c) de que há uma conjuntura uniforme, porque as sociedades são divididas em classes ou grupos *etc.*

É, portanto, fundamental destacar que os enunciados são produzidos em situações de interlocução constituídos pela história. E, conseqüentemente, que o sentido não é de nenhum interlocutor, mas produzido, enquanto efeito, no discurso que se constitui pelos/nos interlocutores em interação.

O “dizer para alguém” é uma prática social que funciona pelo imaginário: é o jogo de imagens que se estabelece a partir dos lugares de onde se fala e que precisa ser observado no processo histórico da produção de enunciados e de sentidos.



Muitas vezes, exige-se do homossexual o disfarce e, frequentemente, o encobrimento: que seja, mas que se sinta inferiorizado por isso e não revele em público sua identidade.

José Reinaldo de Lima Lopes

Quando as fantasias do carnaval são despidas e a vida retoma seu curso normal, surge um quadro um tanto diferente da tolerância em relação aos homossexuais no Brasil.

J. Green



2 SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE: MEMÓRIA

2.1 NO DIA-A-DIA: UM POUCO DE HISTÓRIA

Gostaria de começar este capítulo dizendo que a homossexualidade¹¹ *apenas existe*, e, portanto, que ela não deveria ser explicada. Ela é somente mais uma forma de expressão da sexualidade. Uma forma bastante antiga de relação entre iguais. Estudos antropológicos em sociedades pré-históricas estabeleceram que relações homossexuais simplesmente existiam e eram fundamentais em rituais de passagem masculina. Na China e na Índia da antiguidade, assim como no Império Islâmico, o amor pelo mesmo sexo era respeitado e honrado. Na Renascença, a homossexualidade floresceu em sociedades abertas como a florentina. O *status* privilegiado da relação entre homens na Grécia antiga é conhecido, mas o ‘amor grego’ era um ideal importante também para a militarista Roma (SPENCER: 1999).

FOUCAULT (1988) nos mostra que o homossexual se tornou personagem a partir do século XIX e sua conduta passou a ser medida em relação à sua sexualidade. O homossexual, então, na perspectiva do modelo heterossexual tido como padrão em relação à sexualidade, era uma espécie desviante. E as práticas que fugissem ao padrão do heteroerotismo monogâmico eram condenadas, legitimando, no século XIX, a valorização do prazer entre homens e mulheres. O *heteroerotismo* tornou-se obrigatório, e a anti-homossexualidade, dessa forma, igualmente obrigatório. Ser homossexual então significava ser anormal em oposição a ser heteroerótico, fazendo com que os indivíduos com aquela ‘orientação’ fossem identificados por uma categoria da sexualidade, a saber, a homossexualidade.

O homossexual do século XIX torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida;

¹¹ É importante atentar para a perspectiva masculina predominante na caracterização dos atos homossexuais. Com efeito, amores sexuais femininos mereceram menor atenção e mais difusa repressão, na medida em que às mulheres era reservado um papel secundário na sociedade, desde o início do cristianismo até metade do século XX. Este fenômeno revela-se inclusive na significação social dos conceitos de masculino e feminino. Na Idade Média, concebia-se a existência de um único sexo (cujo protótipo era o ser masculino), cujas manifestações genitais poderiam ser completas e externas (homens) ou internas e incompletas (mulheres). A distinção de gênero, por si só, revelava na mulher não o “sexo oposto”, mas o “sexo incompleto”, marcando uma diferenciação de posição relevante. (RIOS: 2001, 36)



também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: **subjacente a todas as suas condutas**, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo já que é um segredo que se trai sempre. É-lhe consubstancial, não tanto como pecado habitual porém como natureza singular. **É necessário não esquecer que a categoria psicológica, psiquiátrica e médica da homossexualidade constituiu-se no dia em que foi caracterizada** – o famoso artigo de Westphal em 1870, sobre as “sensações sexuais contrárias” pode servir de data natalícia – menos como um tipo de relações sexuais do que como uma certa qualidade da sensibilidade sexual, uma certa maneira de interverter, em si mesmo, o masculino e o feminino (FOUCAULT: 1988, 43, grifos nossos).

Quando alguém é rotulado *homossexual* todos os sentidos se voltam exclusivamente para as questões relacionadas à sexualidade. À palavra homossexual cola apenas um todo dependente dessa abordagem. Não há passado, presente e nem futuro que signifiquem fora das amarras sexuais. O homossexual é seu sexo, nada além disso.

Tratamos a heterossexualidade como axioma, e essa suposição impede que ela seja examinada, o que provoca um silêncio constantemente repetido na prática. A heterossexualidade é tratada como se sempre-lá, como se tivesse estado presente em todas as categorias mentais – por isso nunca é questionada. (KATZ: 1996).

A homossexualidade ocupou a posição antagônica nessa normalidade, por isso pode ser questionada em qualquer tempo.

Segundo KATZ (1996), as categorias sexuais que hoje nos são tão óbvias não eram conhecidas, por exemplo, pelos gregos, e as suas origens são recentes e sua história cheia de conceitos variáveis e contestados:

A influência de Foucault está clara no amplamente lido “Sexual Matters: On Conceptualizing Sexuality in History” (1979), de Robert A. Padgug, que avisou: As categorias sexuais que são tão óbvias para nós, as que dividem a humanidade em heterossexuais e homossexuais, não parecem ter sido conhecidas pelos antigos gregos. **Esse autor nos preveniu de que precisamos evitar projetar as nossas categorias atuais sobre as sociedades passadas, que organizavam as pessoas e a sexualidade seguindo linhas muito diferentes.** (KATZ: 1996, 22, grifos nossos).

Ainda segundo esse autor, o discurso histórico sobre a heterossexualidade é uma invenção moderna. O termo heterossexualidade, que pretendia descrever um sexo-amor



mais velho que Matusalém, é de origem bastante recente e tem uma história de definições variáveis e contestadas. (KATZ: 1996).

A questão da sexualidade na tradição ocidental, segundo FOUCAULT (2004), não reserva espaço sequer para a arte erótica, não existe lugar para se falar de sexo como no Oriente. O lugar estabelecido para o discurso erótico é um lugar clandestino em que ele, o discurso, deve ser mantido oculto, impróprio:

No Ocidente, não temos a arte erótica. Em outras palavras, **não se ensina a fazer amor, a obter o prazer, a dar prazer aos outros, a maximizar, a intensificar seu próprio prazer pelo prazer dos outros**. Nada disso é ensinado no Ocidente, e não há discurso ou iniciação outra a essa **arte senão a clandestina e puramente interindividual**. Em compensação, temos ou tentamos ter uma ciência sexual – *scientia sexualis* – sobre a sexualidade das pessoas, **e não sobre o prazer delas**, alguma coisa que não seria como fazer para que o prazer seja o mais intenso possível, **mas sim qual é a verdade dessa coisa que, no indivíduo, é seu sexo ou sua sexualidade**: verdade do sexo, e não intensidade do prazer. (FOUCAULT: 2004, 61, grifos nossos).

Seria, de acordo com as palavras do autor, não apenas a valorização da ciência em detrimento da arte, mas a impossibilidade de através do sexo ser viável qualquer outra forma de postura que não fosse a que descrevesse uma atitude de desvio, de pecado, de crime ou de promiscuidade. Não podemos relacionar sexo com arte sem que essa abordagem seja ‘considerada’ apologia à imoralidade.

O espaço possível é o da análise *pura e científica* (como se fosse possível) sobre o que é o sexo ou a sexualidade no indivíduo, mas nunca sobre o prazer através dele. Não se fala em prazer, mesmo porque, na sociedade cristã, o prazer não é permitido por vias sexuais, por aí, seria melhor negá-lo.

O autor ainda diz que na medida em que se vai liberando a própria sexualidade se vão criando condições para poder tomar consciência dela (FOUCAULT: 2004). Essa consciência, portanto, é bastante recente e a AIDS contribuiu muito para a sua tomada.

Primeiro movimento: a **Antiguidade grega e romana**, na qual a **sexualidade era livre, se expressava sem dificuldades e efetivamente se desenvolvia**, sustentava em todo caso um discurso na forma de arte erótica. Depois o cristianismo interveio, **o cristianismo que teria**, pela primeira vez na história do Ocidente, **colocado uma grande interdição à sexualidade, que teria dito não ao prazer e por aí mesmo ao sexo**. Esse não, **essa proibição teria levado a um silêncio sobre a**



sexualidade – baseado essencialmente em proibições morais. Porém a burguesia, a partir do século XVI, encontrando-se em uma posição de hegemonia, de dominação econômica e de hegemonia cultural, teria retomado de qualquer modo a seu cargo, para aplicá-lo mais severamente ainda e com meios ainda mais rigorosos, esse ascetismo cristão, essa recusa cristã da sexualidade e consequentemente a teria prolongado **até o século XIX**, no qual finalmente, em seus últimos anos, se teria começado a levantar o véu com Freud. (FOUCAULT: 2004, 62-63, grifos nossos).

O silêncio sobre a sexualidade, que se prolongou até o século XIX, segundo o autor, tinha apenas como base questões morais cristãs, o suficiente para não abrir espaço para o que se poderia chamar de *prazer*. O prazer então é banido e relegado à categoria do desnecessário e mais, do impróprio.

Concernente às proibições morais e ao controle cristão em relação a elas, FOUCAULT (2004) nos diz que a estrutura cristã se organizou de tal forma que se tornou obrigação obter a salvação por intermédio de um pastor. Não há, no Ocidente, escolha quanto a isso: o indivíduo não pode, simplesmente, escolher não buscar a salvação. A salvação é individual, mas a sua busca é inerente ao homem:

Cada indivíduo é instado a buscar sua salvação: “Tu serás salvo, ou melhor, **será necessário que faças tudo o que é preciso para seres salvo e nós te puniremos neste mundo caso não faças aquilo que é necessário para seres salvo**”. O poder do pastor consiste precisamente na sua autoridade para obrigar as pessoas a fazerem tudo o que for preciso para sua salvação: **salvação obrigatória**. (FOUCAULT: 2004, 68, grifos nossos).

Tudo significa, obviamente, estar em acordo com os mandamentos, dogmas cristãos. Significa também que não haverá, dessa forma, possibilidade de salvação para os homossexuais. Até porque tudo o que diz respeito à sexualidade, do ponto de vista da moral cristã, é um item a ser desconsiderado.

No cristianismo o mérito absoluto é precisamente ser obediente. A obediência deve conduzir ao estado de obediência. **Manter-se obediente é a condição fundamental de todas as outras virtudes**. Ser obediente em relação a quem? **Obedecer ao pastor**. Estamos aqui em um sistema de obediência generalizada, e a famosa humildade cristã é apenas a forma, de qualquer modo interiorizada, dessa obediência. **Sou humilde: isso significa que aceitei as ordens de qualquer um, a partir do momento em que elas me forem dadas e que eu puder reconhecer nessa vontade do outro – eu, que sou o último dos homens – a própria vontade de Deus**. (FOUCAULT: 2004, 69, grifos nossos).



Ser homossexual é estar em desobediência com as leis de Deus, ser desobediente é não ser humilde, não há virtuosismos em desobedecer, portanto não há qualquer dignidade nessa atitude. Não há, pois, presença de Deus nos atos homossexuais. Por isso o merecimento então da doença, da AIDS, vem a fortalecer o discurso que afirma que “por estar em pecado corre-se o risco de uma punição divina”. Reforçando a crença de que a desobediência aos preceitos cristãos tem as suas consequências.

E quanto às leis dos homens?

O pensamento religioso predominantemente no Ocidente acabou por embutir a estes atos um valor de gravidade extrema, cujo grau pode ser apreciado, por exemplo, nas Ordenações Filipinas, vigentes até 1830 no nosso país:

“Toda pessoa, de qualquer qualidade que seja, que pecado de sodomia por qualquer maneira cometer, seja queimado e feito por fogo em pó, para que nunca de seu corpo e sepultura possa haver memória, e todos seus bens sejam confiscados para a Coroa de nossos reinos, posto que tenha descendentes; e pelo mesmo caso seus filhos e netos ficarão inabilitados e infames, assim como aqueles que cometem crime de Lesa Majestade.

1. E esta lei queremos, que também se estenda e haja lugar nas mulheres, que umas com as outras cometem pecado contra a natureza, e da maneira que temos dito nos homens.

2. Outrossim qualquer homem ou mulher, que carnalmente tiver ajuntamento com alguma alimária seja queimada e feito em pó. Porém por tal condenação não ficarão seus filhos, nem descendentes neste caso inabilitados, nem infames, nem lhes fará prejuízo algum acerca da sucessão, nem a outros, que por Direito seus bens devam herdar”.
(RIOS: 2001, 37-38, grifos nossos)

Não se deve concluir que a reprovação aos atos homossexuais na categoria de maior dos pecados pela prática sexual fora do casamento e da finalidade reprodutiva, compartilhe da mesma gravidade dos demais pecados sexuais.

De todo modo, a nota característica desta concepção é a afirmação da contrariedade dos atos homossexuais à moral cristã.

Vigente no Brasil, em relação à prática da homossexualidade (ou ao ato libidinoso), o Código Militar, instituído durante a ditadura militar, determina:

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o art. 3º do Ato



Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do art. 2º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam: Código Penal Militar, Parte Geral, Livro Único, Título I, da aplicação da lei penal militar, determina:

Pederastia ou outro ato de libidinagem¹²:

Art. 235. Praticar, ou permitir o militar que com êle se pratique **ato libidinoso, homossexual ou não**, em lugar sujeito a administração militar: Pena - detenção, de seis meses a um ano. (Grifos nossos).

Ato Libidinoso no **Glossário Jurídico** é: **Ato libidinoso**: no sentido restrito é **diverso da conjunção carnal**. É o que visa o prazer sexual. É todo aquele que serve para o desafio à concupiscência.

Conjunção carnal: "*Intromissio penis in vaginam*". É a introdução do pênis na vagina de forma completa ou incompleta (grifos nossos).

Toda relação que não seja entre pênis e vagina é considerada *Ato Libidinoso*, portanto passível de penalidade e reprovação. Para que não haja penalidade e/ou reprovação convém evitar pênis e ânus/pênis e pênis/vagina e vagina.

E então, por deslizamento de sentido, podemos perceber que as relações que de antemão rejeitam a reprodução da espécie são libidinosas porque se esteiam apenas no prazer.

Quanto ao Código Penal:

Atentado violento ao pudor: atos libidinosos diversos da cópula vaginal. Crime previsto no art. 214 do Código Penal: Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que **com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal**:

Pena – reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos.

Pena determinada pela Lei 8.072/1990.

V. art. 9º, Lei 8.072/1990 (Crimes hediondos). (CÓDIGO PENAL: 2005, 160, grifos nossos).

As leis dos homens não se distinguem das leis divinas. Assim como a Igreja reconhece apenas a relação homem e mulher, os Códigos Penal e Militar refletem essa *normalidade* em seus artigos, considerando **relação sexual** apenas o que acontece entre um homem e uma mulher: denominada “conjunção carnal”.

¹² O ritual de punição é severo: um militar contra o qual se prove a homossexualidade é imediatamente expulso da instituição, com desonra - como se fosse um traidor. Nos comandos mais conservadores, a cerimônia é degradante. As faltas do militar são lidas em voz alta na presença da tropa em formação. Quando o acusado é oficial, suas insígnias são arrancadas do uniforme. Então, a tropa dá as costas ao ex-companheiro de armas, que se retira, humilhado.



Ou a cópula é *vaginal* ou é *crime* previsto pelos códigos.

Uma outra forma de penalização que se dá através do poder divino se apresenta em forma de destruições, como as que acabaram com Sodoma e Gomorra, relatadas no Antigo Testamento, ou por meio de doenças, como punição pela vida errante.

Entretanto, algumas doenças são mais punitivas que outras, sobretudo as relacionadas ao sexo.

O cristianismo encontrou um meio de instaurar um tipo de poder que **controlava os indivíduos através de sua sexualidade, concebida como alguma coisa da qual era preciso desconfiar, alguma coisa que sempre introduzia no indivíduo possibilidades de tentação e de queda** (...) (FOUCAULT: 2004, 71, grifos nossos).

Para ser divino é fundamental que se abra mão do prazer. Um ser superior não precisa do prazer, principalmente o sexual: ele faz com que o indivíduo ultrapasse as limitações impostas pela moral vigente, ou seja: o casamento, a monogamia, a sexualidade para a reprodução e a limitação e desqualificação do prazer.

O mundo da sexualidade é altamente sobrecarregado de interdições. Não respondemos às crianças suas perguntas sobre o tema, proibimos que se masturbem, desestimulamos o sexo antes do casamento; algumas práticas são consideradas pervertidas.

De acordo com VAINFAS (1975) a conduta homossexual, no limiar do cristianismo, já era bem distinta da heterossexual e se encontrava mergulhada **no vasto arsenal das perversões** (grifos do autor) que caracterizava a sexualidade em geral:

Com a pálida exceção da cópula entre esposos, única prática legítima desde que visando à procriação, **desejos e atos sexuais eram pecados mais ou menos abomináveis, quaisquer que fossem os seus protagonistas**. Até mesmo a cópula conjugal, que na altura do século XII se transformaria em obrigação dos casais e símbolo da união corpórea entre Cristo e a Igreja, **por séculos foi vista com extrema má vontade pelos teólogos, sempre prontos a recomendar a abstinência sexual para os esposos ou a condená-los, como São Jerônimo, em caso de ardor excessivo** (VAINFAS: 1997, 153, grifos nossos).

Se apenas a prática sexual que objetivasse a procriação era legítima, e ainda assim, desde que não existisse prazer, e se a relação entre iguais é, segundo a leitura que se faz/fez do cristianismo, fundamentada na prática do desejo por conta de não haver



possibilidade de reprodução da espécie (como se o sexo fosse apenas uma prática exclusiva para a reprodução), essa relação tem todas as características para ser reprovada, abominada, já que perturba as finalidades atribuídas à procriação:

Embora o sexo esteja essencialmente atado ao pecado, **todas as atividades sexuais que não tenham finalidade procriadora são consideradas ainda mais pecaminosas, colocadas sob a categoria da concupiscência e da luxúria e como pecados mortais.** Além disso, como o sexo é função vital de um ser decaído, **quanto menor a necessidade sexual sentida, tanto menos decaído alguém se torna, purificando-se cada vez mais.** Donde toda uma pedagogia cristã que incentiva e estimula a prática da continência (moderação) e da abstinência (supressão) sexuais, graças a disciplinas corporais e espirituais, de tal modo que **a elevação espiritual traz como consequência o abaixamento da intensidade do desejo** e, conforme a mesma mecânica, a elevação da intensidade do desejo sexual traz o abaixamento espiritual (CHAUÍ: 1984, 87, grifos nossos).

O casamento então se torna *remédio* na impossibilidade da castidade, o ideal diante dos princípios cristãos. Mas para que o casamento seja consumado devem estar presentes diante de Cristo e da Igreja, o homem e a mulher, e, já que as relações homossexuais geram, necessariamente, essa impossibilidade, elas não apenas desmerecem um sacramento da Igreja, mas negam-no. Estando, segundo São Paulo, quem quer que se entregue aos prazeres carnis, a violar um recinto sagrado: o corpo.

O casamento imposto pela Igreja foi durante muito tempo um nicho de aceitação da homossexualidade masculina. Dessa forma, para o pederasta masculino e *heterossexual* casar-se era um meio de dar satisfação e calar a sociedade em relação a sua sexualidade. Homens mais velhos com mulheres bem mais novas era suficiente para que qualquer dúvida sobre a masculinidade desse homem fosse dissipada. (LOPES: 2002). Ao pederasta homossexual só restou o silêncio.

Ainda quanto à sexualidade concernente à moral cristã, FOUCAULT (2004) diz:

De modo geral, quando se quer caracterizar a moral cristã quanto à sexualidade, e se quer opô-la à moral pagã, à moral grega ou romana, se propõe as seguintes características: em primeiro lugar, **o cristianismo teria imposto às sociedades antigas a regra da monogamia;** em segundo, **o cristianismo teria atribuído como função exclusiva, como única função da sexualidade, a reprodução – somente fazer amor com a finalidade de ter filhos.** Finalmente, em terceiro lugar – eu teria podido, aliás, começar por aqui -, **há uma desqualificação geral do prazer sexual. O prazer é um mal – mal que precisa ser evitado e ao qual,**



consequentemente, é preciso atribuir a menor importância possível. **Atribuir ao prazer sexual apenas a menor parcela possível de importância, apenas utilizar-se desse prazer, de qualquer forma a despeito dele mesmo, para fazer filhos, e não fazer esses filhos, ou seja, apenas praticar as relações sexuais e encontrar nelas o prazer no casamento, no casamento legítimo e monogâmico.** Essas três características definiriam o cristianismo. (FOUCAULT: 2004, 63-64, grifos nossos).

Toda e qualquer relação homossexual despreza a questão do prazer sexual relacionado aos filhos. Não há, por assim dizer, outra função que não seja o próprio prazer do ato sexual. Inviabilizando, portanto, qualquer vínculo com a moral proposta, em virtude da importância atribuída ao prazer, exclusivamente, sexual.

Escreveu São Jerônimo: **“Atacar o casamento é abrir as portas para o deboche das concubinas, dos incestuosos, dos poluídos e dos homens que se deitam com outros”** (CHAUÍ: 1984, 92, grifos nossos)

A prática homossexual descaracteriza a concepção ocidental de Família e todos os seus princípios cristãos por ceder ao *vício*. Assim, são encaradas pelo ângulo da moral, as práticas e ideias sexuais que não se conformam ao padrão moral vigente, pois o seu contrário, o padrão, é tratado como virtude:

O **vício** possui três sentidos principais. Em primeiro lugar, é disposição habitual para o **mal** (aproximando-se, neste caso, do pecado); em segundo lugar, é uma tendência ou **impulso** reprovável, incontrolável, decorrente de uma **imperfeição** que torna alguém incapaz de seguir sua distinção natural: é **defeito** (e, neste caso, se aproxima da **doença**). Mas, em terceiro lugar, significa **depravação** e, neste terceiro sentido, vício é diretamente sinônimo de gosto ou prática sexual reprovados pela moral e pela sociedade. Assim, a palavra vício traz inscrita, em sua definição, referência ao sexo. (CHAUÍ: 1984, 118, grifos nossos).

A sodomia acabaria então elevada ao cume dos pecados da luxúria, máximo vício contra a natureza em diversos estatutos sinodais dos séculos XIII e XIV, alternando com a bestialidade, segundo VAINFAS (1997). É possível que nessa época se tenha originado a assimilação entre crime de fé e pecado sodomítico, associação frequente em diversos códigos modernos (VAINFAS: 1997). Ainda segundo este autor:



Em toda a Europa, os códigos civis tornaram-se extremamente rigorosos com o “crime de sodomia”, fixando penas infamantes e capitais que seriam a base jurídica das perseguições tipicamente modernas.

Em França, a compilação de Tourraine-Anjou dispôs, em 1246, que **todos os suspeitos de sodomia deveriam ser presos, julgados pelo bispo e condenados à fogueira, à semelhança dos heréticos, uma vez comprovadas as acusações.** (...) **Na Península Ibérica**, o Código de Afonso, o Sábio, estabeleceu no século XIII que **os culpados de sodomia seriam condenados à morte, salvo se menores de 14 anos violados por outrem**, estendendo-se o castigo aos praticantes de bestialismo, inclusive ao animal com que se efetuara o hediondo ato (*ibidem*, 160, grifos nossos).

A sodomia foi significada durante muitos séculos pelo cristianismo como o motivo de muitas desgraças ocorridas aqui na Terra: seria a manifestação da ira divina em forma de grandes calamidades. A natureza, já que a homossexualidade seria uma perversão dela, se manifestando contra todas as forças contrárias ao seu curso normal:

O grande legislador bizantino, o imperador Justiniano (527-65), que se considerava o próprio representante de Deus na Terra, dirigiu a imposição de um código de leis morais muito mais rigoroso do que aquele de que dispunha o império pagão. Por exemplo, o divórcio consentido foi proibido e, como parte deste endurecimento moral **foi imposta a pena de morte para os atos homossexuais. Justiniano tinha uma visão dos atos homossexuais como sendo literalmente uma violação da natureza que provocava a retaliação da mesma:** “por causa destes crimes ocorrem fomes coletivas, terremotos e pestes”, declarou. Este refrão deveria retornar no período posterior à Idade Média, quando uma sucessão de calamidades que surpreenderam a cristandade foi diretamente atribuída pelos pregadores populares e pelos teólogos à existência da sodomia. (RICHARDS: 1993, 139, grifos nossos).

A destruição do mundo certa vez por um dilúvio teria por motivo este pecado detestável, assim como a destruição das cinco cidades de Sodoma e Gomorra, queimadas pelo fogo celestial, de modo que seus habitantes desceram vivos ao inferno. A sodomia seria a presença do mal na terra (RICHARDS: 1993).

O caminho torna-se bastante curto, então, para que se considere doente aquele que pratica a sodomia - os *uranistas*¹³ - que no jargão científico tornou-se, de fato, muito

¹³ O termo *uranista*, usado em 1862 pelo jurista alemão Karl Heinrich Ullrichs, derivava de uma ideia de Platão em *O banquete*. O autor grego citava o mito segundo o qual o amor de Afrodite Urânia é aquele que “não participa da fêmea mas só do macho”, de modo que “os afeiçoados a esse amor voltam-se ao que é másculo. (TREVISAN: 2000, 173)



usual para designar o *vício da pederastia*. E o controle agora passa da Inquisição e Censura Policial para a Psiquiatria.

Segundo GREEN (2000), a representação dos homossexuais como sendo homens efeminados, passivos e que ganhavam a vida com a prostituição nas ruas foi a que permaneceu até metade do século XIX, quando, segundo o autor, outras denominações e conceitos surgiram para contestar esse modelo que predominava:

Físicos, políticos, advogados, intelectuais e artistas retrataram os sodomitas modernos como homens afeminados que praticavam sexo anal como elementos passivos e ganhavam a vida com a prostituição nas ruas. (...) a conexão entre a prostituição, a efeminação no homem e a homossexualidade persistiu como uma forte representação do comportamento homossexual até a segunda metade do século XIX, quando surgiram alternativas de identidade sexual que contestaram esse paradigma dominante (GREEN: 2000, 63, grifos nossos).

No fim do século XIX, ainda segundo GREEN (2000), tornou-se popular no Brasil uma expressão pejorativa para denominar o homossexual: 'fresco'. Segundo o autor, o professor de criminologia na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e desembargador da Corte de Apelação do Distrito Federal, Francisco José Viveiros de Castro, empregou o termo no livro *Attentados ao pudor: estudos sobre as aberrações do instinto sexual*, de 1894. No capítulo intitulado 'Pederastia', ele apresentou os 'frescos' do Rio de Janeiro, referindo-se aos homens que, em 1880, nos últimos anos do Império, invadiram o baile de máscaras do carnaval no Teatro São Pedro, no Largo do Rossio (atual Praça Tiradentes):

Um destes **frescos**, como eram elles conhecidos na gyria popular, tornou-se **celebre pelo nome de Panella de Bronze**. Vestia-se admiravelmente de mulher, a ponto de enganar os mais perspicazes. **Dizem que chegou a adquirir alguma fortuna por meio de sua torpe industria** e que era tão grande o numero de seus frequentadores, pessoas de posição social, que era necessário pedir com antecedência a entrevista (Viveiros de Castro *apud* GREEN: 2000, 63, grifos nossos).

O cronista carioca Luiz Edmundo, ainda segundo GREEN (2000), descreve uma situação bem comum de 1901: "Depois de oito horas da noite, moços de ares feminis, que falam em falsete, mordem lencinhos de cambraia, e põem olhos acarneirados na figura varonil e guapa do Senhor D. Pedro I, em estátua" (Luiz Edmundo *apud* GREEN: 2000, 61).



Não é à toa que a imagem de homem extremamente ‘fresco’, com ares afetados foi (é) o que traduziu (traduz) os homossexuais até então. Só dessa forma caricatural o homem que gosta de homem faz sentido: assim ele deixa a ‘normalidade’ passando, então, à margem do que se consideraria o comportamento padrão do Homem (com h maiúsculo) brasileiro.

Em 1906, o médico José Ricardo Pires de Almeida publica uma monografia sobre a homossexualidade no Rio de Janeiro, intitulada *Homossexualidade (a libertinagem no Rio de Janeiro): estudos sobre as perversões do instinto genital*:

Até dez anos passados, os uranistas entregavam-se aos prazeres **lúbricos** em hospedarias, em casas de alugar quartos por hora, ou em domicílio próprio, sendo todos esses lugares de rendez-vous mais ou menos conhecidos pela Polícia, toleradora do exercício de **libertinagem** masculina, que tão **afrontosamente** campeava de frente erguida à luz do sol e ao sombrio da noite (Pires de Almeida *apud* GREEN: 2000, 88, grifos nossos).

O médico ainda observa que os uranistas estavam presentes em todas as castas sociais: das ordens religiosas até entre os altos postos militares; dos funcionários públicos até no corpo diplomático.

Observa, ainda o médico, curiosidades a respeito do comportamento dos homossexuais, segundo as suas observações os *uranistas*, em sua maioria, apresentavam um andar típico: rebolando as ancas e salientando as nádegas (Pires de Almeida *apud* GREEN: 2000). E acrescenta que *eles* se socializavam em grupos e que demonstravam um humor espirituoso e afiado; observa ainda que *eles* vestiam-se com elegância, escondendo a sua idade verdadeira sob roupas jovens e usavam gravatas vermelhas como espécie de código para indicar suas inclinações sexuais. Sem falar da perplexidade causada no médico ao constatar o persistente gosto dos pederastas pelas roupas de cor verde (*ibidem*, 91-92). É interessante observar como estes sentidos se naturalizavam a ponto de constituírem verdades científicas sobre os sujeitos estudados: gravatas vermelhas ou roupas verdes foram, em algum momento, referências para a identificação dos homossexuais.

Este autor ainda declarou em sua pesquisa que os *uranistas* não sabiam assobiar, da mesma forma que as mulheres, e tinham dificuldades de realizar essa proeza. Mais adiante decretou, finalmente, que apenas os *uranistas passivos* (os que representam o



papel feminino nas relações sexuais) não conseguiam assobiar por conta do “abalo incômodo que (o assobio) produz no reto” (*ibidem*, 93). Outras tantas curiosidades em relação ao comportamento dos homossexuais foram abordadas também por Viveiros de Castro e, para concluir essa sessão de curiosidades, destaco a observação feita pelo autor em relação à personalidade dos *uranistas*:

Tem como as mulheres a paixão da toilette, dos enfeites, das cores vistosas, das rendas, dos perfumes. (...) Depilam-se cuidadosamente. (...) Designam-se por nomes femininos, Maintenon, princesa Salomé, Foedora, Adriana Lecouvreur, Cora Pearl *etc.* **São caprichosos, invejosos, vingativos.** (...) **passam rapidamente de um egoísmo feroz à sensibilidade que chora.** Mentira, delação, covardia, obliteração do senso moral, tal é o seu apanágio. **A carta anônima é a expressão mais exata de sua coragem.** Não seguem as profissões que demandam qualidades viris, preferem ser alfaiates, modistas, lavadeiros, engomadores, cabeleireiros, floristas *etc.* (...) **Seu ciúme é um misto de sensualidade em perigo, de amor-próprio ferido.** Narram-se casos de pederastas que em acessos de raiva ciumenta dilaceraram a dentadas o ventre ou arrancaram a pele do escroto e do membro de seus camaradas. (Viveiros de Castro *apud* TREVISAN: 2000, 179, grifos nossos).

Eles são bastante influenciados pelas ideias europeias a respeito dos ‘invertidos’, a ponto de Viveiros de Castro admitir, no capítulo sobre a pederastia, que grande parte do material apresentado era um resumo traduzido de *De l’inversion de l’instinct sexuelle au point de vue medico-legale* do Dr. Julien CHEVALIER (1885).

Um aspecto importante em relação a algumas observações desses médicos, no início de século XX, é o fato de que nelas não havia explicitamente uma preocupação com a moral cristã, eram outros os pontos que moviam as suas pesquisas. Preocupavam-se, sobretudo, com as questões que traduziam seus comportamentos sociais (os costumes feminis *etc.*) e os aspectos físicos dos ‘invertidos’. Eram cientistas e, portanto, não trabalhavam, especificamente, à luz da moralidade.

No entanto, as conclusões a que chegavam eram usadas pela religião cristã para justificar sua posição diante da prática da homossexualidade.



2.2 OUTROS DIAS: QUASE HISTÓRIA

Segundo SOUZA (1997: 13-14), uma carta enviada ao Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, em 1978, protestando contra a forma como os homossexuais eram mencionados na imprensa paulista, é dada como marco fundamental da luta do movimento homossexual contra o preconceito.

No entanto, após alguns anos de atuação de militância homossexual, algumas dificuldades conduziram o movimento ao enfraquecimento.

Sobre isso SOUZA (1997) nos diz:

Houve a extinção do jornal *Lampião*, que aliás já havia se desviado da linha política predominante na militância, preferindo uma abordagem mais humorística e irônica da questão homossexual. Aconteceram ainda a divisão de alguns grupos e o desaparecimento de outros. Alguns, porém, conseguiram sobreviver adaptando-se a novas formas de atuação. (SOUZA: 1997, 14, grifos nossos).

Os primeiros casos de AIDS no Brasil encontram esse panorama, um enfraquecido ativismo político no que dizia respeito à causa homossexual.

Em 1980, a homossexualidade deixou de ser considerada uma doença pela Associação Psiquiátrica Americana. No Brasil, apenas no início de 1985, o Conselho Federal de Medicina cedeu, passando a homossexualidade para o Código 206.9, sob a denominação “outras circunstâncias psicossociais” – juntamente com o desemprego e o desajuste social (TREVISAN: 2000).

Neste ano morreu um ícone do cinema, Rock Hudson, símbolo da masculinidade americana e a primeira figura pública a morrer oficialmente da doença; ocorreu também neste ano a primeira Conferência Internacional de AIDS, em Atlanta (EUA); chegou ao mercado um teste para diagnóstico da infecção pelo HIV que poderia ser utilizado para triagem em bancos de sangue; no Brasil registrou-se a primeira ocorrência de transmissão vertical (da mãe para o feto); foi fundado em São Paulo o Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS (GAPA), primeira organização não governamental de luta contra a AIDS no Brasil.

Em 1985, a ciência pouco fala sobre ‘grupo de risco’ – essa expressão está presente na literatura médica sobre a AIDS desde o registro dos primeiros casos, em



1981 nos Estados Unidos: casos de pneumonia por *Pneumocystis carinii* (PCP) e um câncer raro, sarcoma de Kaposi, entre homens gays foram relatados por médicos em Los Angeles, Califórnia e Nova Iorque. O Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) dos Estados Unidos publica notícias sobre esses casos. A síndrome foi chamada de GRID (sigla em inglês para Deficiência Imune Relacionada a Gays), logo batizada pela imprensa de ‘Câncer Gay’¹⁴.

A relação estabelecida entre a epidemia e determinados ‘grupos’ antecede a uma descrição rigorosa da doença. Impondo-se como uma evidência através de relatos médicos e principalmente da imprensa, essa aproximação foi apresentada às vezes como uma relação causal. Sendo a definição dos ‘grupos de risco’ retomada pela OMS (Organização Mundial de Saúde) e pelas autoridades francesas aquela desenvolvida pelo CDC americano (*Centers of Disease Controls*¹⁵), convém observar de que forma tal organismo isolou esses grupos (POLLAK: 1990).

Antes da descoberta do vírus e das formas de contaminação, em 1983-1984, a construção da expressão ‘grupos de risco’ é o resultado apenas da ‘observação’ que acompanha, em suas grandes linhas, a proliferação de uma doença cujas características eram desconhecidas, e não da ‘epidemiologia’, que tem por objetivo esclarecer a história natural e as características etiológicas de uma doença (POLLAK: 1990,121). Essa agilidade do CDC deve-se ao dispositivo estabelecido nos anos 1940 para controlar a difusão da malária no exército. Esse *Epidemic Intelligence Service* iria, durante a guerra fria, proteger os Estados Unidos de um possível ataque bacteriológico. Reorganizado e rebatizado de *Centers of Disease Controls*, esse serviço foi integrado ao serviço americano de saúde pública, no qual uma das seis divisões ocupa-se das doenças infecciosas, entre as quais a AIDS (POLLAK: 1990, 122).

Como casos de sarcomas de Kaposi e de *Pneumocystis carinii* foram registrados nesses centros em 1981, uma vigilância mais rigorosa observou infecções semelhantes em dois grupos específicos: os homossexuais masculinos e os drogaditos por via intravenosa. O déficit imunológico comum a esses casos levou, a partir do verão de 1981, à denominação de ‘síndrome de imunodeficiência adquirida’ (POLLAK: 1990, 122).

¹⁴ **CADERNOS PELA VIDA** (agosto de 2001): **Especial: 20 anos de AIDS.**

¹⁵ Centros de Controles de Doenças.



O CDC, que realizava uma pesquisa sobre a proliferação no meio homossexual da hepatite B e da blenorragia (doença sexualmente transmissível, provocada por bactéria *Gram-negativa* da espécie *Neisseria gonorrhea*), chegou a conclusão muito rapidamente da hipótese de uma transmissão por via sexual. Mas o isolamento dos grupos específicos atingidos pela doença alimentou igualmente a reflexão sobre a queda das defesas imunológicas em função de ‘estilos de vida’ (*op. cit.*, 121-122.).

A partir do final de 1981, os homossexuais e seu ‘estilo de vida’ tornaram-se o objeto privilegiado dos pesquisadores do CDC, colocando em questão o uso de drogas recreativas e euforizantes (os ‘*poppers*’, ou seja, o nitrito de amila), a promiscuidade, e a sodomia (principalmente passiva):

“Segundo o Dr. Friedmann-Kien, **os médicos tinham indicado que a maioria dos casos eram homossexuais masculinos que tinham relações sexuais frequentes e diversificadas com múltiplos parceiros; até dez contatos por noite, quatro vezes por semana (...);** além disso, muitos **pacientes disseram ter usado drogas recreativas**, tal como nitrito de amila (*poppers*) e o LSD, **com o objetivo de aumentar seus prazeres sexuais**”. (*op. cit.*, 122, grifos nossos)

Ainda em 1981, podia-se ler numa contribuição ao I Congresso Mundial sobre as Doenças Sexualmente Transmissíveis, organizado em San Juan, Porto Rico:

A concentração dos casos no grupo de homossexuais que vivem em Nova York e na Califórnia torna plausível a tese segundo a qual **convém procurar os fatores de causalidade no estilo de vida e no ambiente social**. (*op. cit.*, 122, grifos nossos).

Sem um maior conhecimento a respeito do vírus ou das suas vias de transmissão, a abordagem epidemiológica, classificando cada caso observado num grupo segundo fatores hipotéticos de riscos, constrói os ‘grupos de riscos’ homossexual e drogaditos e, mais tarde, o dos haitianos, por conta do *Human T-Lymphotropic Virus* (HTLV) estar presente no Caribe e por se acreditar, na época, que esse vírus era o agente etiológico da AIDS.

A construção desses grupos é, portanto, realizada pela observação limitada de casos, pelo isolamento das características comuns a esses casos, a saber: a homossexualidade masculina, o uso de droga por via intravenosa e a origem geográfica.



Os porta-vozes dos grupos indicados contestam prontamente essa classificação. Acusado por representantes da comunidade haitiana nova-iorquina de veicular preconceitos raciais, o CDC retira esse grupo de suas listas em 1982. Entretanto, as contestações provenientes de organizações homoeróticas ficam sem efeito, e não se ouvem muitas vozes em protesto contra a inclusão de um grupo ‘drogaditos’.

Vê-se, portanto, que essa noção, resultado aparentemente de técnicas estatísticas *neutras*, é igualmente atribuída ao poder de negociação e de pressão de que dispõem os grupos assim designados para determinar, eles mesmos, sua própria classificação. A descoberta do vírus, o conhecimento cada vez mais apurado de suas vias de transmissão e a multiplicação de casos inclassificáveis questionam a legitimidade desse conceito (POLLAK: 1990, 123).

A publicação em 1983 de um artigo intitulado ‘La maladie des homosexuels n’existe plus’, pela *La Recherche*, que apresenta a hipótese segundo a qual a AIDS ‘é, provavelmente, uma doença infecciosa’, contribuiu para que a doença não fosse mais relacionada aos homossexuais, aos haitianos ou aos usuários de drogas injetáveis, mas uma epidemia ao alcance de qualquer um que fosse exposto aos fluidos corporais¹⁶ contaminados pelo vírus (sangue e as secreções dos sistemas reprodutivos: pré-sêmen, sêmen e fluidos vaginais). Desta forma, todos, sem exceção, seriam então transmissores em potencial do vírus.

O ‘novo’ discurso da ciência sobre ‘comportamento de risco’, e não mais grupo de risco, não é suficiente para desfazer os *já-ditos* sobre a aproximação entre os homossexuais e a AIDS. Mas esse outro lugar ainda não reverbera, não faz sentido, e tanto é assim que há ainda sustentação daquela verdade científica.

A imprensa, no entanto, continua fazendo a manutenção do sentido que afirma ser a AIDS, senão própria dos homossexuais, muito próxima ainda desse grupo. Mesmo depois da ciência negar qualquer relação entre ser soropositivo (quando um indivíduo tem presente no sangue anticorpos que provam a existência de um agente infeccioso) e pertencer a um grupo específico.

¹⁶ Saliva, lágrimas, suor e produtos de excremento, como fezes e urina, não estão incluídos entre os meios pelas quais o HIV pode passar de uma pessoa para outra. Embora o HIV possa ser detectado nesses fluidos com a utilização de técnicas ultra-sensíveis (que detectam até 20 cópias do vírus em 1ml de fluido), o vírus se encontra muito diluído e nunca atinge títulos infecciosos, ou seja, concentrações capazes de infectar outro indivíduo. (SOARES: 2001, 50).



As matérias sobre transmissão em alguns grupos são muito mais frequentes do que em outros. **É interessante observar como, na imprensa, merece grande destaque a transmissão entre homossexuais e pouco se comenta sobre a transmissão heterossexual.** O jornal, habitualmente, vai em busca do **exótico da AIDS** entre minorias e ignora o risco cotidiano que faz parte da vida das maiorias. O texto interdito refere-se à conduta do indivíduo heterossexual que tem vários parceiros e está sujeito a se contaminar. (CAMARGO: 1994, 115-116, grifos nossos).

A epidemia dessa forma se estabelece como doença própria dos homossexuais: o sentido se naturaliza por essa via. A imprensa ignora a heterossexualização da AIDS e vai além, alimenta o vírus que se sustenta dessa relação: homossexual & AIDS.

Em 1999, o Conselho Federal de Psicologia cria normas para proibir a promessa de cura para homossexualidade por alguns profissionais.

Quanto ao ponto de vista jurídico, começa a haver um movimento em várias cidades para incluir leis que proibam a discriminação por orientação sexual e

Embora **a homossexualidade não fosse crime desde 1830**, isto nunca impediu de se **usar subterfúgios legais para coibir a expressão pública e privada de afetos entre pessoas do mesmo sexo.** (LOPES: 2002, 26, grifos nossos).

E bem mais recentemente, no Brasil do século XXI, jornais e telenovelas abordam com mais frequência o tema, também motivados pela polêmica suscitada por conta do Projeto de Lei de nº 1.151/1995, instituidor da “parceria civil registrada”, apresentado pela então Deputada Federal Marta Suplicy.

No entanto, o Projeto de Lei encontra-se a espera de parecer no Congresso Nacional há mais de duas décadas, em virtude da bancada evangélica e do moralismo vigente impedirem a sua apreciação pelos deputados.

Não é de interesse dessa pesquisa analisar os textos contemporâneos sobre o tema, mas é importante ressaltar que, apesar da relação entre o homossexual e a AIDS estar presente no imaginário (não é muito incomum ouvir de alguém, após saber que ocorreu alguma morte causada pelo vírus da AIDS, a pergunta “ele era *gay*?”), muitas mudanças, tendo em vista o trabalho de organizações não-governamentais, grupos de



apoio aos homossexuais lutando por seus direitos civis *etc.*, podem ser observadas em textos jornalísticos a respeito de estilo de vida, sobre sexualidade *etc.*



3 SILÊNCIO, ACONTECIMENTO E COMPOSIÇÃO DO CORPUS

A abordagem teórica desse trabalho filia-se, como já foi dito, à análise de discurso da escola francesa. Para esta disciplina de entremeio, a análise da materialidade da linguagem é o que permite a compreensão dos sentidos que derivam da inscrição da língua na história.

Isso significa considerar, em outras palavras, o discurso no interior de um sistema de formações sociais, como prática discursiva resultante da relação entre instituições e outras *práticas discursivas* num dado momento:

Prática Discursiva integra a formação discursiva e o(s) grupo(s) social (ais) em cujo interior é produzido o discurso. Esse modo de refletir coloca o discurso em sua função de representação e, por conseguinte, ideológica. (INDURSKY: 1997, 20, grifos nossos).

A organização desse capítulo surgiu da necessidade de compreender os sentidos que ecoavam (ecoam ainda) sobre a homossexualidade, a AIDS: ‘Qual é a sociedade que tanto é evocada (nos textos analisados, nas cartas enviadas às redações das revistas) quando se fala do mal causado pelo homossexual/homossexualidade?’ e ainda ‘Quem é que fala em nome dessa sociedade?’ e também ‘Por que o homossexual é e ao mesmo tempo não é parte dessa sociedade?’ ‘Quem o exclui, por que assim o faz?’ ‘Por que ele, o sujeito homossexual, sustentou e reproduziu o que é e foi falado sobre ele?’.

É em nome da ‘sociedade, do bem estar social, da vida harmoniosa e equilibrada, da moral e dos bons costumes, da natureza’ que são banidos os homossexuais.

A tal sociedade que, quando evocada, surge como uma entidade abstrata que paira acima de todos os interesses. É um tremor que se acomoda discursivamente nos textos sem que seja determinado o agente motivador: a sociedade não tem nome e alguns, por isso, podem evocá-la. Ela, sem nome, sem endereço, não diz ao que veio, mas é chamada a se colocar diante de um mal que a põe em risco:

Os homossexuais promíscuos que praticam sexo em grupo e com parceiros sucessivos em saunas ou boates são mais vulneráveis **pela simples multiplicação estatística** das chances de contrair a doença. Por isso, imersos no começo de uma segunda onda de pânico, **os homossexuais do Rio e de São Paulo mudam de comportamento e tratam de se proteger intuitivamente de uma dupla epidemia: a da**



AIDS propriamente dita; e a do **preconceito social** que tende a identificar automaticamente cada homossexual com a doença e **isolá-lo** do convívio da **sociedade heterossexual**. (Revista *Istoé*, de 13 de março de 1985, edição 429, grifos nossos).

Podíamos, em princípio, estabelecer que a tal sociedade de que tanto se fala em (se) proteger fosse a ‘sociedade heterossexual’, em virtude de ela ser um contra-senso, no senso comum, de um estilo de vida homossexual. No entanto, não é em nome dos heterossexuais que se fala, mas em favor de uma moral, de Deus, de saúde, de religião, de justiça a partir de determinadas posições-sujeito.

É como se a posição do sujeito-homossexual necessitasse do olhar do outro para então ter sentido. E, sendo assim, os discursos religioso e médico (principalmente no fim do século XIX e início da década de 1980 com o advento da AIDS) produzem e fazem ecoar sentidos a respeito do homossexual de maneira que esses sentidos sejam tomados como literais, colados nas palavras que *definem* o homossexual.

Nesse processo discursivo depreende-se o que ORLANDI (2001a) chama de naturalização dos sentidos produzida pela ideologia, que coloca o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência. De forma não apenas a afetar o sujeito, mas a constituí-lo.

Interpreta-se e ao mesmo tempo nega-se a interpretação, colocando-a no grau zero. **Naturaliza-se o que é produzido na relação do histórico e do simbólico**. Por esse mecanismo – ideológico – de apagamento da interpretação, há transposição de formas materiais em outras, construindo-se transparências – **como se a linguagem e a história não tivessem sua espessura, sua opacidade** – para serem interpretadas por determinações históricas que se apresentam como imutáveis, **naturalizadas**. **Este é o trabalho da ideologia: produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência**. (ORLANDI: 2001a, 46, grifos nossos).

Então, onde está escrito *sociedade*, leia-se simplesmente *sociedade*. Assim mesmo, sem metáforas, sem interpretações, sem mais e sem menos. Estamos (sabe-se que *somos nós quem falamos*, mas é um *nós* indeterminado, que fala por essa sociedade: ao mesmo tempo próxima de quem diz mas distante o suficiente para não se comprometer diante do que é dito), simplesmente acomodando a vontade ao discurso: é isso, e pronto! É como se o sentido não necessitasse de um sujeito porque ele é *natural*. Falamos em nome de uma sociedade que não deixa dúvida quanto ao seu lugar.



A equação linguística - *homossexual* = *perverso* + *promíscuo* - aparece como uma evidência, como se ela estivesse sempre já-lá. E qualquer interpretação fora dessa equação é do campo do impossível de dizer, pelo menos atualmente.

Chamo de equação linguística, locução cunhada por Mariani (1998: 18)¹⁷, para designar a equivalência de sentidos (no caso da homossexualidade, negativos) entre duas ou mais expressões produzidas e recorrentes no interior de uma determinada formação discursiva a partir de certas condições de produção de sentido.

O sentido é naturalizado de tal forma que até o *homossexual* (com seu discurso reproduzido de maneira direta) tem absoluta certeza de que a AIDS é mesmo “coisa de gay”. Ele vai além, acredita que a AIDS é própria da comunidade, que surgiu dessa relação. Por exemplo:

“A AIDS é coisa de gay”, afirma Marco Antônio Abrão, 25 anos, que se batizou “Cláudia Wonder”. Ocorre que os travestis seriam requisitados mais como ativos do que como passivos, e portanto menos expostos ao contágio, por esse se dar através do esperma. (Revista Istoé, de 13 de março de 1985, grifos nossos).

Esses dizeres assumem *status* de verdade absoluta, sobretudo quando a própria comunidade os toma para si e os faz ecoar: “A AIDS É REALMENTE COISA DE GAY”, porque sou *gay* e posso, por conta disso, falar em nome desse “grupo”: é a impressão de que *aquilo* que ele diz só pode ser *aquilo*. E tem-se na sequência discursiva (SD) acima um efeito de verdade absoluta-inquestionável, porque não é qualquer um que diz.

Esses dizeres só são ouvidos, fazem sentido, porque falam de um lugar institucionalmente marginal e reproduzem uma posição sujeito outra, também, institucionalizada. O lugar do Outro é construído para que dessa forma se garanta o seu próprio lugar no discurso. Não há outra posição sujeito homossexual ocupando uma outra posição para se falar.

É o que PÊCHEUX (1995) denomina *esquecimento número 2*, do nível enunciativo, esquecimento que produz a impressão (no sujeito) da realidade do pensamento:

¹⁷ “O comunista é um inimigo”. Nesta “equação linguística” – “**comunista = inimigo**” -, a qual fixa um “lugar do mal” na história do Partido no Brasil, na forma como foi apresentada pela imprensa não-partidária, **se encontra um sentido sempre-já negativo**, reiterado na forma de diferentes denominações ou como elemento integrante de narrativas políticas. (MARIANI: 1998, 18, grifos nossos).



Concordamos em chamar *esquecimento nº 2* ao “**esquecimento**” pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, **formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase** – um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, **que**, no entanto, **está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada**. (PÊCHEUX: 1995, 173, grifos nossos).

O que foi dito só poderia ser dito dessa maneira e não de outra: o óbvio para o sujeito enunciador seria o fato de que a AIDS não poderia ter qualquer outra relação que não fosse uma relação causal com o fato de se ser *gay*. Além de sua autoridade para falar o que foi dito, tinha o discurso médico que lhe dava sustentação.

ORLANDI (2002a) denominou *conteudismo* o que supõe ser uma relação termo-a-termo entre pensamento/linguagem/mundo:

Como se pudesse existir uma relação natural entre palavras e coisas.
(...)

Ele (o conteudismo) resulta do fato de que **há uma injunção à interpretação e exercemos essa injunção** (tudo tem de receber um sentido) **pelo hábito de definir os sentidos pelos seus conteúdos** (como evidências): o que “x” quer dizer? **Este hábito**, no entanto, **é o resultado de uma construção**, historicamente determinada, **da nossa relação com a linguagem em que estão em causa o sujeito como intérprete** (na sua relação com o “saber”) **e o sentido** (em sua relação com as coisas).

Daí resulta o que chamamos de “perfidia da interpretação”: **o fato que consiste em considerar o conteúdo** (suposto) **das palavras e não** – como deveria ser – **o funcionamento do discurso na produção dos sentidos**. Levando em conta esse funcionamento é que podemos perceber que **o sujeito que produz linguagem e a exterioridade que o determina marcam** (isto é, estão presentes em) **toda a produção de sentidos**. É assim que esse conteudismo, por sua vez, está diretamente ligado ao modo como o ideológico está na linguagem e é concebido pelos que a analisam. (ORLANDI: 2002a, 98-99, grifos nossos).

Não é mais o religioso ou o médico, ou ainda um criminalista, ou um jornalista que dá o veredicto (ainda que essa regra se aplicasse a todos eles), mas não, somos nós mesmos quem falamos sobre o que nos parece evidente: a AIDS É COISA DE GAY. Sem possibilidade para dúvidas. Sem reversibilidade possível no discurso:

o sujeito não pode ocupar diferentes posições: **ele pode ocupar o “lugar” que lhe é destinado, para produzir os sentidos que não lhe são proibidos. A censura afeta, de imediato, a identidade do sujeito**. (ORLANDI: 2002a, 81, grifos nossos).



Não era possível, ou pelo menos, ainda possível, que o discurso fizesse sentido de uma outra forma que não um meio de reverberar o sentido médico sobre a epidemia.

O discurso médico faz sentido mesmo “onde não deveria”. O sujeito homossexual definido pela medicina se personifica, incorpora os sentidos produzidos de maneira a naturalizar aquele discurso em que se confundiam no receituário das práticas médicas, saúde e moralidade.

O fato da afirmação “AIDS é coisa de *gay*” ser uma forma de ilusão necessária de uma “intersubjetividade falante” (PÊCHEUX: 1995, 172) pela qual cada um sabe de antemão o que o “outro” vai pensar e dizer..., tem sua razão, já que o discurso de cada um reproduz o discurso do outro.

Não há qualquer estranhamento quando o homossexual se diz anormal, doente, criminoso, pecador *etc.* Ele tem a *certeza* de que não pode haver outros sentidos além desses a respeito da sua sexualidade. Falar, então, da homossexualidade é reproduzir esses sentidos como verdades absolutas e inquestionáveis. Por isso a aproximação natural entre ser homossexual e ser portador do vírus. Não era necessário produzir as duas palavras (homossexualidade e AIDS), pois uma pressupunha a outra.

O entrevistado toma-a como um índice identificador de si mesmo, não de uma certa anomalia alojada em seu corpo. (...) a medicina retirou do silêncio não somente a homossexualidade, mas também o sujeito definido por ela. (SOUZA: 1997, 29-30, grifos nossos).

De alguma forma e a partir da segunda metade da década de 1980, mais precisamente quando a AIDS passa a ter uma relação causal com a homossexualidade, é que esse segmento da sociedade passa, de certa maneira, fazer algum sentido, mas, apenas os sentidos oficiais, os já-ditos, os pré-construídos, os outros são silenciados, sufocados pelo silêncio imposto durante alguns séculos, evidenciando, dessa forma, aqueles mesmos sentidos.

Para dizer outro sentido “o sujeito tem de construir um outro lugar, para ser “ouvido”, para “significar” (ORLANDI: 2002a, 108). Esses sentidos negativos e pejorativos sobre os homossexuais se fizeram tão naturais que não havia outra possibilidade de dizê-los:



É essa normalidade a sua maior violência. Sua violência simbólica. Sem altos nem baixos. No seu efeito de sentido comum, de discurso social aceitável, e fato de opinião pública, não de alteração da vida comum. (ORLANDI: 1997, 11-12, grifos nossos).

Não fazia sentido qualquer que fosse outro o discurso sobre a homossexualidade. O sentido parecia colado e a literalidade se impunha como óbvia. Talvez a regularidade do que se diz sobre o *gay* seja responsável pela manutenção de um sentido (que apenas é dito de outra forma), mas que significa o mesmo. Esse movimento dos sentidos na linguagem é da ordem do ideológico.

Segundo ORLANDI (2001a), a ideologia não promove ocultação dos sentidos, nem engano, mas produz o desconhecimento de sentidos, através de processos históricos. O que quer dizer que, na produção de um certo imaginário, está vinculada uma determinada Interpretação (que coloco em maiúscula para significar sentido específico numa determinada formação discursiva). É como se sentidos fixos colassem nas palavras em certas condições sócio-históricas, determinando o que deve ser dito daquele lugar e quem fala.

E é bastante natural (ou da ordem do impossível, uma outra Interpretação), que se faça essa leitura específica. Não há, como já disse, estranhamento ao se colar o valor (no caso já estabilizado) de causalidade entre a homossexualidade e a AIDS: a (im)possível pergunta “como é que isso não poderia ser apenas isso?” nunca se realiza nessas condições de produção.

Justamente por conta da inter-relação entre a materialidade do texto e a sua exterioridade é que se faz necessário conhecer as condições de produção desse período em análise.

Os textos a serem analisados são produzidos depois de 1983, quando o discurso da ciência em relação ao chamado “grupo de risco” já compreende que não mais é possível trabalhar com a hipótese de que apenas os homossexuais, os hemofílicos ou os drogaditos correm risco de contaminação pelo HIV. Essa outra/nova/distinta perspectiva no discurso da ciência, contudo, não é suficiente para redimensionar o que já foi dito sobre a relação AIDS/homossexuais.

A imprensa falada e escrita, em várias instâncias e de formas diversas, trouxe à baila manifestações que, de alguma forma, ou de forma clara, expressam um discurso



homofóbico no qual ser portador do vírus e ser homossexual praticamente significaria a mesma coisa: alguns exemplos de manchetes sobre o tema:

“A peste rosa” *Jornal da Tarde* de 01.09 de 1983;
“Doença misteriosa alastra-se nos USA” *O Globo* de 09.02 de 1983;
“AIDS – a peste do século XX – doença chega ao Brasil e alarma comunidade gay” *Correio Braziliense* de 17.06 de 1983;
“Mal de homossexuais ataca os britânicos” *O Globo* de 19.05 de 1983;
“Homossexuais cubanos transmitem a doença” *O Globo* de 19.03 de 1983;
“Síndrome ou Câncer-gay” *A Tarde* de 07.06 de 1983;
“Síndrome gay deixa Europa amedrontada” *Correio Braziliense* de 06.07 de 1983;
“Síndrome gay leva os americanos à histeria” *Correio Braziliense* de 09.07 de 1983. (*apud* NETO: 1999, 50-51, grifos nossos).

E por conta disso, compreendo que o discurso jornalístico tem como característica atuar na institucionalização de sentidos, o que significa dizer que ele contribui para a constituição do imaginário social e para a cristalização da memória do passado, bem como para a construção da memória do futuro. Pontos que serão observados ao longo desse trabalho.

Em vários cenários, portanto, observa-se que a questão dos poderes e de seus efeitos se estrutura cada vez mais em torno de “projetos discursivos” através dos quais as instituições, cada uma delas assegurada por conhecimentos distintos, estabelecem, a partir daí, questões como imagem, visibilidade, oferta de novas normas e padrões de comportamento, dentre outras questões (*op.cit.*, 11).

O discurso traduz as instituições, tornando-se função central nesse empreendimento, instituindo-se como veículo, através do qual se disputam poderes e verdades.

A questão da emergência dos novos processos de mediação entre estruturas de ofertas e receptores de informação é um aspecto central na compreensão dos procedimentos que caracterizam os circuitos interativos entre produtores e usuários de informações. **Impõem-se, dentre outras coisas, novas hierarquias culturais entre as instituições e seus respectivos usuários**; ampliam-se, no nível qualitativo e quantitativo, as características do mercado tecno-simbólico **onde se travam as disputas de sentido**; redimensiona-se a problemática do “ponto de vista”; **fragmentam-se os usuários** e os respectivos protocolos através dos quais se estabelecem novas possibilidades de interação entre produtores e receptores de fluxos informativos. (NETO: 1999, 12, grifos nossos).



A doença que ainda é *misteriosa* (pois estamos na segunda metade da década de 1980) traz consigo o sentido que se naturaliza nas manchetes dos jornais (exemplificadas acima) ou nas matérias das revistas (usadas no *corpus* principal dessa pesquisa), nas relações causais que se estabelecem entre ser homossexual e portador do vírus, nas cartas dos leitores, repletas de ressignificação de sentidos médicos, cristãos, jurídicos, nas citações de personagens que fazem parte desse processo de *construção* oficial dos sentidos que circulam a respeito do estilo de vida homossexual e de sua conduta diante do mundo.

O *Dicionário de sexo* (1989, 120), traz a seguinte aceção para **gay**: “outro termo para homossexual, também usado como substantivo ou adjetivo” e alguns apostos, ampliando o significado do verbete: **gay, câncer**: “expressão anteriormente usada para AIDS, numa época em que as pesquisas científicas relacionavam estritamente essa síndrome com a homossexualidade.”

E ainda: **gay, peste**: “termo claramente preconceituoso usado algumas vezes para se referir à epidemia de AIDS”. E em seguida: **gay, pneumonia**: “outro termo para pneumocistose, empregado anteriormente, quando as pesquisas científicas faziam uma relação estrita entre a AIDS e a homossexualidade.”

Diante do histórico silêncio que exprimia os homossexuais das maneiras apresentadas aqui nesse trabalho serão necessários outros tantos períodos históricos para que a homossexualidade possa significar de outra maneira, de uma outra posição-sujeito.

Nesse momento (durante o recorte estabelecido nessa pesquisa), não havia nenhuma possibilidade de um outro lugar-discursivo (no discurso oficial) sobre essa relação: homossexualidade e AIDS.

Em seguida, veremos como se deu o silêncio imposto pelo discurso médico e pelo discurso religioso-cristão sobre a posição-sujeito-homossexual.



É preciso muitas histórias para que outros sentidos sejam possíveis onde se pôs silêncio, onde se criou o sem-sentido.

Eni Orlandi

Quando, no século passado, os primeiros médicos colocaram a atenção sobre o fenômeno que denominavam *inversão* já se registrava sobre os depoimentos dos pacientes entrevistados uma ação silenciadora. Essa ação, exercida pela inquirição médica, se insinua entre dois modos de o indivíduo enunciar sua prática sexual.

Pedro de Souza



3.1 A POLÍTICA DO SILÊNCIO

3.1.1 O SILENCIAMENTO DO SUJEITO HOMOSSEXUAL

O estruturalismo, assim como o formalismo chomskyano, não dão espaço para o silêncio. Aquele preenche tudo com o linguístico definido estruturalmente numa oposição “meta” e “ $\emptyset$ ”, isto é, o silêncio tem o valor que lhe dita seu oposto. Este fala da gramática e não da língua e tapa o buraco com uma teoria rarefeita, excluindo o silêncio (ORLANDI: 2002a, 46).

Para a AD o silêncio não é o vazio, e para torná-lo visível, é fundamental observá-lo *indiretamente* por métodos históricos, críticos, des-constitutivistas. (ORLANDI: 2002a, 47).

A significação não se desenvolve sobre uma linha reta, mensurável, calculável, segmentável. **Os sentidos são dispersos, eles se desenvolvem em todas as direções** e se fazem **por diferentes matérias, entre as quais se encontra o silêncio**. (ORLANDI: 2002a, 48, grifos nossos).

O silêncio ocupa um espaço na teoria francesa de análise do discurso, tendo em vista que essa teoria não trata a linguagem como sentido já-lá (determinado antes mesmo que o sujeito se enuncie, como o faz o estruturalismo, e não o ignora como o faz o formalismo chomskyano), mas no *processo* de enunciação desse sujeito.

O silêncio não é um acidente que intervém ocasionalmente, ele é necessário à significação (ORLANDI: 2002a, 47).

Segundo ORLANDI (2002a), uma distinção no interior da noção de silêncio indica um procedimento analítico significativo. Além do *silêncio fundador*, há a *política do silêncio*.

A diferença entre o silêncio fundador e a política do silêncio é que a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz, enquanto **o silêncio fundador não estabelece nenhuma divisão: ele significa em (por) si mesmo**. (ORLANDI: 2002a, 75, grifos nossos).

A política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz. O que não se diz, e também *o que não se pode dizer* a partir de certa posição sujeito.



O silenciamento do sujeito homossexual é histórico: o cristianismo através da tentativa de classificar o seu comportamento como *desviante, anormal etc.*, cala esse sujeito, e, ao emudecê-lo, reforça e realça o que deseja mostrar nele; a medicina, ao ignorar a fala desse sujeito em virtude de simplesmente se *debruçar na descrição de uma doença*, retira do silêncio o homossexual, no entanto, não permite que ele ocupe um outro um lugar discursivo além de doente (SOUZA: 1997):

Além de esta prática sexual ser tomada como doença, durante muito tempo, **providenciou-se para que o indivíduo implicado nela fosse mantido no silêncio**. Tal controle exercia-se pela constante observação clínica. (SOUZA: 1997, 19, grifos nossos).

O silêncio imposto ao homossexual pelo discurso médico significou de tal forma que toda e qualquer informação que escapasse ao objetivo da descrição da doença, era irrelevante: *“isso não é da minha conta, não me interessa, não é importante ou não cabe aqui diante das minhas intenções”*. Falava-se então para não dizer os outros sentidos ou dizer apenas os sentidos que não fugissem ao controle desse discurso.

Segundo CORRÊA (1998), na medicina não há lugar para se falar sobre a sexualidade. À medicina cabe, apenas, em se tratando da AIDS, por exemplo, controlar categorias, como números de parceiros, o seu sexo, adoção de práticas sexuais ditas preventivas, ou seja, tudo o que se refere à transmissão da doença, mas não o prazer, sobre o qual outras disciplinas tais como a psicologia, a educação, é que devem dar conta:

Se alguém identifica, por exemplo, um problema com seu sexo ou com sua sexualidade e decide ir ao médico, que tipo de médico essa pessoa iria procurar? A sexologia, por exemplo, uma referência possível neste caso, **não é uma especialidade médica**. Ela é uma disciplina que reúne profissionais que podem ser originários da medicina (de diversas especialidades), da psicologia, da educação **e está voltada para o que ela própria chama de “educação sexual” e de “terapia sexual”**. Essa mistura de educação e psicologia visaria a promover algo como a reeducação do prazer sexual ou da libido, através, principalmente, de uma terapia de problemas como impotência masculina e frigidez feminina, entre outras alterações da libido. (CORRÊA: 1998, 69-70, grifos nossos).

Em uma medicina que acumulou conhecimentos fragmentados sobre o corpo, não se pode identificar, a princípio, a existência de um discurso sobre o sexo e a sexualidade.



O prazer, geralmente tido como um critério indicativo de positividade em relação à sexualidade, é um bom exemplo, sob esse aspecto, da dificuldade em lidar com o tema: o sexo pode ser fonte de ansiedade quando se tem prazer, assim como fonte de prazer em situações de desprazer, como experiência da dor (física ou moral).

Esse tipo de problemática conflita com aquele tipo de orientação (normal/patológico e saúde/doença) que ordena a construção do discurso médico, no qual uma mesma coisa não deve poder fazer bem e mal ao mesmo tempo, ao menos do ponto de vista de suas definições operacionais.

A forma como se goza não era objeto de consideração científica, cabendo ao discurso moral e não à medicina um debate sobre o que seria repugnante no sexo, ou sobre o dever conjugal *etc.*

Esse quadro de abrangência, pulverização e inespecificidade que caracteriza a abordagem médica da sexualidade contrasta, contudo, com o usual da pesquisa em medicina, marcada pela busca de critérios operacionalmente bem definidos em relação a seus objetos técnicos - doenças, medicamentos, constantes fisiologias, *etc.* – critérios que vêm embasar os eixos que orientam o discurso médico em geral: o de saúde e doença, normal e patológico. (CORRÊA: 1998, 72, grifos nossos).

A pretensão de legitimidade por parte da sexologia, em função de sua estruturação como um discurso científico de bases tecnicistas, esbarra nos limites colocados pelo próprio tipo de conhecimento que ela mesma produz: o conhecimento de aspectos anatômicos e fisiológicos do aparelho reprodutivo, como a frequência cardíaca no orgasmo ideal, a taxa hormonal em dada situação, o ângulo de ereção do pênis, o volume de ejaculação *etc.* São categorias que deixam de fora qualquer entendimento quanto à identidade sexual, a atração por alguém, do mesmo sexo ou não, ou sobre a recusa de se ter sexo, ou ainda o desejo em ser maltratado pelo objeto erótico escolhido, enfim, sobre aquilo que aflige homens e mulheres em suas trocas sexuais.

Nesse esquema, que vigora até hoje na medicina, nem o problema da identidade sexual – entendida, da forma mais simples possível, como o sentimento de pertencimento a um sexo – nem o da escolha de objeto – que cresce, à função sexual, o problema do desejo de exercê-la (ou não), de uma ou de outra maneira, com um indivíduo de um ou outro sexo – jamais puderam ser integrados, embora essa integração continue a ser perseguida na pesquisa médica.



Assim, entre os anos 60 e 70, realizaram-se inúmeros estudos médicos para investigar a correlação entre hormônios e comportamento sexual, sob a hipótese de que existiriam alterações nas taxas sanguíneas de hormônios sexuais em lésbicas e em homossexuais masculinos. Numa pesquisa desse tipo, aplicaram-se altas doses de testosterona em homens homossexuais, o que resultou num aumento da intensidade de seus desejos sexuais, mas sem modificação do sexo do objeto sexual escolhido. (CORRÊA: 1998, 88, grifos nossos).

No entanto, as tentativas de construção de um discurso médico a respeito do sexo e da diferença sexual não abrem mão de ancorá-los no biológico, no genético e no somático.

Na verdade, muito antes do atual *boom* da genética, a medicina estabeleceu critérios para definir os sexos e explicar a diferenciação sexual. Para ela, **um homem é definido por cromossomos sexuais XY, testículos produtores de hormônios masculinos e de espermatozoide, órgão sexual masculino (pênis) funcionante; uma mulher por cromossomos XX, ovários funcionantes, órgãos sexuais femininos adequados à função sexual.** Três níveis são, assim, tradicionalmente evocados, quando se faz referência à determinação dos sexos em medicina – sexo genético, gonadal (ou hormonal) e genital (morfológico), que devem ser coerentes nas pessoas “normais”, **sem que esta apreciação inclua a identidade sexual.** (CORRÊA: 1998, 89, grifos nossos).

E se um daqueles sexos - genético, hormonal e genital - estiver em discordância ou em contradição (por exemplo, mulheres aparentes que guardam testículos dentro do abdômen ou homens geneticamente mulheres [XX]), colocam todo o tipo de dificuldade para a medicina, não só no aspecto clínico (diagnósticos e tratamento), mas também na simples nominação do sexo a ser determinado no momento do nascimento:

Assim, a medicina, que não inclui entre seus critérios de definição do sexo o da identidade social ou psicológica, acaba por ter de recorrer a estas categorias, em casos como os citados. **O indivíduo passa então a ser definido pelo sexo que adotou ao longo de sua vida – pelo sexo social e o sexo psicológico – como denominados no discurso médico (e no discurso jurídico que o acompanha, nesses casos).** Tais casos, **que não respondem adequadamente aos critérios biológicos, põem em evidência o estranho estatuto da identidade sexual na medicina,** que se situa, se posso me exprimir assim, entre o que não vale nada e o que distingue tudo.

O caso que melhor ilustra a fragilidade e a incongruência deste sistema de determinação do sexo pela medicina, é o caso do transexual.



Coerente genética, hormonal e anatomicamente, o transexual consegue fazer valer uma norma excepcional, que tem por base uma “convicção absoluta” e uma “vontade indiscutível” de pertencer ao sexo oposto àquele que seus genes, hormônios e órgãos sexuais atestam (termos utilizados em tratamentos médicos sobre transexualismo). (CORRÊA: 1998, 90, grifos nossos).

No que diz respeito à medicina, a sexologia mantém uma perspectiva altamente naturalizada da sexualidade, na qual são valorizados apenas os aspectos como a comparação com espécies inferiores, medidas biológicas e fisiológicas, com pouca ou quase nenhuma atenção à questão da identidade e dos valores morais e afetivos implicados no sexo e na sexualidade.

A forma discursiva do silêncio *fundador*¹⁸, concebida por ORLANDI (2002a), nos mostra a contribuição para descrever, no campo da especulação médica sobre a homossexualidade, o confronto entre a visibilidade do objeto e a fala do sujeito (SOUZA: 1997, 29).

A partir da segunda metade do século XIX, com o surgimento do Comitê Humanitário e Científico¹⁹ (CHC), primeira organização no mundo de expressão do movimento homossexual, “assumir-se” sofreu um deslocamento. A *visibilidade* em torno da orientação sexual homossexual passou do campo do *impossível* para o campo do *provável*. O “assumir-se” homossexual passou de um modo de se inscrever em uma categoria excludente da sexualidade a um modo de inserir-se em uma prática política de

¹⁸ “É assim que podemos compreender o silêncio fundador como o não-dito que é história, e que, dada a necessária relação do sentido com o imaginário, é também função da relação (necessária) de língua e ideologia. O silêncio trabalha então essa necessidade. (...) ele tem significância própria. E quando dizemos fundador estamos afirmando esse seu caráter necessário e próprio. Fundador não significa aqui “originário”, nem o lugar do sentido absoluto. Nem tampouco que haveria, no silêncio, um sentido independente, auto-suficiente, preexistente. Significa que o silêncio é garantia do movimento de sentidos. Sempre se diz a partir do silêncio. O silêncio não é pois, em nossa perspectiva, o “tudo” da linguagem. Nem o ideal do lugar “outro”, como não é tampouco o abismo dos sentidos. Ele é, sim, a possibilidade para o sujeito de trabalhar sua contradição constitutiva, a que o situa na relação do “um” com o “múltiplo”, a que aceita a reduplicação e o deslocamento que nos deixam ver que todo discurso sempre se remete a outro discurso que lhe dá realidade significativa”. (ORLANDI: 2002a, 22-23).

¹⁹ O Comitê Humanitário e Científico, fundado na Alemanha em 1897, fundamentava-se, basicamente, em três princípios: (a) buscar o apoio do poder Legislativo para abolir determinados itens da Constituição dotados de um sentido anti-humanitário em relação aos homossexuais; (b) combater os “mitos” em torno da homossexualidade; (c) despertar nos homossexuais seus direitos de cidadania. As discussões repercutiram com tamanha eficiência que não tardaram a surtir efeitos: na década de 1920, o Comitê contava com 25 sucursais espalhadas pelo mundo. Além das reuniões internas, seus representantes promoveram vários congressos para discutir a situação dos homossexuais, até que, na década de 1930, os nazistas, apoiados na constituição alemã, passaram a atacar os locais de reunião dos homossexuais, prendendo seus participantes e levando-os aos campos de concentração, de onde dificilmente retornariam. A liga foi dissolvida em 1933.



representatividade. A proposta do CHC era a de não mais ser identificado por pertencer a um grupo, mas de buscar a identidade por meio de um processo de subjetividade do indivíduo pelo próprio indivíduo.

Aqui no Brasil, no entanto, segundo TREVISAN (2000), somente o advento da AIDS conseguiu fazer, em poucos anos, o que o movimento homossexual não conseguiu em duas décadas: direcionar o foco para as questões sobre a homossexualidade, porque, segundo o autor, “sabíamos” que essa questão existia, mas ela estava escondida, “ouvíamos falar” em relações anais, mas nem o nosso vizinho mais estranho nos recôncavos noturnos poderia supor que essa prática existisse aqui bem pertinho, quem sabe embaixo do nosso próprio teto:

Ao contrário do que muita gente diz, a meu ver, **o vírus da AIDS realizou em alguns anos uma proeza que nem o mais bem-intencionado movimento pelos direitos homossexuais teria conseguido**, em muitas décadas: **deixar evidente à sociedade que o homossexual existe e não é o outro**, no sentido de um continente à parte, mas está muito próximo de qualquer cidadão comum, talvez ao meu lado e – isto é importante! – dentro de cada um de nós, pelo menos enquanto virtualidade. **Graças à característica de estigma que a AIDS historicamente adquiriu, já não se pode mais esconder o desejo**: ele está lá, sendo identificado, flagrado e denunciado por intermédio da doença. **De repente a AIDS é temida como algo que pode tocar qualquer um e não mais como uma doença do desejo à qual somos invulneráveis**. Em outras palavras: **é a primeira vez que se pode “apalpar” o desejo proibido como coisa clara e concreta** – pelo menos nos contornos tais como impostos em nossa sociedade. (TREVISAN: 2000, 462, itálicos e aspas do autor e grifos nossos).

Visto dessa forma o vírus passa a ser o nosso irmão, pois ele nos mostra que para viver é necessário de certo modo deixar de viver, ou ao menos correr esse risco, que está sempre latente no mero ato de estar vivo. Tem um ditado latino que diz *In peste veritas* (*op.cit.*, 432): na peste o momento da verdade. E a partir da AIDS, para além das questões homoeróticas, discute-se abertamente na TV, no horário antes destinado exclusivamente às questões domésticas, por exemplo, o sexo na terceira idade.

O que se perguntava muito antes da AIDS é se as pessoas faziam xixi ou não faziam xixi; se doía ou não doía para fazer xixi. **Ninguém perguntava se tinha um bom sexo ... se era heterossexual ou se deixava de ser, se praticava sexo oral ou não ...** parecia que o paciente estava desprovido de sexo até chegar a AIDS. (CAMARGO: 1994, 39, grifos nossos).



De alguma forma a AIDS trouxe à luz das discussões questões que até então eram “tabus”, “pecados” e que por isso não deviam e não tinham espaço para serem abordadas. Do pai de família que mantinha relações extraconjugais, a bissexualidade, a camisinha, a homossexualidade, por exemplo. Esses são alguns temas que eram silenciados, isto é, que não deviam ou podiam estar na ordem do dia e que, dessa forma, não podiam significar, porque simplesmente não eram. Depreende-se, aí, uma política de sentidos, ou melhor, uma política de silenciamento destes sentidos.

A política do silêncio se define pelo fato de que **ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis**, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada. (ORLANDI: 2002a, 75, grifos nossos).

E, no caso dos homossexuais, o que foi apagado, censurado, foi simplesmente o sujeito/discurso homossexual, negando, dessa forma, um lugar para a sua sexualidade (seu estilo de vida, sua história etc.), um lugar em que o sujeito desse discurso fosse ele mesmo e não o objeto de um outro discurso.

Como, no discurso, o sujeito e o sentido se constituem ao mesmo tempo, ao se proceder desse modo **se proíbe ao sujeito ocupar certos “lugares”**, ou melhor, proíbem-se certas “posições” do sujeito. (ORLANDI: 2002a, 78, grifos nossos).

O sujeito homossexual só faria sentido, ou melhor, outro sentido se ele fosse o sujeito da sua história, mas como ele era apenas falado de outro lugar (ou quando falava reproduzia os sentidos desse lugar que não era seu) e não falava, a sua posição-sujeito simplesmente era a que a ele fosse atribuída.

Segundo ORLANDI (2002a), a censura pode ser compreendida como interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas de forma a fazer com que aquela posição discursiva simplesmente não exista.

Como parte da política do silêncio nós temos, ao lado do silêncio constitutivo, o silêncio local, que é a manifestação mais visível desta política: a da interdição do dizer.

Tomemos um exemplo desse silêncio local: a censura. Trata-se da produção do silêncio sob a forma fraca, isto é, **é uma estratégia política**



circunstanciada em relação à política dos sentidos: é a produção do interdito, do proibido. (ORLANDI: 2002a, 76-77, grifos nossos).

Ou seja, a identidade do sujeito é, de imediato, afetada, pois, sabe-se (PÊCHEUX: 1995) que a identidade resulta de processos de identificação segundo os quais o sujeito deve-se inscrever em uma (e não em outra) formação discursiva para que suas palavras tenham sentido.

E já que ele, o sujeito homossexual, não tem direito de falar de uma outra formação discursiva, pois ela encontra-se censurada, por conta dessa política de silenciamento, ele não é, seu lugar é o que o Outro²⁰ lhe designa.

(...) se diz “x” para não (deixar) dizer “y”, este sendo o sentido a se descartar do dito. **É o não-dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma “outra” formação discursiva, uma “outra” região de sentidos.** O silêncio trabalha assim os limites das formações discursivas, **determinando consequentemente os limites do dizer.** (ORLANDI: 2002a, 76, grifos nossos).

Os sentidos sobre a homossexualidade não são quaisquer, eles são evidenciados pela memória sob dois aspectos: a memória institucionalizada (o arquivo), o trabalho social da interpretação em que se separa quem tem e quem não tem direito a ela; e a memória constitutiva (o interdiscurso), o trabalho histórico da constituição do sentido. Segundo ORLANDI (2001a):

Para que a língua faça sentido, é preciso que a história intervenha, pelo equívoco, pela opacidade, pela espessura material do significante. Daí resulta que a interpretação é necessariamente regulada em suas possibilidades, em suas condições. Ela não é mero gesto de decodificação, de apreensão do sentido. **A interpretação não é livre de determinações: não é qualquer uma e é desigualmente distribuída na formação social.** Ela é “garantida” pela memória, sob dois aspectos: (a) **a memória institucionalizada (o arquivo), o trabalho social da interpretação onde se separa quem tem e quem não tem direito a ela;** (b) **a memória constitutiva (o interdiscurso), o trabalho histórico da constituição do sentido (o dizível, o interpretável, o saber discursivo).** O gesto de interpretação se faz entre a memória institucional (o arquivo) e os efeitos de memória (interdiscurso), podendo assim tanto estabilizar

²⁰ Outro no sentido que lhe dá ORLANDI, ou seja, como lugar de memória e também na acepção de LACAN, como lugar na linguagem.



como deslocar sentidos. **Ser determinada não significa ser (necessariamente) imóvel.** (ORLANDI: 2001a, 47-48, grifos nossos).

Podemos dizer que, quando o homossexual diz-se de uma posição-sujeito da mesma forma como é denominado por outra posição-sujeito, não é ele quem se diz, mas, ali, ele está se dizendo a partir do discurso que lhe é possível. O interdiscurso gerencia as questões discursivas: não é qualquer um que pode dizer nem qualquer coisa pode ser dita. A interpretação não é livre, ela é “garantida” pela memória, sob os aspectos: a memória institucionalizada e a memória constitutiva.

Sobre a homossexualidade somente era possível falar, ou melhor, só faziam sentido os sentidos institucionalizados sobre ela: o discurso da medicina, da religião, o discurso legal.

O que era dito a partir dessas posições (de uma formação ideológica composta por essas instituições) era o que produzia os sentidos que foram se estabelecendo sobre o homossexual e a sua orientação sexual.

O silêncio é, no registro do real, o impossível de se dizer. É como se para falar do homossexual fosse necessário reinventar palavras, história e ideologia, já que não era permitido que ele significasse na normalidade, no que a sociedade instituía como normalidade.

Esse silêncio a ele imposto é um silêncio significante (mas apenas re-significa os sentidos históricos). Se fosse de outra maneira, de um outro lugar, de uma outra posição-sujeito, o que é silenciado estaria de alguma forma na ordem dos poderes, do embate de forças, na disputa de lugares. Mas não, é um silêncio estabilizado, reverberando os sentidos oficiais, os sentidos literais: os que aproximam a homossexualidade ao crime, pecado e doença.

A política do silêncio se define pelo fato de que **ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis**, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada (ORLANDI: 2002a, 75, grifos nossos).

Não quero com isso dizer que o sujeito-homossexual fosse impedido de *falar* (quando escrevo sobre a política de silenciamento, refiro-me à censura de uma outra formação discursiva possível), mas de fazer sentido de uma outra posição-sujeito distinta da que a ele era imposta.



Essa não possibilidade de fazer sentido de uma outra posição-sujeito cola-se como evidência. Todos esperam que isso seja exatamente como é. Não causa nenhum estranhamento ou incômodo o fato do sentido ser *apenas* (e o “apenas” eu uso de um outro lugar, só possível pelo distanciamento que a teoria permite) o que era.

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. (PÊCHEUX: 1995, 160, grifos nossos).

Todos “sabem” o que é um homossexual e o lugar marginal que ele ocupa: o que ele pode dizer e o que não pode (o que não faria qualquer sentido).

Quando ele (o homossexual) *fala*, por exemplo, da *multiplicidade de prazeres*, o efeito de sentido do que é dito marca uma posição-sujeito distinta dos já-ditos, dos construídos sobre, por exemplo, as formas de se relacionar sexualmente.

No entanto, a posição-sujeito que poderia em princípio sugerir uma outra formação discursiva (diferente do que ele, o homossexual, significa para a justiça, para a igreja e para medicina, e conseqüentemente para a memória, isto é, para a formação discursiva hegemônica) não produz um outro sentido. Mesmo porque, nessas condições de produção, só faz sentido o que confirma os postulados da mesma FD.

Isso fica bem claro quando numa fotografia veiculada na revista *Veja* de 18 de setembro de 1985, e que faz parte do *corpus* dessa pesquisa²¹: o cabeleireiro Ruddy, homossexual assumido, aparece com uma cópia de um teste negativo para HIV. Esse teste é ampliado, em destaque, sobre essa fotografia, que traz a seguinte legenda: “O cabeleireiro Ruddy e seu teste negativo (ao alto): alívio.”

O que é dito sobre o homossexual (a memória) é que ele mantém com a doença uma relação bastante íntima, de causalidade: ser homossexual e estar contaminado é uma equação linguística que se retoma a todo instante, como já foi dito anteriormente.

Não estar contaminado, como era o caso do cabeleireiro, poderia ser uma possibilidade de fazer sentido de outra forma, de uma outra formação discursiva, de uma

²¹ A fotografia será apresentada e analisada no capítulo: As fotos falam ou sussurram?



outra posição-sujeito, a que falasse que talvez houvesse uma outra relação entre a AIDS e as possíveis formas de contaminação, mas nunca pelo fato causal de ser homossexual.

O substantivo *alívio* (que também significa: “estado de quem se livra de qualquer forma de opressão; desafogo”)²² subscrito na fotografia também reforça a formação discursiva hegemônica que relaciona a homossexualidade à AIDS: sou gay, sou promíscuo, estatisticamente é comprovado que tenho grandes chances de estar contaminado. “Mas vejam vocês: não estou, e isso só quer dizer que posso ser uma exceção, nada mais”.

A ideologia será então percebida como o processo de produção de um imaginário, isto é, produção de uma interpretação particular que apareceria, no entanto, como a interpretação necessária, e **que atribui sentidos fixos às palavras em um contexto histórico dado (...)** estando os sujeitos condenados a significar, **a interpretação é sempre regida por condições de produção específicas que, no entanto, aparecem como universais e eternas, daí resultando a impressão do sentido único e verdadeiro.** (ORLANDI: 2002a, 100, grifos nossos).

Não havia outra forma de dizer o homossexual e nem a relação que ele mantinha com a AIDS de uma outra maneira, as condições de produção específicas direcionavam a interpretação nesse sentido. O sentido é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo (nesse caso apenas as jurídica, religiosa e médica) no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas) (PÊCHEUX: 1995). É o que este autor denomina sentido colado ao objeto, a impressão de literalidade.

A censura pode ser compreendida como a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas. Consequentemente, a identidade do sujeito é imediatamente afetada enquanto sujeito-do-discurso, pois, sabe-se, **a identidade resulta de processos de identificação segundo os quais o sujeito deve-se inscrever em uma (e não em outra) formação discursiva para que suas palavras tenham sentido.** Ao mudar de formação discursiva, as palavras mudam de sentido. Em uma conjuntura dada, **as formações discursivas determinam “o que pode e deve ser dito”.** A censura estabelece um jogo de relações de força pelo qual ela configura, de forma localizada, o que, do dizível, **não deve (não pode) ser dito quando o sujeito fala.** (ORLANDI: 2002a, 78-79, grifos nossos).

²² Houaiss (2001).



Ele, o homossexual, não pode significar de outras formas, e por conta disso o seu universo é a todo tempo inventado. Ele está inserido num processo de produção de sentidos específicos tal que não permite outra maneira de interpretá-lo: as suas relações amorosas, apenas como ilustração, não correspondem à normalidade. As respostas a serem dadas por ele, em virtude de que, para o sujeito de linguagem, o sentido já está sempre-lá (*op.cit.*, 72), são re-interpretações dos já-ditos sobre o homossexual em uma equação linguística que afirma ser o *homossexual* = *palhaço*, *anormal*, *pecador*, *promíscuo*, *doente*, entre tantos outros; outras vezes ele ocupa um lugar possível, o lugar do “heterossexual”.

E tanto de uma forma quanto de outra ele fica sem lugar porque o *seu lugar* é ocupado por um discurso que não é o seu (ou pelo menos não deveria ser) e, desse modo, não o traduz.

Para que ele faça algum sentido é preciso que ele se mostre ou seja mostrado de alguma forma: e as possibilidades (a partir das condições de produção dessa década) são ou a do homem insatisfeito com a condição do masculino e que deseja ser mulher (o caricato) ou aquele que se esconde por detrás da vida aparente. Mas, *isto é fundamental*, essa outra vida (a aparente), como não é mostrada, não faz qualquer sentido: o empresário que à noite deixa a família em casa e vai buscar o prostituto ou o travesti; o pai de família que frequenta saunas ou outros lugares para encontros com outros homens, simplesmente não existem, porque não são materializados discursivamente.

Impor o silêncio não é calar o interlocutor mas impedi-lo de sustentar outro discurso. Em condições dadas, **fala-se para não dizer** (ou não permitir que se digam) **coisas que podem causar rupturas significativas na relação de sentidos.** As palavras vêm carregadas de silêncio(s). (ORLANDI: 2002a, 105, grifos nossos).

Mas, veja bem, a denominação é sempre outra: *empresário*, *pai de família*, *tarado*, *perverso etc.*, e nunca a de *homossexual que é casado* ou o *homossexual que é pai de família etc.* Faltava a palavra que tivesse essa acepção: era impossível que isso fosse dito.

A AIDS tira essas categorias do anonimato. A porta do armário se abre e de lá saem também todos esses discursos e sentidos:



Há que lembrar um extraordinário efeito colateral dessa epidemia sexualizada. **Ela ofereceu de presente às sociedades modernas elementos inestimáveis para educação da sexualidade e, eu acrescentaria, da sensibilidade, para não dizer: do desejo.** (TREVISAN: 2000, 463, grifos nossos).

Através da AIDS ampliam-se os sentidos: é possível então que o pai de família ou o chefe da casa também seja homossexual; aquele empresário que depois do expediente procura a companhia de outro homem (seja ele um prostituto ou travesti) passa a fazer parte desse novo sentido em torno da AIDS.

O Parque do Trianon, em frente ao Museu de Arte Moderna de São Paulo, Masp, **todas as noites se transforma num ponto de prostituição masculina, onde centenas de executivos *homossexuais* vão contratar os serviços de jovens rapazes.** (Revista *Veja*, ed. nº 1095 de 6 de setembro de 1989, grifos e itálicos nossos).

Era como se de repente (porque as condições de produção eram outras) fosse possível dar nomes, porque era necessário, diante dessas novas categorias, classificar. E então o que era sem-forma toma seu lugar e significa, passa a ocupar uma posição-sujeito. Mas, o sentido ainda não é outro, primeiro porque parte daquela formação discursiva hegemônica, depois porque apenas reforça o sentido já-estabelecido.

As palavras, expressões, proposições, *etc.* **mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que empregam**, o que quer dizer que **elas adquirem seu sentido em referência a** essas posições, isto é, em referência **às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem.** (PÊCHEUX: 1995, 160, grifos nossos).

A AIDS contribui para que as condições de produção de sentido instaurassem a possibilidade de uma outra posição-sujeito (que somente mais adiante é ocupado – bem mais adiante), o que equivale a dizer que as palavras, expressões, proposições *etc.*, que falam da homossexualidade (sobre ela e dessa posição-sujeito) desse novo lugar, por exemplo, no início dos anos 1990, fazem outro sentido, porque são produzidas de outra formação discursiva.



Os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes (em sujeito de seu discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes. (PÊCHEUX: 1995, 161).

A revista *Megazine*²³, encarte do jornal *O Globo* destinado aos adolescentes, trouxe em sua matéria principal (capa) uma pesquisa que mostra que 25% dos jovens de 17 a 25 anos fazem parte da geração “Transei e esqueci o nome”.

Segundo essa pesquisa, realizada pelo Laboratório UniCarioca, 45% dos jovens entrevistados disseram que sexo casual é normal: toda a matéria diz respeito a relação sexual entre parceiros de sexos opostos (heterossexuais).

17,08% desses jovens disseram que já transaram sem perguntar o nome do parceiro:

Você **conhece** a garota na noite. É tudo tão fácil que não precisa saber o nome para **transar** com ela. Provavelmente ela também não sabe o meu – diz Fábio, de 18 anos, **que ao contar suas aventuras** para os amigos cria apelidos para as garotas. (grifos nossos).

O que a imprensa chama(va) de *promiscuidade* entre parceiros de mesmo sexo, agora é denominado *aventura*. E não há qualquer valor pejorativo nessa denominação, além, é claro, da falta de importância desse encontro no que diz respeito ao sexo.

Na referida reportagem, um psicanalista e uma psicóloga analisam o comportamento desses jovens e afirmam que o que acontece é que eles vivem num mundo de consumo e que transferem para o parceiro o *status* de mercadoria: “há uma falta de aproximação e intimidade. Nesse período de grande experimentação, muitas vezes eles abrem mão de seus desejos para seguir uma tendência do grupo”, diz o psicanalista.

Não há qualquer aspecto da moral cristã na avaliação do comportamento desses jovens. Também não são analisados a partir de estatísticas médicas, como era feito na segunda metade da década de 1980 (para o mesmo comportamento): “*pela simples multiplicação das chances de contrair a doença.*”

A responsável pela análise dos dados, Maura Cruz Xerfan, coordenadora de *marketing* do laboratório faz menção ao uso de preservativo, dizendo que é “bom saber

²³ Em sua edição de terça-feira, dia 25 de outubro de 2005.



que 81,4% dos entrevistados não transam sem camisinha”. No entanto, sem manifestar qualquer nível de moralização em relação à pesquisa que relata.

A AIDS trouxe à luz das discussões o uso do preservativo como meio para evitar a transmissão dessa ou de qualquer outra doença sexual.

O sexo casual não é mais o agente que abriu “um portão natural através do qual essa força (maligna) teria entrado no mundo” (a AIDS), e também não seria o responsável pela disseminação do vírus entre os heterossexuais (ao contrário do que se afirmava sobre a contaminação dos homossexuais).

De *promiscuidade* à *aventura*, e não há qualquer relação desta palavra com o fato de *arriscar-se* por fazer sexo anônimo.

De acordo com a revista *Planeta* (citada mais adiante, na página 104), da mesma forma como os haitianos com suas práticas mágicas do vodu encontram-se dominados por um tipo de êxtase espiritual (nessa situação), ou de forma semelhante, *por estar possuído por um tipo de luxúria que compele alguém a entrar numa sauna gay e ter dúzias de encontros sexuais em uma única noite*, o sexo casual, anônimo era sinônimo de promiscuidade e de total falta de cuidado consigo ao se pôr de forma *tão irresponsável* em contato com o vírus da AIDS.

O sentido da palavra se dá a partir de suas condições de produção, de quem diz e para quem diz. Por isso o sentido da palavra vai determinar à Formação Discursiva a qual ela está vinculada. Se o seu sentido é outro, significa que estamos em outra formação discursiva.

Por exemplo, *a quantidade de parceiros* vai significar de maneira diferente quando é relacionada aos homens homossexuais ou aos homens heterossexuais. Quando se fala, por exemplo, que um homem heterossexual tem diversas amantes, ele é considerado um garanhão, viril, macho ou, entre outros sentidos positivos, um bom exemplar sexual, no entanto, se um homem homossexual tem diversos amantes ele é promíscuo, irresponsável, está correndo certos riscos em relação a sua saúde sexual *etc.*

Do ponto de vista da AD, um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas: por exemplo, alguém representa um grupo ou algum interesse. E está situado no interior da relação de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado: o que diz não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa segundo a sua posição e do que ele representa, em relação ao que diz.



Todo signo é ideológico, diz Bakhtin, e é, portanto, um reflexo das estruturas sociais, no entanto, quando lembramos Henry (1992), vemos que, para além disso, há que se considerar também que qualquer acontecimento histórico só entra na história se for simbolizado. E toda modificação ideológica encadeia uma mudança da língua: linguagem e história não se desassociam.

A censura imposta ao sujeito homossexual impedia que ele significasse de forma diferente da maneira como ele sempre fez sentido. Essa censura produziu efeitos determinantes na constituição desse sujeito (calou o homossexual e acentuou, nesse silêncio, outros sentidos).

Já que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos, e como sentido e sujeito se constituem ao mesmo tempo, proibiu-se, portanto, o sujeito de ocupar certos lugares. Ou impôs-se ao homossexual um só lugar possível que ele pudesse ocupar.

Os discursos médico e religioso contribuíram de forma eficiente para a construção da homossexualidade como doença – anormalidade -, e essa construção impôs ao homossexual se falar a partir dessa posição, reproduzindo os efeitos de sentido que a ele eram (im)postos como naturais.

Ele não fazia sentido se não fosse a partir dos conceitos médicos sobre a sua conduta. Faltavam palavras para que outros sentidos fizessem sentido.

Quando a AIDS torna-se um acontecimento discursivo, esse sujeito que já estava silenciado toma para si uma reorganização (deslizamento) de sentidos que voltam à ordem do dia.

E (bem) mais adiante esse mesmo acontecimento é que mina o silêncio imposto ao homossexual permitindo que ele signifique, vá ocupando algumas posições para que os sentidos sejam outros a seu respeito. Muitos sentidos foram sendo possíveis a partir da AIDS.

As palavras foram adquirindo outros sentidos, outras palavras foram necessárias para que outros sentidos tivessem espaço e isso significa uma pista para uma outra formação discursiva.



3.2 A AIDS COMO ACONTECIMENTO DISCURSIVO

De qual Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) estamos falando aqui? Será que são várias as síndromes? Acho que são, pelo menos, duas ou três. Poderíamos estar falando sobre a síndrome que mais ou menos no início dos anos de 1980 não escolhia um grupo específico como alvo e que, inclusive até hoje, está matando homens, mulheres e crianças no continente africano.

Poderíamos também estar falando de uma síndrome que, considerando as diferenças geográficas e os poderes políticos e capitais, também estaria matando homens, mulheres, crianças independentes de sua orientação sexual ou seu estilo de vida. Essa síndrome também não foi a que se materializou discursivamente.

Então estamos falando de uma síndrome específica, aquela que teve início nos E.U.A. – no início dos anos 1980 - e que tinha como público alvo os homossexuais, os viciados em drogas injetáveis e os haitianos. Todos eram, consideradas as devidas proporções, marginalizados pelos poderes vigentes.

No caso dos homossexuais, por motivos historicamente estabilizados: aqueles principalmente pelo discurso médico (nos dois últimos séculos) e religioso (principalmente com o advento do cristianismo).

A Síndrome era a mesma, mas foi simbolizada de forma completamente diferente, fazendo, portanto, sentidos diversos a partir de condições de produção específicas.

FOUCAULT (1996) nos diz que as grandes transformações científicas podem ser lidas também como a aparição de novas formas de verdade e não apenas como consequência de uma descoberta.

Na África a AIDS não escolhia um público alvo, não fazia distinção de sexo, cor ou religião. Matava democraticamente os seus portadores. Essa outra-mesma síndrome não fez sentido, ela simplesmente foi silenciada.

Por outro lado, a síndrome que fez sentido entre nós foi a que tinha um público alvo específico e que só fazia sentido se colada a esse público: homossexualidade e AIDS caminhavam juntas.

O discurso diante da AIDS constrói novos sentidos para a mesma síndrome: ela é a mesma, mas é outra, porque significa diferente, porque parte de condições de produção diferentes da outra-mesma síndrome da imunodeficiência adquirida.



Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (FOUCAULT: 1996, 10, grifos nossos).

PÊCHEUX (2002: 17), observa que

O acontecimento discursivo é o ponto de encontro de uma atualidade e uma memória; é ele que desestabiliza o que está posto e provoca um novo vir a ser, reorganizando o espaço da memória que o acontecimento convoca. (PÊCHEUX: 2002, 17, grifos nossos).

Esse encontro possibilita pensar o acontecimento histórico como algo preciso, capaz de gerar discursividades; nesse sentido, interessa compreender a maneira como a discursividade funciona e produz sentidos.

O advento da AIDS somado a memória sobre as doenças sexualmente transmissíveis e a um público alvo no mínimo exótico – os homossexuais, encontram um terreno bastante fértil para que novos e velhos sentidos possam (re)-significar diante desse acontecimento.

A doença adquire *status* de merecimento e o público alvo, grupo de risco preferencial (construído pela medicina), como o portador em potencial da AIDS, é o maior responsável pela disseminação da epidemia.

A AIDS estava para a homossexualidade assim como sempre esteve para o homossexual uma vida errante e marginalizada.

O ponto de partida para que sejam compreendidos os sentidos que se instalam sobre a homossexualidade é buscar os sítios de significâncias que estão se formando, sedimentando determinados modos de interpretar e seus efeitos de sentido em relação a eles.

Compreender o que é efeito de sentidos é compreender que o sentido não está (alocado) em lugar nenhum mas se produz nas relações: dos sujeitos, dos sentidos, e isso só é possível, já que sujeito e sentido se constituem mutuamente, pela sua inscrição no jogo das múltiplas



formações discursivas (que constituem as distintas regiões do dizível para os sujeitos. **As formações discursivas são diferentes regiões que recortam o interdiscurso (o dizível, a memória do dizer) e que refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes.** (ORLANDI: 2002a, 20, grifos nossos).

Quem sou eu para lhe falar assim? Quem é ele para que me fale assim ou para que eu lhe fale assim? São as pistas que conduzem a análise das regiões discursivas que se vão formando sobre o homoerotismo. Esse imaginário faz parte do funcionamento da linguagem. É eficaz e não nasce do nada:

Assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, **por relações de poder.** (ORLANDI: 2001, 42, grifos nossos).

A imagem que temos de um criminalista, de um religioso ou de um médico se constituiu no confronto entre o simbólico e o político em processos que ligam discursos e instituições. E não é à toa que o discurso do jurista e do religioso (como o representante de Deus na terra) e do médico (ou cientista) faz sentido e se coloca como discurso oficial.

Crime, pecado e doença foram usados para significar o homossexual e fazem sentido a partir da inscrição em uma determinada formação discursiva. Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja, ou melhor, tudo o que é dito tem um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos que estão na discursividade, é a ideologia produzindo seus efeitos.

Usei, em princípio, a minha curiosidade como guia, para tentar descobrir que crença misteriosa teria originado o posicionamento atual em relação à homossexualidade. Mas não há nada de místico a respeito do tema, tudo o que se diz hoje ou se sabe sobre os homossexuais faz parte de um processo histórico e discursivo construído, principalmente, nos dois últimos séculos. E, portanto, são esses dizeres que se devem investigar para se compreender então os lugares de onde tais formações discursivas partem, já que o texto, a materialidade discursiva, é produto que produz efeito porque é histórico, é o discurso materializando a ideologia (MARIANI, anotações em sala de aula).

Em nossa perspectiva, **qualquer modificação na materialidade do texto corresponde a diferentes gestos de interpretação**, compromisso com diferentes posições do sujeito, com diferentes formações discursivas,



distintos recortes de memória, **distintas relações com a exterioridade**. Este é um **aspecto crucial: a ligação da materialidade do texto e sua exterioridade** (memória). (ORLANDI: 1996, 14, grifos nossos).

Por que essa mesma forma de se perceber o homossexual está presente até os nossos dias? A imprensa de alguma forma fez/faz a manutenção desse modo de significar o homossexual? Que forças estão em jogo quando dessa abordagem sobre a homossexualidade? Qual é o papel da imprensa ao veicular tais informações? Como os sentidos estão se textualizando? Como os acontecimentos estão se tornando sentidos? De que maneira o acontecimento se tornou texto?

O papel da imprensa é fundamental no gesto interpretativo contemporâneo sobre a homossexualidade: a imagem veiculada do homossexual nos meios de comunicação, o exótico que faz com que a curiosidade salte aos olhos em relação à sua orientação sexual ou ao seu estilo de vida, direciona o olhar do outro a respeito desse sujeito.

Sobre isso, SOUZA (1997), nos diz que:

Paira sobre a figura do homossexual uma sombra de imoralidade. Não é senão como curiosa diferença que seus percursos de prazer são incluídos nas mesas de debate da mídia ou da academia científica. (SOUZA: 1997, 36, grifos nossos).

O homossexual é sempre o outro, visto de forma exótica em relação à normalidade. O seu estilo de vida espanta. E quando não espanta, é, no mínimo, curioso. Esse lugar é representado, não pelo que diz, mas pelo que se evita dizer.

A AIDS como acontecimento faz surgir novos sentidos em relação à sexualidade: a imprensa trata então de colocá-los em circulação, sob o prisma da linguagem como meio comunicação de informações, circulando também os sentidos que colam ao discurso da imprensa um lugar de neutralidade, objetividade etc.

Os sentidos cristalizados sobre a homossexualidade são territorializados em consonâncias aos acontecimentos catapultados pela AIDS e dessa maneira tornam-se possíveis de serem materializados linguisticamente. Mas esses novos sentidos são nada mais que os velhos sentidos maquiados pela epidemia.



3.3 RESSIGNIFICANDO OS SENTIDOS.

Nesse capítulo abordarei de que maneira foram reaparecendo sentidos religiosos e médicos negativos sobre o homossexual. Quero com isso dizer que a mídia impressa, ao colocar novamente em uso alguns conceitos, faz ressurgir antigas crenças sobre o homossexual e seu estilo de vida, de forma a abrir um espaço na memória para que a AIDS não só tenha um lugar cativo nessa relação, mas que ela seja algo com *status* de merecimento.

A relação que se faz entre a homossexualidade e o mal não se apagou por conta de alguns anúncios publicados nas revistas semanais da década de 1970, quando o amor homossexual começou a ‘furar’ a barreira da censura ditatorial e dos setores mais reacionários, para chegar até as capas de revistas de circulação nacional.

A revista *Istoé*, dois anos antes da revista *Time*, apresentou em sua capa duas mãos masculinas ternamente enlaçadas, ilustrando matéria sobre o tema.

Uma campanha publicitária dos perfumes *Rastro* veiculou, em três páginas inteiras de muitas revistas semanais, fotos de casais – respectivamente, um homem e uma mulher, duas mulheres e dois homens -, acompanhadas da frase: “para contatos irresistíveis de primeiro, segundo e terceiro graus” (TREVISAN: 2000).

No entanto, a memória constitutiva, os já-ditos em relação a eles (aos homossexuais) encontram-se de tal forma colados no imaginário da imprensa (e por tabela no imaginário social) e são constantemente rememorados através dos seus discursos que não seriam essas campanhas uma forma de alocar o sujeito em uma outra posição para que os efeitos desse discurso dessem outra direção à memória (do futuro) recente.

Um exemplo do que chamo de ressignificação de sentidos se dá quando se é possível estabelecer a relação entre a disseminação do vírus entre os haitianos, segundo uma teoria anunciada pela revista *Planeta*, na década de 1980, pelo fato de que o Haiti seria – com suas práticas mágicas do vodu – “um portão natural através do qual essa força (maligna) teria entrado no mundo” e a disseminação do vírus entre os homossexuais, em virtude de não haver muita diferença, segundo esta própria revista, de estar possuído pelo tipo de luxúria que compele alguém a entrar numa sauna gay e ter dúzias de encontros sexuais em uma única noite (TREVISAN: 2000).



Ou ainda a crença de que para uma doença grave há um “merecimento”, um castigo justo/divino por um comportamento inadequado: ou por ter feito alguma coisa ou por ter deixado de fazer.

Foi assim com a sífilis, o doente era encarado como um depravado; o câncer é encarado como uma doença de repressão, sob medida para apanhar pacientes que ao longo da vida não deram vazão suficiente aos seus desejos sexuais, ou a seus ódios; a tuberculose era normalmente relacionada a uma vida desregrada e dissipada.

E finalmente a AIDS, que tem para oferecer, para esse fim, um estoque nunca visto na história do mundo. Inicialmente por se tratar de uma epidemia, e não apenas uma doença localizada. Depois por não se estar diante de uma moléstia que dê alguma chance ao paciente, ela é “mortal”. Além disso, o fato dela ser contraída por contato sexual e esse contato ser homossexual, que “tinha” o *status* de doença e desvio mental.

Todos esses fatores somados resultam em sítios de significância que potencializam a crença do “merecimento da desgraça”. E daí para insuflar o estigma do ponto de vista moral em relação ao homossexual é passo dado. Os sentidos já-ditos sobre a homossexualidade são *já-sustentados* nesse projeto discursivo: sobretudo na imprensa e nas religiões cristãs.



3.4 ORGANIZAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO CORPUS

Como já foi mencionado, o *corpus* foi composto por, em princípio, artigos produzidos nas revistas semanais (*Veja*, *Istoé* e *Superinteressante*) a partir da segunda metade da década de 1980 (especificamente a partir de 1985).

Essa data foi determinada não aleatoriamente, mas por, ao meu ver, registrar diversos acontecimentos importantes ocorridos, aqui no Brasil e no mundo, com relação à questão da sexualidade/homossexual e a AIDS.

O recorte temporal também foi determinado por conta de que já a partir desta data, mais especificamente em 1983 (com a publicação de um artigo intitulado “*La maladie des homosexuels n’existe plus*”, pela *La Recherche*, que apresenta a hipótese segundo a qual a AIDS “é, provavelmente, uma doença infecciosa”), os textos científicos (mas não para o discurso médico mesmo a partir dessas descobertas científicas) não mais usavam a definição “grupo de risco” para referências a portadores em potencial do vírus HIV.

A AIDS deveria ser para a ciência médica, após a publicação desse artigo, uma doença infecciosa, portanto não mais própria, como se pensava, de grupos restritos.

Como também foi mencionado anteriormente, as fotografias e as ilustrações, que acompanham tais artigos também compõem o *corpus* dessa pesquisa. Ainda fazem parte do *corpus*, as cartas dos leitores enviadas às revistas *comentando* as matérias sobre o tema: Homossexualidade/AIDS. Finalmente textos religiosos cristãos, leis que *citam* questões relacionadas à sexualidade e textos históricos que abordam o tema da homossexualidade. Está em jogo, portanto, a análise de formulações dos sentidos a partir do acontecimento AIDS entre 1985/1990, sua circulação nas páginas das revistas semanais e sua recepção por parte dos leitores.

Os objetivos específicos dessa pesquisa foram: fazer o levantamento e analisar o funcionamento das denominações, dos relatos²⁴ sobre a homossexualidade durante o recorte temporal dessa pesquisa (1985-1990) e buscar estabelecer uma relação entre a materialidade linguística e a propagação de uma memória histórica.

Assim sendo, procedi da seguinte maneira:

²⁴ O discurso relatado aqui é compreendido como modo de apreensão da fala do *outro*, como uma das formas que permitem examinar a heterogeneidade do discurso.



1º - Fiz um levantamento exaustivo das notícias sobre a homossexualidade de uma forma geral (comportamento, saúde, estilo de vida, teatro, música, literatura) e sobre a AIDS publicadas nas revistas semanais *Veja* e *Istoé*, a partir de 1985 em edições semanais.

Quanto à revista *Superinteressante*, a partir de 1987, início de sua primeira edição.

A pesquisa das revistas *Istoé* e *Veja* foi realizada na Biblioteca Estadual do Rio de Janeiro e os textos selecionados da revista *Superinteressante* foram pesquisados em uma coleção de *CD-ROM* lançada em 2002 pela editora da revista: todos os textos, fotografias, desde o seu primeiro número até a data de lançamento do CD.

A pesquisa na Revista *Superinteressante* foi feita eletronicamente através de busca por palavras-chaves (homossexualidade, homossexual, homossexualismo, pederastia, drogas, sangue, AIDS, HIV, *gay*, lesbianismo, lésbica, sexo, sexualidade, amor, vacinas, doenças, epidemias, pandemia, morte, vida, cura, mal, vícios) acrescida de data (01/1987 até 12/1990). O número 0 dessa revista é do mês de setembro de 1987 e o último número consultado é o 039 de dezembro de 1990.

No quadro abaixo, enumero as revistas e as edições que foram consultadas²⁵:

1985			
Revista	<i>Istoé</i>	Edições nº	424, 429, 431, 432, 436, 437, 438, 440, 453, 455, 456, 458, 459, 465.
	<i>Veja</i>	Edições nº	852, 853, 859, 862, 876, 884, 885, 886, 887, 888, 889, 891, 890, 892, 893, 894.

1987			
Revista	<i>Istoé</i>	Edições nº	525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 560, 561, 564, 565, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575.
	<i>Veja</i>	Edições nº	957, 959, 960, 961, 962, 963, 964, 965, 966, 967, 968, 969, 970, 972, 973, 975, 977, 978, 979, 980, 982, 984, 985, 988, 990, 991, 992, 994, 996, 997, 998, 999, 1.000, 1.001, 1.003, 1.004, 1.005, 1.008.

²⁵ Os intervalos entre as edições significam a ausência de material relevante à pesquisa.



	Superinteressante	Edições nº	001 (out/1987); 002 (nov/1987); 003 – dois artigos -(dez/1987).
--	--------------------------	-------------------	---

1988			
Revista	Superinteressante	Edições nº	004 (jan/1988); 007 (jun/1988); 010 – 3 artigos - (jul/1988); 012 (set/1988); 014 (nov/1988).

1989			
Revista	Istoé	Edições nº	1.009, 1.011, 1.015, 1.017, 1.023, 1.030, 1.031, 1.032, 1.036, 1.038, 1.039, 1.041, 1.050, 1.052, 1.053, 1.058.
	Veja	Edições nº	1.063, 1.064, 1.065, 1.067, 1.068, 1.070, 1.071, 1.077, 1.078, 1.079, 1.081, 1.082, 1.083, 1.084, 1.088, 1.089, 1.090, 1.091, 1.093, 1.095, 1.096, 1.099, 1.100, 1.106, 1.110, 1.111.
	Superinteressante	Edições nº	016 (jan/1989), 025 (out/1989), 026 – 2 artigos - (nov/1989).

1990			
Revista	Istoé	Edições nº	1.063, 1.071, 1.072, 1.075, 1.077, 1.079, 1.080, 1.082, 1.083, 1.084, 1.087, 1.093, 1.095, 1.096, 1.097, 1.099, 1.101, 1.103, 1.106, 1.107, 1.108, 1.110.
	Veja	Edições nº	1.113, 1.115, 1.118, 1.123, 1.124, 1.126, 1.127, 1.130, 1.131, 1.134, 1.136, 1.137, 1.139, 1.141, 1.143, 1.144, 1.147, 1.152, 1.154, 1.155, 1.156, 1.158, 1.159, 1.162.
	Superinteressante	Edições nº	Nenhum artigo sobre homossexualidade ou AIDS.

2º - concomitantemente a este levantamento do *corpus* sobre a homossexualidade, a AIDS e a relação entre eles, elaborei *corpora* paralelos constituídos de leis (os Códigos Penal e Militar; textos históricos sobre a homossexualidade (religiosos, sobretudo) e publicações médicas sobre a AIDS.

3º - com o objetivo de construir o *corpus* específico de análise, iniciei, em seguida, o trabalho de *recorte* de fragmentos textuais sobre os quais incidiu a análise. Por *recorte* valho-me do conceito elaborado por Orlandi (1984):



O recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, **um recorte é um fragmento da situação discursiva. (...) que remeta à polissemia e não à informação.** (ORLANDI: 1984, 14, grifos nossos).

Como já foi mencionado no capítulo “Primeiras ponderações teóricas”, não tratamos da linguagem como um instrumento de comunicação de significações que são definidas independentemente do funcionamento da linguagem, isto é, “informações”, mascarando a sua ligação com a prática política ou obscurecendo esta ligação, mas como uma concepção que compreende o processo de produção de sentidos em que um acontecimento histórico só entra na história quando simbolizado.

Em seguida, passei, então, à construção do **arquivo**, composto por um conjunto de **sequências discursivas** (SD) recortadas deste corpo preliminar de textos.

O primeiro objetivo foi o de compreender o funcionamento do discurso e, para tanto, compreender o de *de-superficialização*, análise do que é chamado de materialidade linguística: o como se diz, o quem diz e em que circunstâncias *etc.* (PÊCHEUX *apud* GADET: 1990, 181) nesses recortes discursivos em relação às denominações/expressões usadas para a AIDS, para os motivos que determinam a sua proliferação e para os motivos que inibem a propagação da doença.

O segundo objetivo foi determinar as posições-sujeito presentes nessas sequências discursivas para análise e verificar quais imagens são produzidas dos sujeitos contaminados pelo vírus a partir dessas posições; e finalmente analisar o imaginário a respeito da homossexualidade através das posições-sujeito determinadas.

Superfície linguística é, segundo PÊCHEUX (1990, 180), compreendida no sentido de sequência escrita (ou oral) em geral superior à frase, em se tratando de dimensão. É o “discurso” concreto afetado pelos esquecimentos 1 e 2. Por esquecimentos 1 e 2, PÊCHEUX (1990, 180) nos diz:

O esquecimento nº 1 dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Nesse sentido, **o esquecimento nº 1 remete, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que** – como vimos – **esse exterior determina a formação discursiva em questão; esquecimento nº 2 seria o “esquecimento” pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase** – um enunciado, forma ou



sequência, e não um outro, **que**, no entanto, **está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada**. (PÉCHEUX: 1995, 173, grifos nossos).

Ou seja, esquecemos como os sentidos se formam de tal modo que eles aparecem como se surgidos em nós. E esquecemos também que toda formação social tem formas de controle da interpretação institucionalmente desenvolvidas e historicamente determinadas. (ORLANDI: 2001b).

A compreensão do funcionamento do discurso se dá a partir da análise dos mecanismos sintáticos enquanto processo de enunciação (quando o sujeito se marca no que diz), nos dando pistas para a compreensão do modo como o discurso se textualiza.

Este processo de enunciação, através de formações imaginárias em suas relações de sentido e de forças, deixa marcas no discurso, (ORLANDI: 2001a, 65).

Sobre a posição-sujeito, ORLANDI (2002b) afirma que:

O sujeito da análise do discurso é posição entre outras, subjetivando-se à medida mesmo que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso. **Essa projeção-material transforma a situação social (empírica) em posição-sujeito** (discursiva). **Vale lembrar que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, na articulação da língua com a história, em que entram o imaginário e a ideologia**. (ORLANDI: 2002b, 65-66, grifos nossos).

Destacam-se nessas reportagens os *lugares-institucionalizados* de onde partem os já-ditos sobre a AIDS/Homossexualidade de modo que *o discurso direto* tenha valor inquestionável: são médicos, epidemiologistas, psicanalistas, cientistas, personalidades homossexuais e religiosos falando sobre a AIDS.

Outros fatores também observados nas sequências discursivas selecionadas são os que atribuem a proliferação da epidemia ao inadequado comportamento individual. A moral religiosa emprestou o vocabulário à relação que se faz entre a doença e a sua propagação: promiscuidade, comportamento inadequado, “liberadíssima Dinamarca”, “Religiosa Itália”, relações anônimas, parceiros sucessivos, dentre outros.



A impressão que se tem ao construir o *corpus* por completo é a de que o motivo da propagação da doença está nas mãos unicamente de certos indivíduos cujos comportamentos não são os recomendados²⁶.

A fala produzida pelo sujeito traz a marca de tempo e lugar, e sempre é um recorte das representações de suas condições de produção histórico-ideológicas. Desse modo, como um ser procedente de um espaço e de um tempo marcadamente social e histórico, terá sempre um discurso do outro.

O Outro não é apenas o seu destinatário, mas aquele que em discursos historicamente constituídos, em forma de interdiscurso (o exterior), surge em sua fala e se pronuncia. Segundo esta concepção, a noção de subjetividade está relativizada no binômio Eu-Tu incorporando o Outro como constitutivo do sujeito.

Existem algumas formas de heterogeneidade que acusam a presença do outro no discurso:

Authier-Revuz (1982) as pontua do seguinte modo:

a) O discurso relatado: no discurso direto, quando o locutor, colocando-se como tradutor, usa as suas próprias palavras para remeter a uma outra fonte do “sentido”; no indireto, quando o locutor, recortando as palavras do outro, cita-as, na qualidade de “porta-voz”.

b) As formas marcadas de conotação autonímica: é o modo como o locutor, sem interrupção do fio discursivo, insere em seu discurso as palavras do outro usando, para tanto, aspas, itálico, negrito, uma entonação especial, um comentário, que funcionarão como “marcas de uma atividade de controle - regulação do processo de comunicação”.

c) Formas mais complexas da presença do outro sem explicitação por marcas unívocas no enunciado. Como exemplo desta forma de heterogeneidade podemos citar a ironia, a alusão, a imitação, a reminiscência que faz jogo com o outro discurso no espaço do implícito, do semidesvelado, do apenas sugerido. Quando isto ocorre, desaparece a fronteira linguística evidente entre a fala de um locutor e de outro. As vozes se entrelaçam numa mesma construção discursiva.

A seguir analiso as sequências discursivas à luz das noções de FD, silêncio, política do silenciamento, e procuro mostrar, segundo as concepções acima sobre o

²⁶ Notou-se, nos textos analisados, muito pouco sobre o uso de preservativo no combate à doença, mas muito se diz sobre a promiscuidade, principalmente dos homossexuais.



discurso religioso atravessado pelo discurso médico (ciência), de que maneira as formações discursivas são organizadas e como os sujeitos se manifestam nos vários discursos que rememoraram a homossexualidade e a sua relação com o acontecimento discursivo da AIDS.



4 ANALISANDO AS SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS

As sequências discursivas apresentadas e analisadas são representativas das outras sequências (não citadas) e funcionam parafrasticamente em relação àquelas.

Como disse anteriormente, à teoria que me orienta na análise dos dados não interessa a quantidade de dados, mas a qualidade deles e o que representam (nesse trabalho) diante da produção de sentidos que se estabeleceram sobre a homossexualidade e a sua relação com a AIDS.

Em março de 1985 a revista *Istoé* publica o seguinte comentário em relação aos homossexuais e a AIDS:

SD1. Os homossexuais promíscuos **que praticam sexo em grupo e com parceiros sucessivos em saunas ou boates** são mais vulneráveis pela simples multiplicação estatística das chances de contrair a doença. Por isso, imersos no começo de uma segunda onda de pânico, **os homossexuais do Rio e de São Paulo mudam de comportamento e tratam de se proteger intuitivamente de uma dupla epidemia:** a da AIDS propriamente dita; e a do preconceito social **que tende a identificar automaticamente cada homossexual com a doença e isolá-lo do convívio da sociedade heterossexual.** (Revista *Istoé*, “AIDS segunda onda de pânico” ed. nº 429 de 13 de março de 1985, grifos nossos).

Numa leitura mais atenta dessa sequência discursiva, podemos notar que todo e qualquer homossexual do eixo Rio-São Paulo é promíscuo. Em princípio a afirmação é feita através de uma oração adjetiva restritiva “*que praticam sexo em grupo e com parceiros sucessivos em saunas e boates*”, depois de forma generalizada “*os homossexuais do Rio e de São Paulo mudam de comportamento (todos desse eixo) e tratam de se proteger*”. Percebe-se aqui o movimento do dizer jornalístico fazendo história e se projetando na memória do futuro.

É possível ler a partir da construção da SD1, acima, que *promiscuidade* se cola e é prolongamento do sentido de homossexual porque **apenas eles** estão vulneráveis ao vírus da AIDS (*pela simples multiplicação estatística das chances de contrair a doença*) e está dito, portanto, que os heterossexuais não são promíscuos e, logo, são imunes à doença.

Segundo a matéria é o *preconceito social* o responsável pela identificação da doença com o homossexual, mas **social** aqui se sustenta excluindo o lugar que o



homossexual ocupa nessa mesma sociedade; só faz sentido na sequência discursiva em análise o discurso que reforça os já-ditos sobre a homossexualidade.

Há, no discurso, o que alega ser o homossexual promíscuo *etc.*, uma tentativa de se respaldar num discurso científico para que tal alegação tenha força argumentativa, ou melhor, esse discurso, com base num discurso da ciência, é respaldado por ele, portanto o que se diz não vem de qualquer lugar, mas de um lugar autorizado que pode e sabe o que está dizendo. Não é qualquer um que diz e não é qualquer coisa que foi dita, e dessa forma justificam-se as discriminações cometidas em nome da ciência: trata-se de coerção politicamente institucionalizada.

Esse discurso materializa as posições sujeito-cientista-médico formuladas pelo lugar de inscrição histórico-ideológico de cada uma delas. É como se essas posições ocupadas evidenciassem gestos de interpretação de uma filiação em uma formação discursiva que se marca pelo encontro de discursos médicos, científicos, jurídicos e religiosos.

Cada lugar desses interlocutores está determinado na estrutura de uma formação social.

A fala autorizada coloca sempre em dúvida a fala do sujeito-homossexual: eles *mudam de comportamento e tratam de se proteger INTUITIVAMENTE* em virtude de saberem que estão, de alguma forma, cometendo um grande erro, numa contramão de comportamentos aceitáveis socialmente. E a *intuição* seria a forma mais adequada para, já que não haveria outra possibilidade (porque ser homossexual e ser portador do vírus é um axioma), se proteger da doença e do preconceito.

Em uma outra SD também da revista *Istoé*, há o seguinte relato:

SD2. “No exterior, clientes americanos deixaram de beijar seus cabeleireiros com medo de contágio. Na Inglaterra, o sindicato dos bombeiros resolveu **radicalizar a defesa de seus filiados e proibiu-os de fazer respiração boca-a-boca em homossexuais** e mesmo de atender acidentes ou incêndios em bares gays”. (Revista *Istoé*, “**AIDS segunda onda de pânico**” ed. nº 429 de 13 de março de 1985, grifos nossos).

No “exterior” (de acordo com censo comum), onde as informações, em geral, são mais precisas, onde se encontra o desenvolvimento, onde a tecnologia é muito mais avançada, as pesquisas são mais consistentes e merecem, portanto, mais credibilidade, “os clientes estão deixando de beijar os cabeleireiros” por medo de contrair a AIDS.



Pode-se estabelecer então uma equação linguística a partir dessa sequência discursiva em análise: *Todos os cabeleireiros = homossexuais que são = promíscuos que são = portadores do vírus HIV*.

De maneira a ser necessário que eles sejam isolados do convívio da sociedade heterossexual em virtude de fazerem parte (ainda que no exterior mas provavelmente por aqui também) do grupo de possível contágio do vírus.

É dito na sequência acima que é possível uma identificação física do homossexual já que aos bombeiros foi proibida a prática da respiração boca-a-boca nesses indivíduos.

Essa identificação teria certa semelhança com o que ocorreu no século XIX em relação às pesquisas dos médicos-higienistas que tentaram relacionar as formas físicas para justificar certos comportamentos sexuais: tamanho do pênis, largura das ancas etc. ou ainda as formas como se expressavam entre si através de correspondências trocadas pelos pacientes:

Foi através do especialista em higiene que o Estado imiscuiu-se no interior das famílias. **Com livre trânsito nesse espaço outrora impenetrável à ciência, o médico-higienista acabou impondo sua autoridade em vários níveis. Além do corpo, também as emoções e a sexualidade dos cidadãos passaram a sofrer interferência desse especialista cujos padrões higiênicos visavam a melhorar a raça e, assim, engrandecer a pátria.** A partir da ideia de um corpo saudável, fiel aos ideais de superioridade racial da burguesia branca, **criavam-se rigorosos modelos de boa conduta moral, através da imposição de uma sexualidade higienizada,** dentro da família. Acreditava-se que a libertinagem enfraquecia as nações. (TREVISAN: 2000, 172, grifos nossos).

Mas como não se conseguia encontrar nada de anormal na fisiologia dos pederastas, passou-se à descrição detalhada e quase íntima de seus comportamentos:

A parte do corpo predileta entre os uranistas é **“uma coxa bem torneada: eles se comprazem em palpá-la, em apertá-la, em beliscá-la”.** (TREVISAN: 2000, 174, grifos nossos).

É possível então perceber na SD2 que ser ‘cabeleireiro’ é uma forma de identificar a sexualidade do indivíduo. O mesmo não ocorre, por exemplo, com a profissão de soldado do corpo de bombeiros.

Uma outra equação linguística pode ser apreendida da SD2: ser bombeiro = não ser homossexual, que é = não correr o risco de ser portador do vírus.



A transmissão do vírus, segundo a SD2, pode se dar através da respiração boca-a-boca, ou na simples troca de beijos em cumprimentos.

Em uma outra sequência diz-se que:

SD3. “A emigração da AIDS para fora do círculo da comunidade *gay* não é, **infelizmente**, mera especulação dos pesquisadores”. (Revista *Istoé*, “**AIDS segunda onda de pânico**” ed. nº 429 de 13 de março de 1985, grifos nossos).

Segundo essa sequência, ainda da revista *Istoé* de 1985, o advérbio de modo ‘*infelizmente*’ exprime uma avaliação do sujeito produtor do texto em relação ao fato de que a AIDS não estaria ‘*infelizmente*’ restrita a comunidade *gay*, mas que a heterossexualização da epidemia é uma verdade. “Bem que podia ser apenas uma especulação dos pesquisadores”, diz o texto, “mas não é”, ela realmente está aí e agora coloca em risco os heterossexuais.

Uma outra equação linguística surge a partir dessa sequência que evidencia alguns não-ditos (que funcionam como pré-construído em relação aos homossexuais, como se esses elementos se encontrassem sempre-aí por efeito da interpelação ideológica) em relação ao contágio pelo vírus: *fora da comunidade gay estamos nós = heterossexuais = não-promíscuos = não-pecadores = não-desviantes e, no entanto, também expostos ao vírus.*

O fato de se relacionar sexualmente com alguém do mesmo sexo pode muito naturalmente acarretar toda uma série de escolhas, toda uma série de outros valores e de opções para os quais ainda não há possibilidades reais. Não se trata apenas de integrar essa prática bizarra que consiste em fazer amor com alguém do mesmo sexo, nos campos culturais preexistentes; trata-se de criar, segundo FOUCAULT (2004) formas culturais.

Uma outra sequência discursiva da revista *Superinteressante* de julho de 1988:

SD4. Mas, **se com dinheiro e empenho os governos podem virtualmente acabar com o contágio por transfusão, muito dificilmente podem enquadrar as demais formas de transmissão, que, *afinal de contas*, dependem exclusivamente do comportamento de cada um.** “E nisso não se interfere sem tocar na liberdade individual”, observa a médica Lair Guerra de Macedo Rodrigues. (Revista *Superinteressante*, “**A outra síndrome**” ed. nº 07, julho de 1988, grifos e itálicos nossos).



O fato de ser dito que o dinheiro do governo pode conter a transmissão do vírus porque haverá um controle mais rigoroso dos bancos de sangue significa dizer que a transmissão por vias sexuais é da responsabilidade exclusiva de cada um. Não há, portanto, o que ser feito já que a conduta sexual não pode ser controlada por esse ou por aquele governo.

Afinal de contas, afirma o texto, *as demais formas de transmissão* (a sexual, sobretudo, mas também a que se dá pelo uso de seringas contaminadas) não dependem de um trabalho político, por exemplo, e também de conhecimentos médico-científicos. Dependem da vontade de quem é portador do vírus, da sua consciência, da sua escolha, e, principalmente, da sua conduta.

A transmissão do vírus (por vias sexuais) é a soma da conduta sexual (que é de responsabilidade individual) + a impossibilidade de se conter a vontade do outro.

Faz-se crer na responsabilidade de certos indivíduos à transmissão do vírus, já que a medicina nada pode fazer, não tem condições nem conhecimento suficientes por ignorar até algumas outras formas de propagação da doença (da mãe para o filho, por exemplo) e, além disso, como o vírus se desenvolvia no organismo do seu portador.

O que significa dizer: “isso já não nos cabe” ou “podemos ir até aqui, depois disso dependemos exclusivamente da conduta de cada um”.

É constante no *corpus* analisado o discurso médico que por não ter competência e precisão nos diagnósticos, afirma ser de responsabilidade exclusiva do portador da doença a transmissão do vírus ou o seu contágio.

O discurso da prevenção apresenta um tom autoritário, alarmista e intimidador, construindo uma memória terrorista da realidade: “ou você se comporta ou morre”.

Apesar de não fazer parte do *corpus* desse trabalho, relembro, apenas como ilustração da afirmação feita acima, as campanhas de prevenção veiculadas na televisão durante a década de 1980, marcadas pelo medo, principalmente marcadas pela morte: em uma delas *a morte*, com a foice em punho, se aproxima da câmera como se fosse atingir o espectador. A legenda usada era mais ou menos a seguinte “a AIDS não perdoa, mata!”

Outra sequência discursiva, também da revista *Superinteressante* de julho de 1988, faz o seguinte comentário a respeito da moral vigente e das práticas sexuais:



SD5. “As obscuras leis que governam a conduta sexual de cada um às vezes se divorciam não só da moral sexual vigente como também dos mais razoáveis mandamentos do bom senso. Se a AIDS fosse tudo o que é, mas nada tivesse a ver com sexo, como tantas outras moléstias transmitidas por vírus, seria muitíssimo mais fácil apostar na racionalidade das pessoas como garantia contra a sua propagação”. (Revista *Superinteressante*, “A outra síndrome” ed. nº 07, julho de 1988, grifos nossos).

Outra vez o *bom senso* é posto na ordem do dia através da imprensa. Não se pode controlar o impulso sexual do outro. Não há o que fazer, em se tratando de medicina, já que exclusivamente a responsabilidade é a da ordem do *irracional* do indivíduo portador do vírus.

A palavra é usada como um decalque da realidade, congelando, portanto, a sua significação: “seria muitíssimo mais fácil apostar na racionalidade das pessoas como garantia contra a sua propagação”, mas isso não acontece. E nada mais se pode fazer. A responsabilidade não está nas mãos da medicina que já apontou o caminho e não tem recursos, já que não é possível controlar o impulso sexual dos outros.

E mais uma vez a medicina nada pode fazer diante da irracionalidade de cada um. Não cabe à ciência, portanto, o controle da doença e, pelo visto, nem a etiologia do HIV.

Ou ainda na sequência abaixo, da revista *Superinteressante* de 1987:

SD6. “A AIDS também obriga as sociedades a virar a cabeça diante de certos comportamentos até bem pouco tempo frontalmente reprovados. Em Nova York, por exemplo, já se distribuem agulhas descartáveis a drogados, para que ao menos não transmitam o vírus. Em outros estados americanos, briga-se por causa da iniciativa de distribuir preservativo nas prisões: segundo os críticos, isso estimularia o homossexualismo”. (Revista *Superinteressante*, “O inimigo número 1” ed. nº3, dezembro de 1987, grifos nossos).

A AIDS coloca a sociedade diante de ‘temas’ que até então não eram encarados. Para todos os efeitos, não existiam: o uso de drogas injetáveis ou o uso de preservativos como forma de evitar as doenças sexualmente transmissíveis.

Num certo momento não há mais como escapar deles e, então: “Obriga as sociedades a virar a cabeça diante de certos comportamentos até bem pouco tempo frontalmente reprovados”.



Ainda que fossem reprovados, tiveram que ser enfrentados: como não tocar na questão da homossexualidade mesmo que esse toque fosse a releitura de uma memória sobre ela, já que era o alvo *escolhido* pela doença?

Como não falar sobre o uso de drogas, sobretudo das injetáveis, já que a AIDS se propagava também através do sangue contaminado?

Ao *menos* (como destaca o texto), falar sobre esses temas tinha a sua importância já que era por uma boa causa: evitar a transmissão da doença. Ainda que se corresse o risco de, dessa forma, *estimular o homossexualismo* com a distribuição de preservativos nas prisões.

Ou como é dito na próxima sequência discursiva:

SD7. “O Brasil está colocado em segundo lugar nos gráficos de incidência da doença, de acordo com o infectologista Ricardo Veronesi, do Hospital das Clínicas de São Paulo, *atrás apenas dos Estados Unidos, batendo países com certa tradição na liberação homossexual, como a Inglaterra*”. (Revista *Istoé Senhor*, “A saúde vai muito mal” ed. nº 1.038 de 9 de agosto de 1989, grifos nossos).

O Brasil se encontra, basta ver os gráficos (outra vez se recorre às estatísticas para comprovar o que se diz na matéria), abaixo apenas dos Estados Unidos e na frente de países *com certa tradição na liberação homossexual, como a Inglaterra*.

A AIDS descobriu *aquele grande nariz de Pinóquio* que o país insistia em esconder: não tínhamos tradição na liberação homossexual, no entanto, estávamos, estatisticamente comprovados, em segundo lugar no *ranking* dos países mais atingidos pela epidemia. A que se deve então essa informação? Talvez vivêssemos uma grande mentira em relação à sexualidade do brasileiro: talvez as aparências não fossem suficientes para traduzir o grande número de homossexuais existente no país.

Uma nova equação linguística pode ser percebida da afirmação anterior: *maior liberdade homossexual = maior número de portadores da doença*, portanto, *menor liberdade homossexual = menor incidência do vírus*. Quanto menos se liberar a homossexualidade menor a possibilidade estatística de manifestação da AIDS.

O discurso oficial procura legitimar a relação causal entre a homossexualidade e a AIDS através das estatísticas ou através de simples comparação entre informações a respeito da doença no mundo, de forma a cristalizar a aproximação entre o homossexual e a doença.



Os sentidos, portanto, são direcionados de forma a silenciar e apagar qualquer que pudesse ser outra forma de contaminação que não fosse a dos homossexuais. A força desse discurso vem do fato de ele ser revestido com a ideologia da imparcialidade jornalística e, sobretudo, pelo poder de autoridade que a ele é atribuído.

Podemos ler na sequência discursiva abaixo, da revista *Veja*, a mesma ideia de que a AIDS mostra um lado sombrio da sociedade ou não digno de ser compartilhado por estar em dissonância com o natural, com a norma vigente:

SD8. “Quando se notificou que o ator Rock Hudson estava com a doença, **não foi apenas o seu sofrimento que causou impacto**. Também contribuiu para isso, segundo observou um colunista do jornal *The Washington Post*, e talvez **até ainda com mais força, a revelação de que ele era um homossexual – logo Rock Hudson, celebrizado nas telas em papéis tão galantes e viris**”. (Revista *Veja*, “O gigante abatido”, ed. nº 892 de 9 de outubro de 1985, grifos nossos).

O sofrimento do ator Rock Hudson, ícone do cinema americano dos anos 1950, 1960, não é o mais importante na veiculação da notícia de ele ser portador do vírus da AIDS, mas, principalmente, o fato de, através dessa matéria, haver a declaração de sua homossexualidade.

Virilidade, beleza, realização profissional, ator de *Hollywood*, ser galante, amante, não podiam ter qualquer relação associativa com o fato de ser homossexual.

Em sua biografia consta que os executivos de Hollywood chegaram a ‘armar’ um casamento entre o ator e sua secretária particular, Phyllis Gates, para abafar os boatos, pois a simples desconfiança do público sobre a sua orientação sexual podia afetar a credibilidade profissional.

Algumas equações linguísticas a partir da sequência discursiva acima: *orientação sexual = talento profissional*, ou seja, *ser homossexual = falta de talento profissional*; *ser viril e galante = heterossexual*, ou, *ser homossexual = deselegante e sem virilidade*.

Logo ele, celebrizado nas telas em papéis tão galantes e viris, não podia ser homossexual. Essa *nova imagem* não podia corresponder com a de um ator reconhecido por seu talento, sedução e masculinidade.

Virilidade não é um adjetivo que possa se relacionar com a homossexualidade ou com a imagem criada em torno do galã americano. Ele ‘sempre fez questão de ser fotografado ao lado de belas e famosas mulheres’, na tentativa de ‘esconder’ do grande



público o que provavelmente todas as pessoas ligadas ao meio artístico sabiam: ele era *gay*.

Sua orientação sexual só veio a público em 1985, pouco antes de sua morte, quando um de seus ex-namorados deu entrevista a um jornal de São Francisco. Rock Hudson tornou-se a primeira *celebridade a admitir publicamente* que estava com AIDS.

Na próxima sequência podemos observar a paráfrase religiosa-cristã da afirmação de que “um mal sempre é um merecimento por algum comportamento”:

SD9. “Por trás de cada doença nem sempre há apenas um vírus, uma bactéria ou um fungo. Muitas vezes, de maneira mais ou menos disfarçada, **há também a condenação do doente, ou pelo menos a suspeita de que alguma coisa ele fez, ou deixou de fazer, para atrair a má sorte**”. (Revista *Veja*, “A multiplicação do mal: a AIDS se espalha”, ed. nº 884 de 14 de agosto de 1985, grifos nossos).

“A suspeita de que alguma coisa **ele** (o doente) **fez** ou deixou de fazer para **atrair** a doença” *revela*, também, que, no caso da AIDS, se faz parte de um determinado grupo, de uma comunidade de párias.

A doença expõe uma identidade que poderia ter permanecido oculta dos vizinhos, colegas de trabalho, familiares e amigos. (SONTAG: 1989, 30-31).

A doença não é adquirida, mas **ATRAÍDA** por conta de uma atitude, quase sempre de uma norma, quase sempre também, cristã, que se deixou de cumprir ou de acreditar. E em virtude disso a doença é um castigo. E não é à toa que ela foi enviada por *Ele* para punir os homossexuais e suas vidas errantes, promíscuas, pecadoras *etc.*

Na sequência seguinte da revista *Veja*, podemos observar como, ainda que se trate da inverossímil possibilidade, um heterossexual nunca *atrairia* a doença, mas sim a *pegaria* = ser contaminado:

SD10. “Um heterossexual de classe média que não se injele drogas tem menos chances de *pegar* AIDS no ano que vem **do que de ser atingido por um raio ou de se afogar na banheira**”. (Revista *Veja*, “Livre do mal”, ed. nº 978 de 3 de junho de 1987, grifos nossos).

Como não vive uma vida errante, promíscua ou pecadora, caso fosse possível, o heterossexual *seria contaminado* pelo vírus mas não o *atrairia*, porque a *atração* está ligada à questão dos valores morais, incoerentes no caso dos homossexuais.



A certeza de que ser heterossexual significava estar imune ao contágio é bastante significativa na sequência acima.

O fato de a sequência fazer referência apenas aos *heterossexuais de classe média* pode significar que os de outras classes poderiam correr o risco da contaminação. Ou que os valores dessa classe são o que realmente importam em termos sociais ou morais.

Ou que os que são *heterossexuais de classe média e que não injetem drogas* estão imunes á doença, porque ela é própria dos homossexuais ou dos que fazem uso de drogas injetáveis.

SD11. “Morrer de AIDS é um grande problema, é como deixar para os parentes e amigos um enorme nariz de Pinóquio”. (Revista Veja, “A multiplicação do mal: a AIDS se espalha”, ed. Nº 884 de 14 de agosto de 1985, grifos nossos).

Morrer de AIDS é *mostrar-se*, segundo a SD11, pois a doença *revela* a sua conduta, o seu passado, a sua vida, em geral clandestina. Nem mesmo compartilhada pelos amigos, e muito menos pela família.

Outra equação linguística surge a partir da sequência acima: *morrer de AIDS = revelação*: revelação de uma conduta incompatível com os princípios morais cristãos.

Mente-se também sobre aquilo que não se pode mostrar: o que é feio, errado, fora da normalidade. Estranho. Esquisito.

Mas a doença está aí para descobrir todos esses comportamentos. A vida sexual errante e promíscua é de alguma forma punida.

SD12. A funcionária pública Lucíola Paula e Silva, 40 anos, casada e com um filho, só aceita falar porque pretende alertar as pessoas para que evitem o contágio pelo vírus da AIDS. Seu irmão – do qual até agora ela pede para preservar o nome – foi uma das primeiras vítimas da doença no Brasil, e Lucíola hoje dedica seu tempo para a prevenção do mal, além de contribuir com alimentos para doentes mais pobres ou desempregados. Ela própria já sofreu com os comentários sobre a morte do irmão.

‘O preconceito é não só contra o homossexual mas também contra a sua família’, constatou Lucíola. ‘me perguntavam: ‘Teu irmão morreu de AIDS? Então ele era bicha?’”. (Revista Istoé, “Eu não quero morrer”, ed. nº 440 de 29 de maio de 1985, grifos nossos).

“O preconceito é não só contra o homossexual”, e talvez esse preconceito se justifique e não cause qualquer estranhamento, mas estendê-lo à sua família, sim.



Como já foi visto em outra SD a AIDS é uma doença reveladora: à vítima não resta outra saída senão mostrar-se diante dela. Ser portador do vírus significa ser homossexual. Sentido cristalizado durante o período em análise desse trabalho.

Morrer de AIDS e não ser 'bicha' não fazia sentido, tampouco ser 'bicha' e não ter AIDS: o sentido está colado ao referente.

O nome do seu irmão mesmo depois de morto deve ser preservado, ainda que o seu próprio nome seja veiculado na matéria da revista. Dessa forma, acredito, a irmã preserva a sua memória das relações entre a doença e a sua sexualidade.

A próxima SD reforça os já-ditos sobre a quantidade de parceiros e as chances de contrair ou disseminar a doença:

SD13. "Júnior' foi alertado pelos médicos de que tinha 80% de possibilidade de estar com AIDS. Por isso, deveria abster-se de relações sexuais, para evitar o contágio de seus parceiros. Numa atitude frequente entre os homossexuais atingidos, porém, 'Júnior' continuou a procurar relacionamentos". (Revista *Istoé*, "Eu não quero morrer", ed. nº 440 de 29 de maio de 1985, grifos nossos).

"Abster-se de relações sexuais para evitar o contágio". Não há na descrição do *corpus* analisado um caso único de contágio sexual que não fosse por conta da promiscuidade nas relações sexuais.

Não há relato de paciente que tenha se contaminado em uma primeira ou única relação sexual. Todos, sem exceção, são promíscuos e irresponsáveis, como no caso citado na SD13.

Ainda que os médicos tenham sinalizado ao paciente a possibilidade de ele estar contaminado pelo vírus (80% de chance), ele, não só continua mantendo relações sexuais como também procurando novos contatos, aumentando dessa forma, as estatísticas de transmissão da doença.

O substantivo *parceiro* nessas reportagens encontra-se sempre no plural. Não há também nos relatos caso de algum homossexual que mantenha uma relação estável. Todos, sem exceção, são promíscuos e vivem em uma busca incessante de novos encontros sexuais: seja em boates ou saunas *gays*.

Essa procura de novos parceiros para contato sexual não é, entre os homossexuais, uma atitude isolada. Ao contrário, é frequente entre esse grupo, segundo a SD13.



Não há, portanto, qualquer preocupação por parte dos homossexuais em controlar a propagação da doença. Pelo contrário, a partir do que é lido, percebe-se um movimento irracional nesse processo de contaminação de outros parceiros sexuais.

Uma nova equação linguística a partir das afirmações na SD acima: *homossexual = irresponsável*. Ainda que seja o público alvo da doença, continua sem qualquer atitude que denote preocupação diante da epidemia: frequentemente, apesar de se saber contaminado, “continua numa busca frenética de novos encontros sexuais”.

Afirmações médicas como as produzidas na SD13 estimularam manifestações homofóbicas públicas, sobretudo em SP e RJ:

No final da década de 1980 e início dos 90, os assassinatos contra homossexuais se multiplicaram assustadoramente **nas maiorias das cidades do país: só no Rio de Janeiro, houve onze casos reportados à polícia, no segundo semestre de 1987**; como os métodos empregados eram semelhantes, pela violência e ódio extremo, **chegou-se a aventurar a hipótese da ação articulada de um esquadrão homofóbico**. Isso não ficou comprovado. **Na verdade, tais “crimes de ódio” podiam inserir-se num clima geral de pânico da AIDS, que atingiu seu pico nesse período**. Foi assim com o diretor teatral **Luiz Antonio Martinez Corrêa**, assassinado nas vésperas do Natal de 1987, aos 37 anos, em seu apartamento no Rio de Janeiro: **tinha o corpo desfigurado por dezenas de facadas, braços e pernas amarrados e uma toalha estrangulando o pescoço**. Também teve grande repercussão o assassinato, em 1992, de **Aparício Basílio da Silva**, figura importante no meio intelectual e artístico, mas também conhecido empresário no ramo de perfumaria – o mesmo que, nos anos 80, chegou a fazer a pioneira campanha, com tema GLS, do então famoso perfume Rastro. **Aparício foi encontrado morto, numa vala nos arredores de São Paulo, com sinais de espancamento e 97 perfurações de tesoura, no corpo e no pescoço**. (TREVISAN: 2000, 401, grifos nossos).

Esses crimes, contudo, não ficaram restritos à década de 1980. *A Folha de São Paulo*, em 27 de junho de 2001, publica matéria sobre os crimes ocorridos no Brasil contra os homossexuais. Segundo o artigo, o Brasil é campeão de crimes dessa categoria:

O Brasil tem um triste recorde: é o campeão mundial de crimes contra homossexuais. A informação é do Grupo Gay da Bahia, que coleta informações, pois não há medições precisas sobre morte de homossexuais no mundo, apenas estudos.

Em 2000, 130 gays foram assassinados no país. As estatísticas mostram que nos Estados Unidos, que têm cerca de 250 milhões de



habitantes - 80 milhões a mais do que o Brasil-, cem pessoas são mortas por este motivo.

“A cada dois dias um homossexual é assassinado no Brasil”, disse Luiz Mott, 55, presidente do Grupo Gay da Bahia e professor de antropologia da Universidade Federal da Bahia. (Grifos nossos).

A mesma matéria foi veiculada na página da prefeitura²⁷ de São Paulo com destaque para os fatos ocorridos no Estado.

Na próxima sequência discursiva, o discurso, em geral bastante autoritário da medicina, se mostra relativizado diante de alguns impasses quanto aos procedimentos médicos no que diz respeito ao diagnóstico do paciente:

SD14. “A dificuldade é que **nem todas as pessoas com AIDS revelam este aumento de proteínas**”, ressalva o psiquiatra Eldo Franchin, 42 anos, diretor de Marketing no Brasil do Laboratório Hoechst, com sede na Alemanha”. (Revista *Istoé*, “**No encalço da AIDS: testes para detectar sinais da doença começam a ser aplicados nos doadores de sangue**”, ed. nº 432 de 3 de abril de 1985, grifos nossos).

A medicina ora responsabiliza o paciente por não responder à sua solicitação na contenção da propagação da doença ora assume um desconhecimento quanto aos aspectos etiológicos da doença.

De forma quase que geral o discurso médico sobre a AIDS, ou sobre o paciente portador do vírus, nunca é relativizado: não se pode não ter certeza de alguma informação, em virtude de tudo ser amparado pela ciência, pela experimentação.

O discurso médico, no *corpus* desse trabalho, se mostrou autoritário, isto é, nele a polissemia é contida, o referente está apagado pela relação de linguagem que se estabelece (ORLANDI: 2001a, 86) no interior desse discurso sobre a homossexualidade ou sobre a epidemia.

No entanto, na SD14 esse discurso *mostra* um lado da ciência que se encontra com certa dificuldade para um diagnóstico preciso do quadro clínico do suposto doente, já que “nem toda as pessoas com AIDS revelam esse aumento de proteínas”.

²⁷ http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/participacao_parceria/coordenadorias/diversidade_sexual/noticias/0002



O aumento de proteínas (no organismo do paciente) seria a certeza-científica comum nesse discurso: seria o **“podemos afirmar que”**, e não revelar esse aumento seria **“é possível que seja apesar de”**.

Revelar é uma escolha constante no discurso médico-religioso quando fala da relação entre a doença e a sociedade: a AIDS *revela* um lado sombrio da sociedade; *revela* aquela mentira que por anos se escondeu; *revela* um comportamento anormal; a doença *revela* o lado promíscuo do portador do vírus; *revela* também a opção sexual do doente. Por mais que se tentasse esconder alguma coisa o HIV, como prova última, revela para o mundo todas as mazelas sociais.

A SD14 *revela* a dificuldade do médico, isto é, a dificuldade que o médico tem para lidar com o *aumento de proteínas*. Se isso fosse fato geral ele não teria dificuldade alguma.

Por extensão, a dificuldade diz respeito ao fato de se estar tratando de gente e não de máquina e que, por isso, cada organismo/sujeito reagirá de uma forma. Mas a medicina não sabe trabalhar com sujeito, com imprevisto, com singularidade, mesmo que elas (as singularidades) se manifestem em dados orgânicos (a falta de proteína de alguns sujeitos).

A fala do médico é quase uma queixa, porque é como se as pessoas não se adaptassem à medicina, à ciência, quando deveria ser o contrário: a medicina se adaptando ou dando conta dos sujeitos e de suas singularidades.

SD15. “Para o bissexual, a situação é ainda mais dramática’, explica a médica Walkyria Pereira Pinto, 37 anos, professora da disciplina de moléstias infecciosas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), há quase dois anos tratando vítimas da AIDS. **‘O bissexual deixa de ser o pai protetor da família para tornar-se uma ameaça’**, diz Walkyria”. (Revista *Istoé*, “Eu não quero morrer”, ed. nº 440 de 29 de maio de 1985, grifos nossos).

Como já foi dito algumas vezes no decorrer desse trabalho, sentidos novos foram surgindo com o advento da AIDS. Algumas palavras não faziam sentido em determinadas formações discursivas: no discurso religioso, por exemplo, não ocorreria a relação entre *bissexualidade e família*.



Uma boa maneira de ilustrar a afirmação é o que se pode ler na SD15: *pai*, *protetor*, e *família* (podem ser associados), mas no momento em que a *bissexualidade* é *revelada*, pela doença, a associação não é mais possível.

Ser *pai* e ser *bissexual*, ser *bissexual* e *protetor*, *bissexualidade* e *família* não podem co-ocorrer num mesmo campo semântico. Essa negação de correlação entre esses termos é oriunda da formação discursiva religiosa que: a) proíbe todas as possibilidades de constituição de família que não mantenham as tradições religiosas; b) proíbe todo o envolvimento sexual fora do casamento e c) proíbe todo contato sexual que seja distinto da relação homem e mulher.

O ataque à família (os valores cristãos da família), segundo o discurso religioso, vem especialmente de um possível reconhecimento de direitos civis dos homossexuais, de uma “certa propaganda do sexo livre” que foram chamados pelo Papa João Paulo II de “Cultura da morte”:

Mas os ataques à vida e à família não ficam só por aí. **A própria instituição do casamento está em perigo. O reconhecimento da união estável com os mesmos direitos dos casados e a recente proposta de casamento entre homossexuais são exemplos de que a instituição familiar corre perigo!**

Não é fácil manter os valores cristãos da família nos dias de hoje!

Desde a moda no vestir às novelas, sem falar nas drogas, na pressão de grupos, **na propaganda do sexo livre, na propaganda do homossexualismo**, sentimo-nos **impotentes** diante de tudo isso **para manter uma família cristã**.

Mas diante de tantos desafios o que fazer? **A Igreja, mestra e mãe tem respondido a essas indagações com os documentos que devem ser lidos e meditados por todos nós**. O Santo Padre, João Paulo II não se cansa de falar desses males de nosso tempo e que ele denominou de “**cultura da morte**” **que visa não só destruir a família, senão a própria vida no nascedouro, pelo aborto**. Quando o Papa afirma que o futuro da humanidade está em perigo ele **está preocupado com a destruição da família** e da vida em face de todos esses atentados²⁸ (Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família, grifos nossos).

O que faz com que um pai bissexual não possa ser um protetor de sua família? O fato, talvez, segundo o discurso religioso, se dê em virtude de ele além de ter relações extraconjugais (também punida pela religião cristã) ter contatos sexuais com alguém do mesmo sexo (ato considerado de extrema gravidade nessa doutrina).

²⁸Disponível no endereço eletrônico: <http://www.providafamilia.org.br/doc.php?doc=doc56932>



É como se fosse uma conjugação impossível em condições religiosas: ser bissexual e ter família e filhos. Casar-se (assumir um sacramento religioso), mas não viver dentro dos princípios dessa religião.

Por extensão está dito que o heterossexual que é pai não é, e nem poderia ser, uma ameaça a sua família, já que vive em acordo com os princípios religiosos.

Tais equações linguísticas podem ser extraídas da SD15: *bissexualidade* = *ameaça*; por extensão *heterossexualidade* = *proteção*.

Toda e qualquer relação que se faça (sobretudo no *corpus* dessa pesquisa) entre a homossexualidade (bissexualidade, transexualidade, lesbianismo) e a sociedade gira em torno do que se cristalizou denominar de ameaça: ameaça aos valores morais, sociais, religiosos.

Uma outra SD de fevereiro de 1989 da revista *Veja*,

SD16. “No rol das boas notícias, os números do Ministério da Saúde apontam uma queda de 30% nos casos da moléstia por transfusão de sangue, sinal de que aumentou o cuidado com o sangue no Brasil. **As estatísticas entre heterossexuais também são otimistas.** O número de casos quase dobrou no ano passado, mas a velocidade da contaminação está diminuindo. Entre 1985 e 1987, os casos haviam triplicado. **Numa outra vertente do controle da síndrome, o Ministério da Saúde tem reclassificado dezenas de casos de heterossexuais contaminados ao constatar que, na realidade, tratava-se de bissexuais inconfessos. O ministério suspeita que 50% dos casos de heterossexuais não sejam verdadeiros**”. (Revista *Veja*, “A síndrome revista”, ed. nº 1065 de fevereiro de 1989, grifos nossos).

No rol das boas notícias encontramos, além das informações a respeito de um maior controle dos bancos de sangue, também o fato de que, na realidade, não há um crescimento do número de contágios entre os heterossexuais. No entanto, o que contribui para esse fato comemorado é um aumento do número de contágios entre os bissexuais.

No “rol das boas notícias” está o aumento do número de casos entre revelados bissexuais, porque contribui para a diminuição do número de contágio entre os anteriormente acreditados heterossexuais.

O importante, pelo dito, não é o controle da doença em si, mas a não contaminação de heterossexuais. Isso faz com que as estatísticas sejam otimistas, ainda que outros continuem sendo contaminados pelo vírus.



As equações linguísticas a partir da SD16: *pessimismo = aumento do número de casos entre heterossexuais; otimismo = aumento do número entre bissexuais inconfessos; e ainda otimismo = suspeita de que 50% dos casos entre heterossexuais não sejam verdadeiros, otimismo = menos heterossexuais contaminados mais bissexuais contaminados.*

Não importa muito que seja um bissexual ou homossexual já que são estatisticamente comprovados os alvos preferenciais da doença, mas preservar os já-ditos sobre a heterossexualização da doença: seria “mais fácil um heterossexual ser atingido por um raio no próximo ano do que ser contaminado pelo HIV”.

Não se fala na SD16 em *grupo de risco*, no entanto, divide-se em grupos os riscos de contaminação: o Ministério da Saúde tem reclassificado dezenas desses casos: bissexuais que se dizem heterossexuais.

Na próxima SD, uma ideia profética sobre o surgimento da AIDS:

SD17. “Pel as suas características, a AIDS está se transformando num poderoso agente de reformas da sexualidade, moralidade e comportamento do homem moderno. Abstinência ou monogamia sexual, uso de preservativos, cautela com o uso de drogas, fim do culto da magreza são apenas alguns indícios do que pode estar por vir”. (Revista *Veja*, “**Mal castigado**”, ed. nº 991 de 2 de setembro de 1987, grifos nossos).

É bastante comum no *corpus* ler as afirmações sobre uma reforma sexual a partir da AIDS, mas não uma reforma que coloque a sexualidade na ordem do dia, e sim uma reforma (no sentido de voltar a uma forma anterior) que recupere todos os princípios religiosos-cristãos sobre casamento, sexo, moral.

No princípio, além do verbo era fundamental que o homem fosse puro, casto, que se mantivesse distante dos desejos carnis para estar próximo de Deus. Quanto menos sexo ele pensasse mais próximo dos ideais cristãos: quanto menor a necessidade sexual sentida, tanto menos decaído alguém se torna, purificando-se cada vez mais. (CHAUÍ: 1984, 87).

A moral de que trata a SD17 é a que afirma ser qualquer contato sexual fora do casamento e também qualquer contato sexual que não seja entre um homem e uma mulher inaceitáveis diante de Deus e de sua igreja.



De um lado o moralismo cristão, de outro o reconhecimento de que esses valores perderam-se nos caminhos da história, e entre tudo isso a expectativa de que a AIDS – como um mal necessário - faria ressurgir os tais valores perdidos.

Pelas nossas observações a AIDS se transformou não em um poderoso agente de reformas da sexualidade, mas abriu caminho para que outros valores morais fossem postos e discutidos de uma forma mais aberta, até porque não podiam mais ser ignorados.

O uso do preservativo ('camisinha'), por exemplo, tomou conta de todas as campanhas de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis (DST's) a partir da década de 1980. Não se falava na televisão nesse tipo de doença.

A camisinha então passou a ser o centro do discurso de prevenção contra as DST's.

Na próxima SD, os valores religiosos-cristãos mais uma vez se fazem presentes no discurso médico. Tornar-se religioso é como receber um crédito, por parte dos médicos, de que dessa maneira o contaminado vai evitar a relação sexual e, conseqüentemente, não vai disseminar a doença.

SD18. “**Alguns saem daqui com a Bíblia debaixo do braço, fazendo pregação**”, diz a infectologista Rosana del Bianco, 29 anos, que atende até dez pacientes de AIDS por dia no ambulatório do Instituto de Saúde e também acompanha os internados no hospital Emílio Ribas, o maior centro público de isolamento em São Paulo. **‘São os únicos nos quais se pode confiar no sentido de que vão evitar novas relações’**, garante. **Ela notou também que os que já estiveram internados ou acompanharam amigos doentes procuram parceiros fixos, evitando a promiscuidade. “Mas há também os que aparentemente não se importam muito e pensam que, se vão morrer dentro de dois ou três meses, precisam aproveitar ao máximo o tempo que lhes resta”**”. (Revista *Istoé*, “Eu não quero morrer”, ed. nº 440 de 29 de maio de 1985, grifos e itálicos nossos).

“Alguns saem com a Bíblia embaixo do braço, fazendo pregação” diz a infectologista e completa o seu raciocínio afirmando que estes “são os únicos nos quais se pode confiar no sentido de que vão evitar novas relações”.

Evitar as relações sexuais como meio mais eficaz de prevenção da doença é o discurso médico por excelência durante esse período analisado no trabalho: evitar a promiscuidade. E a essa preferência se soma a questão do crédito ao paciente que somente ao descobrir-se religioso pode evitar novos contatos sexuais.



No entanto, não há problema na busca de um parceiro fixo, ou em fazer sexo com um parceiro apenas. A infectologista tem percebido “que os que já estiveram internados ou acompanharam amigos doentes procuram parceiros fixos”. E não há, através do que é dito pela médica, qualquer problema no sexo entre parceiros fixos.

Segundo a SD é ter sido internado ou saber o que é estar doente que faz com que se evite a promiscuidade: causa do contágio da doença.

Não se fala em uso de preservativo, mas em evitar a promiscuidade. Evitar novos parceiros. Evitar contatos sexuais. Evitar sexo. Ou buscar Deus através da Bíblia. Buscar parceiro fixo.

Dos demais, os que não saem com a Bíblia embaixo do braço fazendo pregação, só se pode esperar que continuem procurando novos parceiros e espalhando o vírus da doença.

Aproveitar na SD18 significa procurar *novos contatos sexuais* ainda que saibam que podem transmitir a doença. *Aproveitar* o tempo que resta sem responsabilidade: já que vão morrer mesmo dentro de três ou quatro meses.

Veja que *aproveitar* não pode ser associado com *sair com a Bíblia embaixo do braço fazendo pregação*.

Segundo Houaiss (2001 264), o verbete *aproveitar* (verbo pronominal) em uma das suas acepções significa “prevaler-se de situação privilegiada para ensaiar ou consumir atos libidinosos”.

Libidinoso significa aqui qualquer ato sexual consumado de maneira não muito lícita.

Os aspectos morais se confundem com as questões de saúde na SD18, porque, através do que está dito, o mais importante não é a abstinência sexual como forma de evitar a AIDS, tanto é assim que não há qualquer impedimento em “se buscar um parceiro fixo” (como alguns fazem depois de ou acompanhar um amigo que esteve internado ou ter sido internado por conta da doença).

O mais importante estaria na busca de *parceiros* (o que caracterizaria segundo esse discurso, a promiscuidade).

Se o problema é o sexo, que diferença faria essa busca de um ou de outros parceiros?



Algumas equações linguísticas a partir da SD18: *Parceiro fixo = não ser promíscuo; fazer sexo com o parceiro fixo = não seria espalhar a doença; sexo em um casamento monogâmico = evitar a AIDS; evitar a AIDS = a união monogâmica; união monogâmica = moral cristã; ser cristão = evitar a AIDS = não ser promíscuo = respeitar os princípios cristãos.*

SD19. “Não posso permitir homossexuais beijando-se na boca, além de outros espetáculos de marcada imoralidade, junto de crianças na Escola de Bailado”, dizia o memorando que o prefeito enviou ao secretário de Cultura do Município, Renato Ferrari. ‘Essa medida é inconstitucional’, afirma o jurista Gofredo da Silva Teles Júnior, da Universidade de São Paulo. ‘Como alguém pode saber quem é homossexual?’, pergunta o bailarino espanhol Fernando Bujones, **casado** com a constituinte Márcia Kubitschek, 1 filha, um dos maiores artistas do mundo na especialidade. ‘Um bailarino tem que ter talento para dançar, não importando sua preferência sexual’, acrescenta. **Nijinski, considerado o maior bailarino deste século, era homossexual, Mikhail Baryshnikov, hoje o melhor do mundo, não é**”. (Revista *Veja*, “Alvo fácil”, ed. nº 999, de 28 de outubro de 1987, grifos nossos).

Na **SD19** é possível perceber diversas vozes que falam de diferentes lugares sobre a homossexualidade numa matéria da Revista *Veja* de 1987. De um lado o então prefeito da cidade de São Paulo, Jânio Quadros, envia um memorando ao então secretário de Cultura proibindo o acesso de homossexuais à escola de dança por conta de considerar imoralidade certas atitudes de homossexuais no tal recinto (segundo o documento, beijos que foram dados por pessoas do mesmo sexo).

Pelo jeito, o beijo, se fosse dado por casais heterossexuais, em nada ofenderia o ex-presidente, no entanto, porque quem se beija são homossexuais, o ato passa a ser considerado imoral. Todos os homossexuais, segundo o documento, beijam-se na boca em público (e diante de crianças, o que agravaria ainda mais o fato) e, além disso, realizam *outros* “espetáculos de imoralidade”. Os outros espetáculos imorais não foram relatados no documento pelo então prefeito nem pela matéria.

Podemos, a partir da SD19, extrair mais uma equação linguística: *Beijo entre pessoas do mesmo sexo = espetáculo de imoralidade.*

Diante dessas demonstrações escandalosas, a proibição de homossexuais na escola é, segundo o memorando, a medida para impedir tais atitudes que poderiam servir



de modelo para as crianças presentes ou passar como normalidade também para o tal público.

Uma outra equação linguística desliza daquela: *Beijo entre pessoas do mesmo sexo = mau exemplo para crianças*.

Esse estilo de governar do prefeito, no entanto, é desqualificado pela mesma matéria, que inicia da seguinte maneira:

“Quando foi presidente da república, Jânio Quadros perseguiu o uso de biquínis nas praias, acabou com as brigas de galo e decretou o fim das corridas de cavalo nos dias úteis. Na prefeitura de São Paulo, Jânio já deixou crescer a barba e até proibiu a entrada de cachorros num shopping center da cidade. Na semana passada, o prefeito tomou uma nova decisão escandalosa: através de seus folclóricos bilhetinhos, proibiu que homossexuais frequentem a escola municipal de bailado, fundada em 1940”. (Grifos nossos).

As atitudes do prefeito são, no mínimo, escandalosas ou polêmicas, segundo a reportagem porque ele, pelo seu histórico (como presidente da república), perseguiu o uso de biquínis nas praias (sic), brigas de galo e corridas de cavalo. Atitudes consideradas pelo artigo inapropriadas para um prefeito.

Há a voz de um jurista que afirma ser a atitude do prefeito ilegal: “não é possível proibir a entrada de homossexuais na escola de dança, seria inconstitucional já que perante a Constituição todos são (ou deveriam ser) iguais independentes de raça, sexo ou religião. Portanto não permitir o acesso de quem quer seja em que lugar for, infringe essa lei”.

Há ainda uma outra voz que, em princípio, se poderia afirmar se opor à Formação Discursiva hegemônica que considera a homossexualidade imoral: a que questiona “como saber quem é homossexual?”. No entanto, a questão que se coloca ainda que por um lado seja de discordância em relação à atitude do prefeito, por outro, me parece, que a preocupação seja a de não ser possível identificar a homossexualidade de alguém para saber que pessoa poderia (ou não) ser barrada na escola e, conseqüentemente, não agir da forma “escandalosa” tal qual definida pelo texto da revista e do documento enviado pelo então prefeito. Essa voz é a de um reconhecido bailarino, **CASADO** (sic), para que não fique qualquer dúvida quanto à masculinidade do depoente.



A voz que se opõe e que talvez pudesse ser uma brecha à Formação Discursiva hegemônica sobre a homossexualidade aparece quando afirma que “o que se espera de um bailarino é que ele saiba e tenha talento para a dança e não a sua orientação sexual”, mas ela nada diz a respeito de não ser imoral o fato de duas pessoas do mesmo sexo trocarem beijos, carinhos publicamente. O que se coloca é o fato de que ter talento para dança não tem qualquer relação com o fato de ser ou não homossexual, como exemplifica a matéria.

Talvez esse silêncio em relação à imoralidade, no que diz respeito ao possível beijo signifique que se realmente esses carinhos tivessem sido trocados, haveria então motivo para que realmente se se considerasse algum fato imoral.

E ainda neste mesmo artigo, afirma-se que “fazer dança sem que se permita o acesso de homossexuais, seria, no mínimo, um erro grosseiro”:

Conhecedor do mundo das artes e da administração pública, **Jânio Quadros sabe que montar uma escola de balé sem homossexuais é um absurdo – além de ser um erro.**” (grifos nossos).

Como se a relação entre ser bailarino e ser homossexual fosse determinante. Ou que para ser um bom bailarino fosse fundamental ser homossexual.

Na **SD20** abaixo somos “informados” de que existe *uma Cruzada anti-homossexual* e que o principal expoente dessa Cruzada é o jornalista José Augusto Berbet.

A tal Cruzada tem por objetivo, além de promover o preconceito em relação aos homossexuais, provocar na sociedade o desejo de extermínio dessa prática (não como nos casos relatados neste trabalho, como os de curar uma doença ou de promover a repressão dos desejos sexuais dessa orientação), mas o de extermínio que significa “matar”:

SD20. “Repórter e colunista do jornal *A TARDE* -, o jornalista **José Augusto Berbet, 64 anos, 37 de profissão, é o principal expoente da cruzada anti-homossexual** nos meios editoriais, **famoso por cunhar expressões como: ‘Matar homossexual não é homicídio, é caçada’; e ‘Os gays são repugnantes. Não se deve convidar estes degenerados pra aparecer em público na tevê’.** (...) o jornalista se mostra menos condescendente do que Martins. **“Eu só não me candidatei a vereador para não ter que chamar de “colegas” aqueles que votaram a favor desta aberração, mas se tivesse, ganharia facilmente com o slogan:**



‘Mantenha a cidade limpa. Mate um homossexual por dia’.” (Revista *Isto é Senhor*, “**Peste reacionária**”, ed. nº 1.036 de 26 de julho de 1989).

O jornalista não se encontra sozinho nessa empreitada, nessa Cruzada anti-homossexual, já que Martins (pastor evangélico) também *comunga* das mesmas ideias, que teriam, como um possível *slogan* para uma possível candidatura para ocupar um cargo público (vereador), um que chama a população a manter a cidade limpa, ou seja, matar os homossexuais.

As equações linguísticas que podem ser extraídas da SD20 seriam: Sujeira = homossexualidade; Limpeza = morte de homossexuais; homossexualidade = aberração (*aberração* é [Houaiss: 2001, 14] desvio do que é considerado padrão, hábito, modelo ou costumes estabelecidos; desvio do bom senso; monstro *etc.*).

Percebe-se com a análise das sequências discursivas acima que os sentidos efetivados sobre a homossexualidade e sua relação (causal) com a AIDS, retomam valores morais religioso-cristãos (pecado, merecimento, punição, desvio, ameaça, entre outros) que, por sua vez, se amparam nos conceitos científicos da medicina (grupo de risco, estilo de vida, promiscuidade, sexo sem limites, prazeres bizarros, perversão, doentes, anormais) para determinar a posição que o homossexual pode ocupar nessa FD hegemônica.

Essa posição é determinada, basicamente, pelo silêncio (histórico) imposto ao homossexual. E, mais adiante, com o advento da AIDS, esse silêncio é reforçado, principalmente, pela medicina que retira do silêncio não o sujeito que poderia falar de si, mas o doente incapaz de se dizer de forma diferente da qual era falado.

O discurso jornalístico tem uma função importante na divulgação dos valores médicos e religiosos que sustentavam a relação entre a doença e o chamado “grupo de risco”.

Esse discurso, pautado numa pretensa ilusão de neutralidade, imparcialidade, objetividade e veracidade, vai construindo a história do homossexual e reproduzindo os sentidos (passados, presentes e futuros) a respeito dele e de sua relação causal com a epidemia.



4.1 EQUAÇÕES LINGUÍSTICAS E REGULARIDADES NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DE SENTIDOS

Falar sobre a homossexualidade no *corpus* dessa pesquisa é usar a AIDS como ponto de partida. Se fôssemos quantificar os textos que abordam de alguma maneira a homossexualidade durante o período estudado (1985-1990), poderíamos afirmar que mais de 99% deles tratam diretamente da epidemia e usam esse acontecimento para sustentar alguns sentidos sobre o homossexual e seu estilo de vida.

O restante dos textos, menos de 1% do total, descreve algum fato que toca “superficialmente” a questão da homossexualidade.

A revista de *Veja*, de dezembro de 1989, edição nº 1.110, relata um episódio bastante significativo porque descreve de que forma a Igreja pisa nos homossexuais:

O cardeal passa por cima dos homossexuais

A elegante catedral de Saint Patrick, no coração de Nova York, foi palco de uma cena insólita. Durante a missa solene do domingo dia 10, cerca de **quarenta manifestantes**, criticando a posição da Igreja Católica contra o aborto e o homossexualismo, **interromperam o sermão** do arcebispo da cidade, John O'Connor, **e deitaram-se nos corredores da catedral**. **O'Connor passou por cima dos corpos estendidos no chão e pediu aos fiéis que rezassem em voz alta**, enquanto a polícia retirava os manifestantes com macas. A luta cada vez mais acirrada entre a Igreja e os militantes teve recentemente um *round* decisivo com a eleição, para o Senado americano, de Lucy Killea, excomungada por defender a liberdade de escolha na questão do aborto. (Revista *Veja*, dezembro de 1989, grifos nossos).

A Igreja Católica representada pelo arcebispo O'Connor *passa por cima* dos manifestantes que se deitaram durante a celebração de uma missa. No caso relatado de forma literal, de maneira que esse *passar por cima* significasse ignorar as manifestações do grupo que criticava a posição da Igreja católica contra o aborto e a homossexualidade, mas também significar a sempre já-lá posição da Igreja que, por considerar a prática da homossexualidade o maior dos pecados, se pusesse a massacrar não só a prática, mas os seus praticantes.

Há, durante esse ano (1989), apenas duas matérias que falam da homossexualidade sem a relação com a AIDS: a do Arcebispo John O'Connor e outra do então Prefeito de São Paulo, Jânio Quadros. No entanto, são 91 páginas, entre capas,



cartas de leitores, reportagens que falam sobre a AIDS e partem dessa abordagem à homossexualidade.

Situação semelhante ocorre em outros períodos (1985, 1987 e 1990 na revista *Veja*).

Como foi dito, a AIDS é o porto de partida para se falar da homossexualidade e, portanto, os sentidos que se produzem a partir dessas reportagens são relacionados, principalmente, com doença e saúde como pressupostos para, finalmente, se falar sobre comportamento, religião.

Os discursos partem, principalmente, de médicos infectologistas, doentes, homossexuais, psiquiatras, psicólogos, agentes de saúde e de religiosos que dão alguma assistência espiritual ao doente ou a sua família.

As seguintes equações linguísticas surgem da análise do *corpus*:

Homossexual = pervertido e promíscuo;
Homossexual = palhaço, anormal, pecador, promíscuo, doente;
Cabeleireiro = homossexual que é = Promíscuo que é = Portador do vírus HIV;
Ser bombeiro = não ser homossexual;
Ser bombeiro = não correr o risco de ser portador do vírus;
Heterossexuais = não-promíscuos = não-pecadores = não-desviantes;
Morrer de AIDS = revelação;
Homossexual = irresponsável;
Orientação sexual = talento profissional;
Ser homossexual = falta de talento profissional;
Ser viril e galante = heterossexual;
Ser homossexual = deselegante e sem virilidade;
Bissexualidade = ameaça;
Heterossexualidade = proteção;
Pessimismo = aumento do número de casos de AIDS entre heterossexuais;
Otimismo = aumento de número de casos de AIDS entre bissexuais inconfessos;
Otimismo = suspeita de que 50% dos casos entre heterossexuais não sejam verdadeiros;
Otimismo = menos heterossexuais contaminados mais bissexuais contaminados.
Parceiro fixo = não ser promíscuo;
Fazer sexo com o parceiro fixo = não seria espalhar a doença;
Sexo em um casamento monogâmico = evitar a AIDS;
Evitar a AIDS = a união monogâmica;
União monogâmica = moral cristã;
Ser cristão = evitar a AIDS;
Ser cristão = não ser promíscuo;
Ser promíscuo = não respeitar os princípios cristãos;



Beijo entre pessoas do mesmo sexo = espetáculo de imoralidade;
Sujeira = homossexualidade;
Limpeza = morte de homossexuais;
Homossexualidade = aberração.

Podemos perceber através desse bloco de equações quais são as produções e filiações de sentidos que fazem sentido sobre o homossexual na imprensa da segunda metade da década de 1980: parte-se sempre do referente heterossexual como normal, como modelo a ser adotado, com estilo de vida dentro dos padrões morais vigentes a serem seguidos (fidelidade, proteção, virilidade, cristão, monogâmico, sucesso *etc.*) para então chegar ao que se deve evitar.

Na outra extremidade estão os homossexuais que são definidos a partir de desqualificações de todos os níveis: moral, religiosa, jurídico e, sobretudo, sexual: irresponsável, ameaça, sem virilidade, promíscuo, falta de talento profissional, não-cristão, sem fé, distante de Deus, pecador, responsável pela disseminação da doença, dissimulado, mentiroso, doente *etc.*

Podemos afirmar que há uma “rede” de sentidos construindo/re-significando a memória sobre a homossexualidade/homossexual durante o período abordado.

Essa construção se dá a partir de contribuições de diversos lugares, mas principalmente do discurso médico. A impressão que se tem a partir da leitura das sequências discursivas é a de que o discurso religioso se apodera do discurso médico (que se pretende científico) fazendo ressurgir os valores cristãos nessa construção de sentidos e relações.

É fundamental dizer que a Formação Discursiva, que se materializa nas equações linguísticas organizadas acima, tem por característica ser fechada, com fronteiras pouco porosas, principalmente porque o lugar do homossexual está marcado seja pelo silêncio, seja pela repetição do que se diz há séculos a seu respeito.

Nas revistas que compõem o *corpus* desse trabalho, localiza-se um dos lugares das regras de formação da FD sobre a homossexualidade nos anos 1980, já que podemos descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e uma certa regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações – FOUCAULT: 2005) do que se diz sobre os homossexuais e a sua orientação sexual.



O denominar não é apenas um aspecto do carácter de designação das línguas. Denominar é significar, ou melhor, representa uma vertente do processo social de produção de sentidos. O processo de denominação não está na ordem da língua ou das coisas, mas organiza-se na ordem do discurso, o qual, lembrando mais uma vez, consiste na relação entre o linguístico e o histórico-social, ou entre linguagem e exterioridade.



4.2 AS DENOMINAÇÕES

A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS - é uma doença transmitida também por vias sexuais e isso faz com que, em relação a ela, seja possível fazer muitas especulações já que o sexo, em nossa cultura, ainda é tema proibido, da ordem da política do silêncio, isto é, da censura.

Do ponto de vista moral, o contato sexual que se acreditava (exclusivamente) ocasionar a doença não é de qualquer espécie, mas, na grande maioria das vezes (estatisticamente comprovado nos boletins médicos da época), o contato homossexual, estigmatizado pela sociedade, combatido com veemência pela Igreja.

Acrescenta-se a isso o fato de que com o advento do cristianismo, que impôs noções mais moralizadas da doença, como de tudo o mais, gradualmente evoluiu um ajustamento mais estreito entre a doença e a “vítima”. A noção de doença como castigo produziu a ideia de que uma enfermidade podia ser um castigo particularmente justo e adequado (SONTAG: 1984).

Sobre a entrevista Sei que vou morrer, do paciente de AIDS M.R. (*Istoé* nº 523): **a natureza é drástica em sua punição por ter sido violada tantas e tantas vezes**, e que talvez seja a fórmula de chamar a atenção do homem para isso. O homem deve encontrar seu ponto de equilíbrio. Maria de Lourdes Ananias São Paulo – SP (*Istoé* 28/1/87 ed. Nº 527 – Com a Palavra – cartas dos leitores, grifos nossos).

A carta selecionada pelo editor fala sobre a *violação da natureza*; natureza talvez fosse o que se costuma chamar no discurso cristão e jurídico sobre sexualidade de o encontro entre homem e mulher, e tudo o que não fosse esse *encontro natural*, seria uma violação e por isso sujeito à punição. Esse tipo de ocorrência é frequente nos textos analisados e conseqüentemente nas cartas que comentam esses textos.

De forma quase que generalizada, percebe-se nesses textos (também nas cartas enviadas à redação) o discurso que afirma ser a doença um merecimento por acreditar que o paciente foi contaminado pelo vírus em virtude de ter se afastado do caminho *natural*. Ou, mais frequentemente, procurado esse caminho.

Não há qualquer inocência no fato de se estar contaminado pelo vírus, por não se tratar de uma doença misteriosa que escolhe aleatoriamente as suas vítimas:



De fato, contrair AIDS equivale precisamente a descobrir – ao menos na maioria dos casos até agora – que se faz parte de um determinado “grupo de risco”, uma comunidade de párias. **A doença expõe uma identidade que poderia ter permanecido oculta dos vizinhos, colegas de trabalho, familiares e amigos.** Ao mesmo tempo, confirma uma identidade, e, no grupo de risco mais atingido nos Estados Unidos num primeiro momento, o dos homossexuais masculinos, chegou a dar origem a uma comunidade, bem como a uma experiência que isola e expõe os doentes a discriminações e perseguições. (SONTAG: 1989, 30-31, grifos nossos).

A doença, ao contrário, evidencia algo misterioso, a identidade secreta dos que estão contaminados pelo vírus. Ela expõe mais do que a fraqueza, a irresponsabilidade, a delinquência. Ou o doente é viciado em substâncias ilegais ou sua sexualidade é divergente. De uma ou de outra maneira, ele não é vítima, mas culpado por ter feito uma escolha.

Em uma outra carta a *natureza* outra vez é evocada, até *Deus perdoa, mas a natureza nunca*, diz o leitor. É um discurso recorrente que toma diversas formas, que desliza sempre em uma mesma direção: estar na contramão da vida, ir contra a natureza, reparação de um mal, violação de certos comportamentos morais etc.

A verdade é imutável. Assim como no passado, agora no presente, e o será eternamente. A Bíblia cita o caso de Sodoma e Gomorra, onde seus habitantes praticavam o homossexualismo **e por isso Deus queimou-os com fogo e enxofre.** Na minha opinião, **a AIDS é também um castigo de Deus para os que andam na contramão da vida.** Deus perdoa o homem, às vezes. **A natureza, nunca.** Adauto José da Silva - Sandovalina – SP (Istoé 25/03/1987 – Com a Palavra, grifos nossos).

Sodoma e Gomorra são exemplos desses deslizamentos. Assim como Deus destruiu essas cidades por causa de tanta imoralidade e de tamanha ofensa, agora a AIDS tem o mesmo papel.

SONTAG (1989) afirma que os *fulminadores de plantão* não perderiam a oportunidade retórica oferecida por uma doença fatal, sexualmente transmissível. Assim, o fato de, nos países onde ela se manifestou pela primeira vez como epidemia, a AIDS ser transmitida basicamente por contatos heterossexuais não impediu que guardiões da moral pública, como Jesse Helms (ultraconservador, senador republicano pela Carolina do Norte) e Norman Podhoretz (jornalista conservador), apresentassem como um castigo



dirigido especialmente (e merecidamente) aos homossexuais do mundo ocidental, enquanto outras celebridades da era Reagan, como Pat Buchanan, fazem pronunciamentos sobre “A AIDS e a falência moral”, e Jerry Falwell propõe o diagnóstico genérico de que “A AIDS é a condenação divina de uma sociedade que não vive conforme os mandamentos de Deus”.

“Gostei muito da sugestiva reportagem sobre a AIDS (*Istoé* nº 526). Achei interessante o trabalho corajoso das voluntárias, no que aproveitou a oportunidade para parabenizá-las. Quanto à moléstia, **acho ser a AIDS um mal necessário, um mal de reparação moral, um castigo da natureza pela sua violação**, pois só assim os homens conseguirão despertar a fim de **buscar o seu verdadeiro ponto de moralidade**”. Mário Alves - São Luiz -MA (*Istoé* 04/03/1987 ed. nº532 – Com a Palavra (grifos nossos)).

“Um mal necessário, um mal de reparação moral” ainda que na África a grande maioria dos infectados não fossem homossexuais. Mas aí talvez outros aspectos estariam fazendo sentido em relação ao continente africano.

A recorrência dos vocativos “Em nome de Deus”, “Em nome da Moral”, “Em nome da sociedade” é comum nas cartas enviadas e selecionadas pelo editor das revistas desse *corpus*.

Dessa forma, as denominações/expressões usadas para significar o homossexual ou os comportamentos sexuais que estão em torno da epidemia fazem parte do campo semântico médico/religioso-cristão.

Nos documentos (TREVISAN: 2000) da Inquisição ocorrida no Brasil Colônia, a respeito dos casos de homossexualidade, os nomes (expressões) utilizados para significar o ato sexual entre dois homens²⁹ são todos ligados à moral cristã como “tocamento desonesto”, “tocamento torpe”, “pecado nefando”, “trabalho nefando” ou simplesmente “nefando” em oposição à questão da normalidade, do casamento que tem como princípio legítimo a questão sexual ligada exclusivamente à reprodução, portanto qualquer relação que não objetivasse a procriação pertencia à desordem.

O adjetivo *nefando*, por exemplo (HOUAISS: 2001), remete o ato sexual entre dois homens ao maior dos pecados possíveis. Tão grave que não se deve falar dele. A origem

²⁹ Entre as mulheres não se sabia muito bem como ocorria o contato, já que não haveria a possibilidade da penetração.



latina do verbete *nefandus*, a, um 'ímpio, abominável, horrível' nos dá a direção do sentido dessa relação para a moral cristã:

- 1 de que não se deve falar, por ser digno de aversão; abominável, execrável, infando;
- 2 de má índole; malvado, perverso
- 3 que denota ou revela impiedade, desprezo pela religião; ímpio, sacrílego
- 4 moralmente degradado; corrupto, depravado. (HOUAISS: 2001, 2003).

E as denominações da homossexualidade estão ligadas também, além das questões médicas, às interpretações religiosas-cristãs, quase todas vinculadas ao vocábulo pecado, que significa a violação de um preceito religioso.

SONTAG (1984), diz que o que se sabe mais comumente sobre as epidemias

É que a doença tem principalmente um efeito devastador sobre o caráter. Quanto mais brando é o preconceito de que a doença é um castigo pela maldade, mais provável é a ideia que acentua a corrupção moral manifesta diante da propagação da doença. Mesmo que a doença não seja considerada um julgamento na comunidade, ela se torna um julgamento – retroativamente – na medida em que põe em movimento um inexorável colapso da moral e dos costumes. (SONTAG: 1984, 53, grifos nossos).

E, em se tratando de AIDS e de sua relação com o chamado grupo de risco (do qual os homossexuais não eram apenas coadjuvantes), aquele sentimento “social” de castigo por todo o comportamento inadequado da *comunidade gay* volta a fazer sentido.

A doença, além da associação direta que era feita com a questão homossexual – *peste gay*, *câncer gay*, *peste cor-de-rosa*, *coisa de gay*, entre tantas outras -, era encarada como o “Mal do Século XX”, porque ela mexia, de alguma maneira, com a vida de todos: mortal, incurável, infecto-contagiosa, perversa por apresentar um período de incubação, arrasadora, e sexualmente transmissível, eram as denominações mais comuns no *corpus* da pesquisa.

As denominações usadas para o vírus HIV, causador da AIDS, no *corpus* são quase que exclusivamente metáforas de guerra: *invasor*; *as suas estratégias de invasão* do corpo ou as células de *proteção*; *ataque ao organismo*, *soldados da destruição etc.*

A seguir, encontram-se as regularidades depreendidas nos textos jornalísticos analisados.





4.3 QUADROS DE DENOMINAÇÕES

Revista <i>Superinteressante</i> (1987-1990)	
Para os contaminados pelo vírus	Aidético; portadores; futuros doentes; doentes; possíveis portadores; pessoas clinicamente sadias; futuros doentes; portador do vírus; portadores do HIV; clientes portadores do HIV; soropositivo
Para a AIDS/o vírus da AIDS	Enfermidade; A doença; a doença que mexe com a vida de todos; moléstia; doença mortal; doença que esconde vários segredos dos cientistas; doença infecto-contagiosa; o problema; perversa peculiaridade de se manifestar só seis ou sete anos em média após o contágio; provocou uma reviravolta em muitos conceitos mais otimistas da medicina; uma nova e desconhecida doença; doença que mexe com a sexualidade e a moral de nossa época; a desgraça; o maior inimigo da vida;
Para os homossexuais	homossexuais
Para inibir a propagação da doença	Apostar na racionalidade das pessoas; esperadas mudanças de comportamento sexual; eficácia das campanhas de prevenção; testes que identificam no organismo a presença dos anticorpos ao HIV; controle do sangue usado em transfusões; campanhas informativas; uso de uma vacina anti-AIDS; AZT; sexo com segurança a escolha consciente de parceiros;
Motivo da propagação da doença	Dúvida da eficácia das campanhas de prevenção; doações de sangue contaminado; comportamento de cada um; promiscuidade sexual; número elevado de parceiros; consumo de drogas via venosa; a entrega dos viciados ao ritual do consumo sem cuidado algum com a higiene; seringas contaminadas;

Revista <i>Istoé</i> (1985-1990)	
Para os contaminados pelo vírus	Doentes contagiosos; comunicantes;
Para a AIDS/o vírus da AIDS	A peste do século XX; sinistra; doença sexualmente transmissível; ação arrasadora; até agora incontrolável; como o câncer, não há remédio que elimine sua ação letal; degeneração física e morte inevitável; uma forma de punição; um novo estigma; coisa de gay; traiçoeira; bomba-relógio; síndrome;
Para os homossexuais	Gays; homossexuais; o protótipo mais perigoso de foco de contaminação da AIDS; sólido candidato a receber e passar o vírus;
Para inibir a propagação da doença	Mudança de comportamento sexual; redução de parceiros; a adoção de cuidados higiênicos; o contato íntimo sem penetração; a redução da promiscuidade; dispensar doadores de sangue homossexuais; a miséria à falta de pesquisas; A forte presença do bissexualismo na população brasileira; através da comunidade homossexual masculina; o bissexualismo reforçado pela penúria econômica do País; na prostituição masculina em rapazes menores de idade; As campanhas educativas precisarão mudar...devem alertar para os cuidados com as secreções corporais durante <i>outras</i> formas de prática sexual
Motivo da propagação da doença	Liberalização dos costumes; os homossexuais promíscuos que praticam sexo em grupo e com parceiros sucessivos em saunas ou boates; gays estrangeiros que trazem a doença na sua busca de contato com homossexuais do Terceiro Mundo; homossexuais



	americanos, ao manterem relações com nativos (Haiti), foram contaminados e levaram o vírus para os Estados Unidos; é quase certo que o vírus se transmite, efetivamente, no momento do contato entre o pênis e a mucosa anal; se, por exemplo, um dos homossexuais mantém relações com a mulher, transmite-lhe o vírus; Ambos podem repassá-lo a heterossexuais viciados em tóxicos endovenosos; Se dissemina quase que exclusivamente através das relações homossexuais; Nova tipologia de transmissão da doença: o contágio através de relações heterossexuais.
--	---

Revista Veja	
Para os contaminados pelo vírus	Vítimas da AIDS; portadores da doença; vítimas da doença; discriminados e segregados; potenciais contaminadores.
Para a AIDS/o vírus da AIDS	O mal; A terrível síndrome de imunodeficiência adquirida; a doença que mata destruindo a capacidade do organismo para combater infecções; doença preocupante, mas não prioritária; moléstia; a praga dos homossexuais; problema de proporções mundiais; fulminante; pior coisa que a humanidade já experimentou em todos os tempos; doença fatal; teoricamente evitável; a palavra cura não pode ser mencionada; fulminante capacidade de matar as suas vítimas; 100% mortal; a bomba-humana; a terrível doença; peste gay.
Para os homossexuais	Atividade sexual mais comedida; monogamia; evitar o sexo, não ser promíscuo; adotar valores cristãos; o casamento;
Para inibir a propagação da doença	Gays; o foco de contaminação da AIDS; candidato a receber e passar o vírus;
Motivo da propagação da doença	Revezamento de parceiros; quanto maior a promiscuidade, maior a possibilidade de contágio da doença; o ambiente de promiscuidade em que tomam drogas.

Como se pode perceber nas denominações recorrentes no período, a AIDS é encarada como a doença que veio para moralizar, para colocar o mundo em ordem, já que estávamos vivendo um processo de degradação moral. O que se diz sobre ela e o que faz sentido em suas denominações é, sobretudo, o fato de ser mortal e de ser reparadora.

Ela é a pior coisa que a humanidade já experimentou, e isso se deve (também) ao comportamento inadequado do homem diante de Deus e de suas leis.

Os homossexuais são denominados com uma certa ordem, e com correlações recorrentes nas revistas como sendo “O protótipo mais perigoso de foco de contaminação da AIDS; sólido candidato a receber e passar o vírus; foco de contaminação etc.”, definindo assim o *grupo de risco* preferencial no discurso (neutro, objetivo, imparcial) jornalístico.

Como forma de se evitar a doença, o que faz sentido é o fato de se controlar a quantidade de parceiros. A promiscuidade é o que causa a AIDS. O sexo promíscuo é



aquele que não prioriza a reprodução da espécie. E para isso é importante que se mude de comportamento, que a racionalidade se faça presente quando o assunto for sexo. Não se pode mais aceitar a irracionalidade das pessoas que saem por aí em busca de sexo fácil e com parceiros variados.

Os *gays* do eixo Rio-São Paulo já trataram de mudar de comportamento, perceberam que só a procura de um parceiro fixo pode paralisar a disseminação da doença.

Os bancos de sangue já estão sob intervenção do governo. O que pode ser feito está sendo feito, os demais casos não dependem da vontade política de qualquer que seja o governo, mas da população, dos chamados grupos de risco.

E as denominações compõem um grande bloco de produção de sentidos em relação a AIDS e ao *grupo de risco* preferencial: “uma prática sexual promíscua + um comportamento sexual baseado na promiscuidade + uma falta de racionalidade quanto às inúmeras escolhas de parceiros + falta de valores cristãos + um ambiente de promiscuidade com drogas e sexo sem limites + liberação dos costumes + um novo estigma (somando-se ao sempre-lá *velho* estigma) + etc. = homossexualidade e AIDS”.

As regularidades nas palavras ou expressões que denominam a AIDS, os homossexuais, a transmissão da epidemia etc., entre 1985 e 1990, são o que caracterizam a FD oficial. Determinando, portanto, o sentido que as palavras adquirem a partir de posições dadas (principalmente médicas e religiosas) em determinadas condições de produção, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscritas numa relação de classes.

Conforme essa FD (nesse capítulo, as palavras e ou expressões que o denominam), o homossexual é percebido como doente, imoral ou infrator.

Ele, nesse momento, ainda não tem discurso, por isso também usa o discurso do médico, do jurista, do psiquiatra, do religioso para referir-se a si.

Na virada para os anos 1990, por outro lado, as pesquisas foram colocando em dúvida o discurso da medicina que precisou dos homossexuais como aliados no combate à AIDS e, portanto, não podia mais continuar tratando sua orientação sexual como doença.



Os grupos de defesa dos direitos dos homossexuais vão se organizando de forma a estabelecer outras relações de sentido para os homossexuais: fala-se então sobre casamento gay, parceria civil, adoção de filhos *etc.*

Outros sentidos vão caracterizar, portanto, uma outra Formação Discursiva. O que acontecer mais ou menos a partir da década de 1990 quando outros sentidos começam a se instalar sobre a homossexualidade e também sobre a AIDS e a sua não-relação com o homossexual.



Palavra e imagem são como cadeira e mesa: se você quiser se sentar à mesa, precisa de ambas.

Jean-Luc Godard



5 AS FOTOS FALAM E SUSSURRAM

Nesse capítulo, vamos apresentar algumas concepções sobre a fotografia, para, em seguida proceder à análise.

Organizei este capítulo da seguinte maneira: apresento três concepções diferentes sobre como a fotografia é tratada: a) a concepção de que a fotografia é a representação do real; depois, b) a concepção de que ela tange apenas esse real e, finalmente, c) a concepção a que me filio, a de que a fotografia constrói o real.

Segundo MARIANI (1999), a fotografia é uma metáfora produtiva para começar a discutir os modos de ler o mundo através do texto jornalístico. Em virtude de a fotografia ser uma representação daquilo que foi, não há como negar que ela revela um momento da realidade:

No entanto, é uma ilusão supor um real primeiro, dotado de um sentido próprio e imanente que a fotografia poderia retratar fielmente. O que se vê numa foto são realidades organizadas por um discurso com uma ordem própria.

Longe de ser objetiva, portanto, **uma fotografia representa um ponto de vista, i.e., quem fotografa constrói o instantâneo de uma cena (produzida ou espontânea) de acordo com seu ângulo de visão e, também, de acordo com as possibilidades técnicas que a própria máquina fotográfica oferece.** (MARIANI: 1999, 103-104, grifos nossos).

Não há, de acordo com a autora, um olhar que seja neutro. A fotografia é uma reconfiguração do que foi visto. E os limites de tal reconfiguração são dados pela história (MARIANI: 1999).

Ainda que, como *Clémentis*³⁰, seja recalcado ou apagado da memória histórica por forças do momento político, o seu *chapéu* na cabeça do dirigente comunista *Gottwald*

³⁰ Em *O chapéu de Clémentis*, (apud INDURSKI: 1999 15), Courtine relata uma anedota contada por *Milan Kundera* na abertura de seu *Livro do riso e do esquecimento*: o dirigente comunista *Klement Gottwald*, da sacada de um palácio barroco de Praga, discursa para a multidão aglomerada na praça da velha cidade. É nessa sacada que começa a história da Boêmia comunista..”Gottwald estava cercado por seus camaradas e, a seu lado, bem próximo, estava *Clémentis*. Nevava, estava frio e Gottwald estava com a cabeça descoberta. *Clémentis*, muito atencioso, tirou o seu chapéu de pele e o colocou na cabeça de Gottwald. O departamento de propaganda reproduziu centenas de milhares de exemplares da fotografia da sacada, de onde Gottwald, com um chapéu de pele e rodeado por seus camaradas, fala ao povo. (...) Todas as crianças conheciam essa fotografia de tê-la visto em cartazes, nos manuais ou nos museus. “Quatro anos mais tarde, *Clémentis* foi acusado de traição e enforcado. O departamento de propaganda fê-lo imediatamente desaparecer da história e certamente de todas as fotografias. Desde então, Gottwald está



marca a sua presença na ausência através do jogo da materialidade não-linguística de um documento fotográfico. Este documento é, antes de tudo, produzido na ordem do discurso. (COURTINE: 1999, 15-16).

Nesse capítulo analisarei as fotografias que aparecem nas matérias das revistas usadas em minha pesquisa, para compreender que papel desempenham no estabelecimento dos sentidos que se instalam sobre a AIDS e a homossexualidade.

Não é o meu objetivo focar o *real* ou *não real* na imagem fixada pela fotografia, é claro que essa discussão se faz necessária para que se chegue ao sentido que se estabelece ou não com o auxílio dessas fotografias, no entanto, não é esse o centro das minhas intenções.

É possível dividir as fotografias do *corpus* em dois momentos bastante distintos: as fotografias nas reportagens do ano de 1985 nas revistas *Veja* e *Istoé* (a *Superinteressante* é editada a partir de 1987) exploram bastante a imagem de pacientes contaminados pelo vírus em leitos hospitalares. Esses pacientes estão, geralmente, isolados por conta da doença (todos homens em estágios avançados da doença).

Há também, durante esse ano, muitas fotos de cientistas em laboratórios pesquisando o vírus. As ilustrações representam ou a trajetória do vírus até as células de proteção do corpo ou simulações de vacinas para o tratamento da doença;

A partir de 1987 as ilustrações, agora de forma mais frequente, quase cem por cento delas, são representações do vírus HIV atacando as células de defesa do corpo e as prováveis causas desse movimento. As fotografias são quase que exclusivamente de cientistas em seu dia-a-dia, ou de voluntários que fazem algum trabalho de prevenção da doença. Vez por outra algumas fotografias de pacientes ao lado de medicamentos contra a doença.

Sobre o que se disse ou diz se a fotografia representa, constrói ou se simplesmente toca no real, BARTHES (1984) afirma que a fotografia traz consigo o seu referente, e ambos são atingidos pela mesma imobilidade amorosa ou fúnebre, no âmago do mundo em movimento:

sozinho na sacada. Ali, onde estava Clémentis, há somente o muro vazio do palácio. De Clémentis, restou apenas o chapéu de pele na cabeça de Gottwald.”



Estão colados um ao outro, membro por membro, **como o condenado acorrentado a um cadáver em certos suplícios**; ou ainda semelhantes a esses pares de peixes (os tubarões, creio eu, segundo diz Michelet) que navegam de conserva, como que unidos por um coito eterno. **A Fotografia pertence a essa classe de objetos folhados cujas duas folhas não podem ser separadas sem destruí-los: a vidraça e a paisagem, e por que não: o Bem e o Mal, o desejo e seu objeto**: dualidades que podemos conceber, mas não perceber (eu ainda não sabia que, dessa teimosia do referente em estar sempre presente, iria surgir a essência que eu buscava). (BARTHES: 1984, 15-16, grifos nossos).

Não há o que dizer diante da fotografia, ele diz, ela nos leva a crer que o que é visto basta-se. E dessa forma se constitui sentido definitivo porque ela vale mais que todas as palavras. A natureza da fotografia se compõe, então, de sentido colado à sua imagem: porque traz consigo o seu referente e não há o que negar diante dela. Não se pode dizer que o que foi fotografado não existiu num dado momento. É a presença afirmando a ausência e a ausência afirmando a presença.

Existe uma espécie de consenso de que o verdadeiro documento fotográfico “presta contas do mundo com fidelidade” (DUBOIS: 2004). Foi-lhe atribuída uma credibilidade bem singular. A verdade nua e crua exposta através daquela foto.

Um viajante, por exemplo, pode contar, na volta de suas viagens, histórias para impressionar os seus ouvintes; ele pode fantasiar, exagerar até, ao contrário, a fotografia, pelo menos aos olhos do senso comum, não pode mentir. A foto é percebida como uma espécie de prova, ao mesmo tempo necessária e suficiente, que atesta indubitavelmente a existência daquilo que se mostra (DUBOIS: 2004).

Fotos fornecem um testemunho. Algo de que ouvimos falar mas de que duvidamos parece comprovado quando nos mostram uma foto. Numa das versões da sua utilidade, **o registro da câmara incrimina.** Depois de inaugurado seu uso pela polícia parisiense, no cerco aos *communards*, em junho de 1871, as fotos tornaram-se uma útil ferramenta dos Estados modernos na vigilância e no controle de suas populações cada vez mais móveis. Numa outra versão de sua utilidade, **o registro da câmara justifica. Uma foto equivale a uma prova incontestável de que determinada coisa aconteceu.** A foto pode distorcer; **mas sempre existe o pressuposto de que algo existe, ou existiu, e era semelhante ao que está na imagem.** Quaisquer que sejam as limitações (por amadorismo) ou as pretensões (por talento artístico) do fotógrafo individual, **uma foto – qualquer foto – parece ter uma relação mais inocente, e, portanto mais acurada, com a realidade visível do que outros objetos miméticos.** (SONTAG: 2004, 16, grifos nossos).



Não se pode duvidar da imagem, ela não é o *texto manipulável* ou cheio de intenções do seu autor. É mais fácil desacreditar do texto escrito do que de que se vê. A fotografia, portanto, reforça a fé, porque se vê *para crer*. Ela não apenas captura a realidade de maneira neutra, mas a revela. As fotos podem ser mais memoráveis que a imagem em movimento porque são uma nítida fatia do tempo, e não um fluxo (SONTAG: 2004). A fotografia é um processo ótico-químico (e hoje, também, eletrônico), mecânico, automático, técnico, objetivo, quase natural, sem que a mão do artista intervenha diretamente (DUBOIS: 2004).

Como a Fotografia é contingência pura e só pode ser isso (é sempre alguma coisa que é representada) – ao contrário do texto que, pela ação repentina de uma única palavra, pode fazer uma frase passar da descrição à reflexão -, ela fornece de imediato esses “detalhes” que constituem o próprio material do saber etnológico. (BARTHES: 1984, 49, grifos nossos).

A imagem é a prova (da qual não se pode duvidar) de que as coisas são (eram). É o testemunho histórico dos fatos. Revela, comprova, demonstra. Ela nos permite ter acesso a um infra-saber. Não há o que ser desmentido diante daquela imagem. As palavras são desnecessárias diante dela. Ela simplesmente fala! E, como afirma o autor, é contingência pura, é possibilidade de que alguma coisa existe ou tenha estado por ali.

Que **ela** enriqueça rapidamente o álbum do viajante e devolva a seus olhos **a precisão que falta à sua memória**, que **orne a biblioteca do naturalista**, **exagere os animais microscópicos**, **fortaleça** até com algumas informações **as hipóteses do astrônomo**; que **seja finalmente secretária e o caderno de notas de alguém que tenha necessidade em sua profissão de uma exatidão material absoluta**, até aqui não existe nada melhor **que salve do esquecimento as ruínas oscilantes**, os livros, as estampas e os manuscritos que o tempo devora, as coisas preciosas cuja forma desaparecerá e que necessitam de um lugar nos arquivos de nossa memória, seremos gratos a ela e iremos aplaudi-la³¹. (BAUDELAIRE: 1859 *apud* DUBOIS: 2004, 29, grifos nossos).

³¹ O autor citado por DUBOIS, Baudelaire, discute a diferença entre a pintura e a fotografia. Este autor afirma ser a fotografia a representação do industrial em oposição à arte, representada pela pintura. Baudelaire é um crítico feroz da reprodutibilidade e da vulgarização que a fotografia poderia causar à arte. Segundo este autor a singularidade nasce da observação cuidadosa do artista. Não se faz necessário apresentar aqui essa discussão (fotografia e arte), no entanto, a citação do autor em relação à precisão da fotografia ilustra a crença em torno da fotografia.



Quando se fala em fotografia, fala-se em precisão, em memória, em confirmação de hipóteses ou em algo que se revela ainda que não possa ser alcançado pelo olho humano, visto que (tão precisa e) tão profunda é a crença que se tem na razão de ser da fotografia. Uma de suas funções seria a de manter a memória de uma época, de um fato etc. É exata e absoluta. O seu alcance é da proporção de um astro e a sua veracidade inquestionável.

Por outro lado, a fotografia constrói testemunhos (ANDRADE: 2002) na ordem da existência, mas em caso algum na ordem do sentido (DUBOIS: 2004) a partir do olhar que se *pretende documento da realidade* (a fotografia se pretende realidade). Alguns diriam que diante dela não se poderia dizer *não* em virtude do que ali se registra, no entanto, outros afirmariam que ela serve a outro senhor: *o fato discursivo e a imagem determinada ao mesmo tempo pelo ângulo de visão escolhido, por sua distância do objeto e pelo enquadramento* (DUBOIS: 2004).

Quando determinada fotografia oferece a nossos olhos interrogadores a visão de determinada personagem, por exemplo, um homem de uniforme ao lado de um cavalo arreado, **só temos certeza de uma coisa: esse homem, esse cavalo, esse arreio existiram, estiveram efetivamente ali, um dia, naquela posição.** Mas é tudo o que a foto nos diz. **Nada sabemos sobre a significação (geral ou particular) que se deve atribuir a essa existência.**

Nesse sentido, podemos dizer que a foto não explica, não interpreta, não comenta. É muda e nua, plana e fosca. *Boba*, diriam alguns. **Mostra, simplesmente, puramente, brutalmente, signos que são semanticamente vazios ou brancos.** Permanece essencialmente *enigmática*. Este é o sentimento que todos aqueles que consideram lúcida e honestamente uma fotografia experimentaram em maior ou menos medida. (DUBOIS: 2004, 84, *itálicos do autor e grifos nossos*).

A fotografia sempre se encontra no extremo desse gesto; ela diz: *isso é isso, é tal!* Mas não diz nada mais: os sentidos se darão não apenas pela foto em si, mas pela relação dela com o meio de comunicação que a veicula, a sua edição além da esfera de intenções do fotógrafo e de todas as outras instâncias envolvidas na circulação dessa imagem.

Uma foto não pode ser transformada (dita) filosoficamente, **ela está inteiramente lastreada com a contingência de que ela é o envoltório transparente e leve.** Mostre suas fotos a alguém: essa pessoa logo mostrará as dela: “Olhe, este é meu irmão; aqui sou eu criança etc.”; a



fotografia é sempre apenas um canto alternado de “Olhem”, “Olhe”, “Eis aqui”; ela aponta com o dedo um certo vis-à-vis e não pode sair dessa pura linguagem dêitica. (BARTHES: 1984, 14, grifos nossos).

Mas a fotografia se pretende “o cara a cara” com o real: é o *eis aqui o que te falo*. Ou documento histórico. Ou ainda pura referencialidade.

Talvez a fotografia se pretenda cópia quimicamente revelada (ou eletrônica) da realidade, talvez seja essa uma interpretação possível das fotos.

Poderíamos dar inúmeros exemplos desse tipo de discurso. Em todos os casos, **trata-se de assinalar a desconfiança quanto à objetividade, à neutralidade e à naturalidade do meio fotográfico na sua reprodução da realidade empírica.** Essa desconfiança baseia-se em (ou gera) uma crença numa verdade propriamente interna, interiorizada, que não se confunde com as aparências do próprio real. (DUBOIS: 1993, 44, grifos nossos).

Quanto os autores falam sobre a desnaturalização da fotografia como documento do real, referem-se não à verdade que ela revela ou ao instante congelado por ela, mas ao seu caráter desprovido da intencionalidade daquilo que ela pretende representar.

Podemos, por exemplo, falar sobre o vírus da AIDS, sobre o contágio e sobre portadores desse vírus, não apenas do ponto de vista que explora a imagem de doentes em estágios terminais da doença. Ainda que estivéssemos na década de 1980, a relação do vírus com o seu portador não era apenas determinada pela morte, como era mostrado.

O HIV pode ficar anos no corpo de alguém sem se manifestar. A AIDS podia ter outras versões. No entanto, o que foi *escolhido* para representá-la foi a imagem que tangencia a morte, a solidão, o enfraquecimento do corpo, a falta de opção diante da pandemia, o descontrole social.

SONTAG (2004) reforça esse ponto de vista quando afirma que a fotografia não está à parte do *comércio usualmente nebuloso entre arte e verdade*:

Porém, apesar da presunção de veracidade que confere autoridade, interesse e sedução a todas as fotos, **a obra que os fotógrafos produzem não constitui uma exceção genérica ao comércio usualmente nebuloso entre a arte e a verdade. Mesmo quando os fotógrafos estão muito mais preocupados em espelhar a realidade, ainda são assediados por imperativos de gosto de consciência.** (SONTAG: 2004, 16-17, grifos nossos).



Não se pode negar que a partir da fotografia o mundo se tornou mais preciso de informação e conhecimento, porque a realidade através dela é revelada, resgatada, atingida e até roubada (ANDRADE: 2002).

O fotógrafo registra, mas isso não significa dizer que as imagens sejam despidas de intenção: do lugar que se ocupa, do que pode e deve ser dito desse lugar, dos sentidos determinados pela formação discursiva a que se está assujeitado, dos agendamentos e das seleções previamente estabelecidas pelo editor:

Trata-se de uma prática discursiva que atua na construção e reprodução de sentidos, prática essa realizada a partir de um efeito ilusório da função do jornal como responsável apenas por uma transmissão objetiva de informações. O discurso jornalístico constrói-se, dessa forma, com base em um pretensão domínio da referencialidade, pois baseia-se em uma concepção de linguagem que considera a língua como instrumento de comunicação de informações. Decorrem daí vários efeitos constitutivos dos sentidos veiculados como informações jornalísticas: **objetividade, neutralidade, imparcialidade e veracidade.**

Além disso, **essa pretensão informatividade jornalística se sustenta com base em uma ideologia utilitária**, ou seja, parte-se de um pressuposto (construído historicamente na relação entre jornais e leitores) de uma necessidade social de saber os fatos relatados. Estes, dessa forma, já figuram nas páginas impressas pré-significados por uma relevância constituída pelo imaginário: **se o jornal publicou é porque é importante ou só é importante o que aparece no jornal. Fica apagado para o leitor o fato de ter havido uma seleção das notícias (a pauta), ficando igualmente apagado que as manchetes também resultam de tomadas de decisão realizadas pelos editores e assim por diante.**

Leitores e jornalistas encontram-se, dessa maneira, enquadrados nos domínios de pensamento de sua época, ficando imersos em uma agenda (organizada pelos 'donos' do jornal) previamente constituída por interpretações legitimadas, ou já tomadas como socialmente consensuais, ou que virão a se tornar consenso por força, exatamente, dos efeitos produzidos pela própria imprensa. **É possível afirmar, então, que há uma ritualização ideológica presente no discurso jornalístico, entendendo ritualização aqui como uma forma de manutenção e repetição de determinados sentidos.** (MARIANI: 2005, grifos nossos).

As fotografias também constroem sentidos. Mas esses sentidos são construídos, no *corpus* dessa pesquisa, a partir do seu diálogo com o verbal, porque ela não “vale por mil palavras” e não é a prova definitiva do que ali está enquadrado, apesar de, da mesma forma como o discurso jornalístico, se pretender *objetiva, neutra, imparcial e verdadeira*.

Uns podem acreditar que a fotografia seja *um conhece a ti mesmo automático* porque a máquina fotográfica não mente; outros, no entanto, poderiam afirmar que ela



seria *um engano a ti mesmo automático* já que o seu olhar se concentra sobre o superficial, obscurece a vida secreta que brilha através dos contornos das coisas num jogo de luz e sombra (DUBOIS: 1994).

Quem sabe a função da fotografia/ilustração não seja a de abonar o texto jornalístico? É possível que eu fotografe do jeito que eu gostaria que fosse; é possível também que a minha foto não seja nada além do que espero dela: nem mais nem menos, mas o que espero atingir com ela. Dessa forma eu poderia dizer que a realidade dialoga com a imagem, mas não a representa (ela é apenas observação estética e documental da realidade). Até que ponto o sentido não surge dessa interseção?

Ao nos ensinar um novo código visual, **as fotos modificam e ampliam nossas ideias sobre o que vale a pena olhar e sobre o que temos o direito de observar. Constituem uma gramática** e, mais importante ainda, **uma ética do ver**. Por fim, o resultado mais extraordinário da atividade fotográfica é nos dar a sensação de que podemos reter o mundo inteiro em nossa cabeça – como uma antologia de imagens. (SONTAG: 2004, 43, grifos nossos).

As fotos não são um espelho neutro, mas um instrumento de transposição, de análise, de interpretação e até de transformação do real, como o discurso, por exemplo, e assim, também, historicamente determinada.

O que “temos o direito de observar” nas fotografias selecionadas, por mim, para análise? Penso, imediatamente, nos recortes que são feitos, pelas revistas semanais, através dessas fotos (não apenas as que selecionei e apresento neste trabalho, mas as que fazem parte do *corpus* da pesquisa) e que dão sentido à AIDS e à relação com o homossexual: são homens fotografados, alguns de forma caricatural quanto a sua sexualidade e que respondem positivamente ao que se diz sobre a doença.

As fotografias/ilustrações, em geral, são usadas ou como complemento das reportagens publicadas nas revistas selecionadas para análise (em meu trabalho) ou como elucidação do que é dito: fala-se, por exemplo, do poder destrutivo do vírus e de sua capacidade de enganar as células de proteção do corpo e mostra-se de que forma isso se dá através de ilustrações; fala-se das pesquisas ao redor do mundo sobre e AIDS e estampa-se no centro da tal matéria a fotografia de um cientista concentrado (alheio ao ato fotográfico) diante de um microscópio fazendo o seu trabalho. As fotografias fortalecem e legitimam a linguagem escrita (ANDRADE: 2002).



As fotografias mais frequentes, no ano de 1985, são as dos inúmeros casos de doentes: em estágios avançados de contaminação pelo vírus em leitos hospitalares. São as de homens *enfraquecidos* pela doença, à *beira da morte*, traduzindo a epidemia. São retratos da morte.

Quando se falava de AIDS no período de 1985-1990, falava-se necessariamente da morte: esse era o diferencial do HIV. O exótico da doença era mostrado ou construído com as imagens que justificassem essa etapa: que se dava mais ou menos dessa forma (quadro a quadro ou seguindo as setas): a ilustração do vírus; esse vírus invadindo uma célula do corpo humano; a fotografia do médico comprovando o enfraquecimento do corpo tomado pelo HIV; a imagem de homens a um passo da morte; o registro fotográfico de corpos em autópsia; a morte desses corpos: formas de contribuir para a demonstração de uma pesquisa.

Qual é o processo, a partir do que foi dito, de interpretação dessas fotografias nesses textos jornalísticos?

Segundo MARIANI (1999),

Ao pensarmos do ponto de vista do observador da foto, percebemos que este sofre os efeitos de significação produzidos pelo modo como a foto foi tirada. Isto não quer dizer, porém, que a própria observação seja passiva, pois **aquele que olha a foto também irá produzir efeitos de compreensão e significação sobre a imagem congelada, na medida em que suas histórias particulares de leituras se projetam e incorporam uma leitura possível** (dentre outras naquele momento histórico) **para a foto.** (MARIANI: 1999, 104, grifos nossos).

Um olhar nunca é neutro ou imparcial. A interpretação da fotografia se dá a partir das relações pessoais do observador. A fotografia então representa mais de um sentido: para quem a observa, para o fotógrafo, para a mídia a que ela se filia e para o integrante da cena fotografada.

Sendo inseridas na ordem do discurso jornalístico, elas (as fotografias/ilustrações) acabam sendo transformadas em fatos. No entanto, o que se vê são fragmentos que constituem historicamente uma formação social e não a peça inteira (mesmo porque não existe a completude dos fatos), mas a parte que se pretende mostrar. (MARIANI: 1999).

O que não se pode esquecer é que o observador também é constituído por processos sociais históricos e que esses processos não são totalmente visíveis para ele.



E que a leitura realizada é a soma de outras leituras mais a sua história pessoal bem como o momento histórico em que vive. (MARIANI: 1999).

Leitor e texto, portanto, **vão se integrando e se desvencilhando à medida que a historicidade de ambos emerge no processo de leitura.** (MARIANI: 1999, 106, grifos nossos).

Ainda sobre a questão da recepção da fotografia, KOSSOY (2002) afirma que a recepção da imagem subentende os mecanismos internos do processo de construção da interpretação, processo esse que se funda na evidência fotográfica e que é elaborado no imaginário dos receptores, em conformidade com seus repertórios pessoais culturais, seus conhecimentos, suas concepções ideológicas/estéticas, suas convicções morais, éticas, religiosas, seus interesses econômicos, profissionais, seus mitos:

As imagens fotográficas, **por sua natureza polissêmica**, permitem sempre uma leitura plural, dependendo de quem as aprecia. Estes, já trazem embutido no espírito suas próprias imagens mentais preconcebidas acerca de determinados assuntos (os referentes). **Estas imagens mentais funcionam como filtros: ideológicos, culturais, morais, éticos etc.** Tais filtros, todos nós os temos, sendo que para cada receptor, individualmente, os mencionados componentes interagem entre si, atuando com maior ou menor intensidade. (KOSSOY: 2002, 44, grifos nossos).

O que significa dizer que a leitura que fazemos dessas fotografias é de um lugar determinado: lemos o que nos é possível ler desse tal lugar que ocupamos, a partir de uma formação discursiva na qual estamos *inseridos*.

E em se tratando de fotografias/ilustrações que acompanham o texto da imprensa, somos tomados pela linguagem verbal desse veículo de comunicação de tal maneira que a leitura realizada parte dessa linguagem.

A imagem, assim como as palavras, **não tem um sentido literal**. O que lemos/compreendemos, enfim, **o que significamos só podemos significar a partir de sentidos já colados na gente**. E isso quer dizer que **significamos a partir da Formação Discursiva (FD) que nos determina**. E esse processo não é estático ou determinista porque **toda FD comporta heterogeneidades**. Por isso podemos **descolar alguns sentidos e ressignificar as imagens e as palavras**. Além disso, sempre **há o real furando a estabilidade dos sentidos, produzindo equívocos**. (MARIANI, a partir de conversa por e-mail, grifos nossos).



É como se o real da fotografia (o que está fotografado sem o auxílio do verbal) fosse da ordem do impossível além dos já-ditos, das significações estabilizadas sobre a AIDS e sobre a sua relação com o homossexual.

As fotografias não correspondem aos textos que as acompanham e, no entanto, a interpretação já é definida pelo verbal. Elas ficam invisíveis porque são tomadas por um sentido dado *a priori*.

Há a proibição da interpretação própria ao logicamente estável acontecendo (PÊCHEUX: 2002, 53) sobre o que se vê nas fotografias:

O objeto da linguística (o próprio da língua) **aparece** assim **atravessado** por uma divisão discursiva **entre dois espaços**: o da **manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento**, e o de **transformações do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori**, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações. (PÊCHEUX: 2002, 51, grifos nossos).

Portanto, considero fundamental afirmar, antes de apresentar as fotografias selecionadas para análise, que há um discurso autoritário, aquele, segundo ORLANDI (2001a, 86), que cerceia a possibilidade de outras vozes, agendando a leitura/interpretação dessas fotos.

O que fica bastante evidente se pudéssemos deslocar essas fotografias selecionadas do seu contexto imediato. Elas são usadas aqui para aproximar o homossexual da AIDS, no entanto poderia ser usadas também em outras situações, já que não há qualquer índice (senão os construídos discursivamente) dessa aproximação.

Não há, então, outros sentidos capazes de se instalar quando da leitura dessas fotografias, em vista de que são silenciados (apagados) por meio do verbal que se impõe. Seja através do texto que acompanha a fotografia seja através de legendas que, mais diretamente, nos envolvem “nessa única leitura possível”.

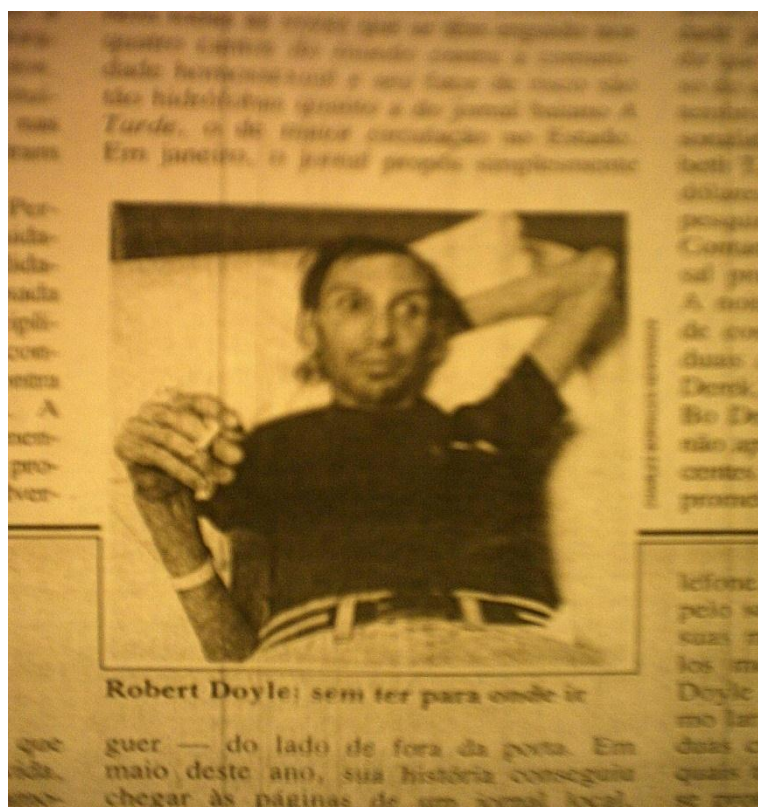
Selecionei para análise principalmente fotografias do ano de 1985, em virtude da grande frequência dessas imagens no decorrer desse ano, e também porque, como *acreditava-se* na relação entre a AIDS e grupos de riscos, essas imagens *confirmavam* essas verdades.

As fotografias selecionadas e analisadas são representativas das outras fotografias (não analisadas) que funcionam parafrasticamente em relação àquelas.



Desse ano, destaquei duas fotografias de pacientes contaminados pelo vírus: a primeira (**foto 1**) registra um homem de frente (a cara estampada), deitado numa cama de um hospital, com um cigarro na mão direita, ele está extremamente magro, os poucos cabelos desalinhados, olhos arregalados em direção oposta à lente da câmara que o registra; sob essa fotografia a legenda: **“Robert Doyle: sem ter para onde ir”** testemunhando o foco da matéria, a solidão e a exclusão dos doentes pela sociedade.

Foto nº 1, revista *Veja*, de 14 de agosto de 1985.



A primeira imagem é a que “melhor traduz” a AIDS nesse período (1985-1990) porque se vê, primeiro, um homem, possivelmente homossexual, embora através da fotografia não haja um meio para que esse dado seja confirmado, mas tendo em vista os já-ditos sobre a relação entre o homossexual e a AIDS, podemos compreender que se trata sim de um homossexual (ou que pelo menos a leitura que se quer que faça, seja essa).



Depois porque a foto, como um bom exemplo, já que *vale por mil palavras* (e se não valesse, teria o verbal fazendo essa ponte), retrata a morte o enfraquecimento e a degradação do corpo.

O homem na fotografia se encontra sozinho. Isolado, portanto, de qualquer outra imagem humana (essa *informação* está na legenda que acompanha a fotografia).

A AIDS isola o paciente. Ninguém deve recebê-lo em virtude da possibilidade de ser contaminado pela peste. Talvez o preço que ele (que o homossexual) tenha que pagar por seu comportamento. Ser excluído da sociedade. Nesse caso, possivelmente a heterossexual.

Por outro lado, o homem, apesar de responder visivelmente a todas as expectativas (médicas) sobre a doença (enfraquecido, impotente, solitário, magro demais, poucos cabelos), não há qualquer outro indício de que ele, como afirma o texto do artigo cuja foto ilustra, esteja sofrendo ou que não tenha para onde ir.

Muito menos que se encontra isolado da sociedade, mas somos tomados por essa afirmação a partir do verbal que traduz, segundo a revista, o que em geral acontece ao paciente portador do vírus.

O que se pode ver além de um homem muito magro sobre uma cama? Que ele fuma e mais nada.

Não há qualquer relação entre o que se vê e o que se lê. O *real* da foto não corresponde ao *real* de sua legenda.

O trabalho de interpretação da imagem, como na interpretação do verbal, **vai pressupor também a relação com a cultura, o social, o histórico, com a formação social dos sujeitos. E vai revelar de que forma a relação imagem/interpretação vem sendo “administrada” em várias instâncias.** (CLEMENTE DE SOUZA: 2001, 73, aspas da autora e grifos nossos).

A relação entre imagem/interpretação a partir do verbal se instala apagando qualquer outra leitura possível dessa imagem: essa leitura é administrada sem que se possam fazer outras relações a partir do que é visto.

Em uma outra fotografia (**foto 2**) que também faz parte do mesmo artigo da foto anterior, o paciente é um brasileiro que está no Hospital Emílio Ribas e usa máscara para não ser identificado. Este se encontra nas mesmas condições de saúde daquele, do



americano, no entanto, sob a sua foto a legenda: “**Júnior: de máscara para manter o anonimato. Rezando pela cura**”.

Essa fotografia também reforça os já-ditos sobre a doença e sobre a relação com a homossexualidade que não pode ou não deve ser revelada, já que a revelação põe em risco a inserção desse indivíduo na sociedade.

Também é um homem que aparece através da lente: comprova-se não que ele seja homossexual, porque não há marcas de sua sexualidade na fotografia (isso ainda não foi possível), no entanto, é um homem e pode, por isso, pertencer aos grupos de riscos portadores em potencial da doença: *gays* e usuários de drogas injetáveis (esta possibilidade é descartada na leitura do texto, restando, então, a outra).

O paciente usa máscara para que não seja identificado, para que a sua condição não seja revelada e, portanto, para que aquele nariz de Pinóquio escondido sob a máscara não apareça.

A doença revela a vida do seu portador e nisso não há nenhum motivo para ser orgulhar. Na **foto 2** o homem também se encontra sozinho (não há no *corpus* uma fotografia do ano de 1985 em que um paciente apareça acompanhado de alguém): está isolado, é melhor que não seja identificado para que a sociedade (heterossexual, saudável, cristã, monogâmica e não-promíscua) não lhe retire o que ainda resta de vida.

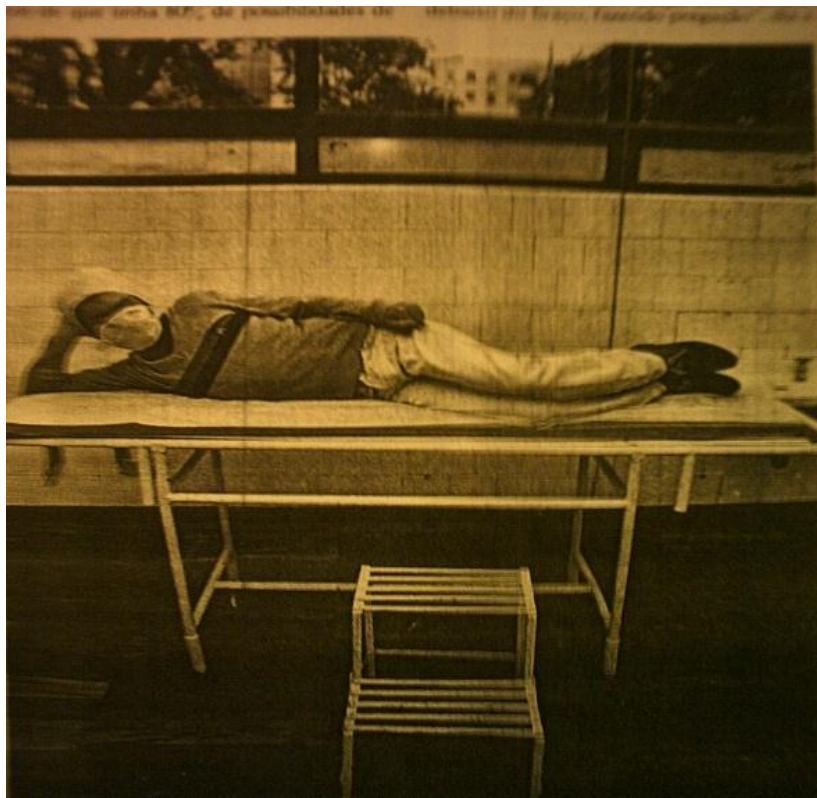
Mas essa leitura também é administrada pelo verbal que acompanha o texto. Esse verbal constrói uma outra realidade para a imagem. Construindo também a leitura que se deve fazer dela.

Tanto é assim que poderíamos usar essa mesma fotografia para falar da precariedade do sistema hospitalar, por exemplo, no Rio de Janeiro em 2005. Poderíamos, a partir da imagem veiculada, dizer que o paciente encontra-se a espera de atendimento nos corredores de algum hospital público nessa cidade, em virtude desses hospitais terem sido sucateados ao longo desses últimos anos.

O que seria mais ou menos assim: “o paciente tal, necessitando de cuidados, fica durante horas a espera de uma simples triagem médica para ser atendido, em um dos corredores do hospital x. A saúde no Rio de Janeiro passa mal.”



Foto nº 2, revista *Istoé* de 29 de maio de 1985



O que se pode ver além de um corpo deitado de lado sobre uma maca? O que se pode ver além de uma cabeça sustentada por um dos braços e do seu rosto protegido por uma máscara cirúrgica e dos cabelos sob uma touca? Não se pode dizer que é um homem ou mulher. Nem mesmo que se encontra doente. Pode-se, a partir do referencial *maca hospitalar*, presumir que alguém esteja à espera de atendimento (mas essa leitura talvez seja possível hoje, a partir das condições em que nos encontramos a respeito da saúde no Brasil).

A terceira fotografia (**foto 3**, da revista *Istoé* de abril de 1987) , também é de um homem num leito de hospital. Ele, apesar de magro, não é mostrado de maneira que seja perceptível estar numa condição terminal por conta da doença. Encontra-se sentado sobre uma cama, mas diferentemente dos outros dois pacientes (**fotos 1 e 2**), não parece deprimido. Esboça um sorriso.

No entanto, a foto retrata um homem abraçado a um grande cachorro de pelúcia e, por se tratar de AIDS, de grupo de risco, logo é possível identificá-lo com um



homossexual: retratado, primeiramente, pelos médicos higienistas como um exagero do feminino, depois caricaturado pela imprensa de maneira a aproximar a sua imagem da imagem do homem afetado que deseja ser mulher (também caricaturada). Portanto, delicado, sensível, vaidoso.

A foto 3 (assim como a foto nº 1) não é de um brasileiro, mas de um norte-americano. Reforçando mais uma vez os já-ditos sobre a epidemia (a rota da sua disseminação): também a de que foi trazida para o Brasil através de portadores homossexuais americanos de passagem pelo país.

Foto nº 3, revista *Istoé*, 8/4/1987



Mais uma vez é uma figura masculina retratada na foto. E não é à toa que todos são homens. Isso reforça os já-ditos sobre a AIDS na década de 1980 e encurta o caminho que relaciona a doença aos homossexuais.

Essas fotos são cedidas às revistas brasileiras e são reutilizadas também para *informar* (de forma *objetiva*, *neutra*) os brasileiros sobre o que está sendo dito em relação à doença, principalmente, nos Estados Unidos/Europa.

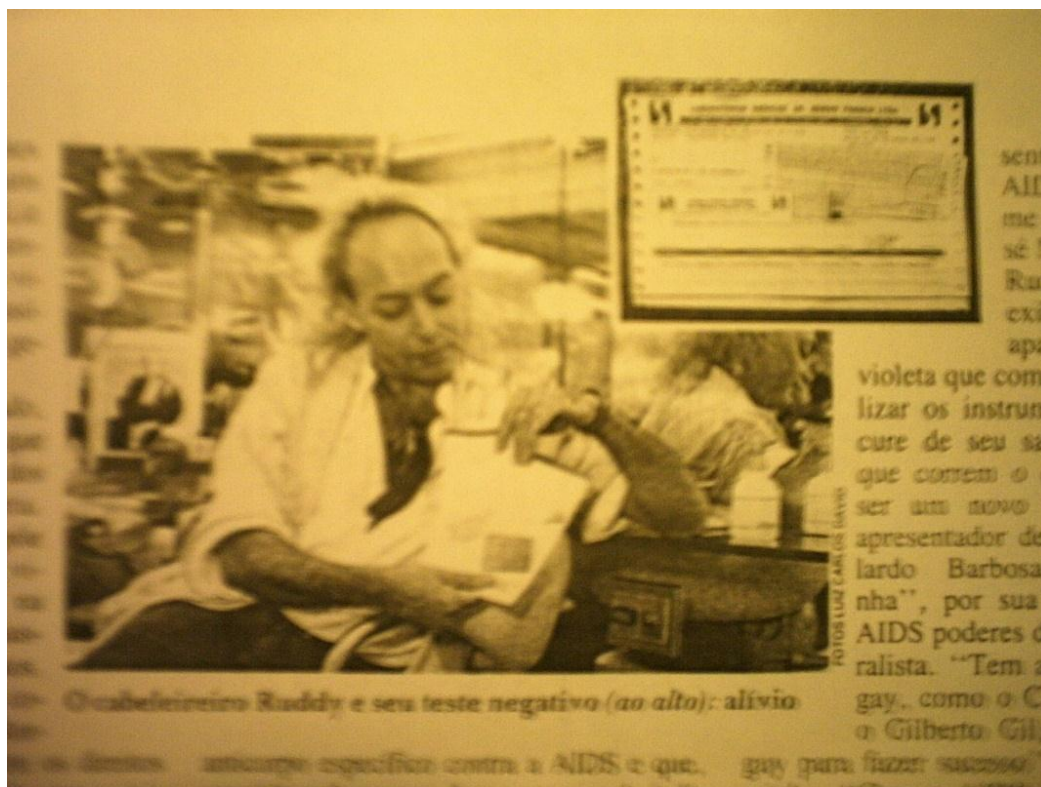
Lá onde os clientes estão deixando de beijar seus cabeleireiros por medo de contraírem a doença e onde também os soldados do corpo de bombeiros foram proibidos,



como forma de proteção para a classe, de fazer respiração boca a boca também como forma de evitar o contágio.

Na **fotografia 4** (abaixo), o cabeleireiro Ruddy se encontra sentado, provavelmente em um salão de beleza, e traz consigo o resultado negativo do seu teste de AIDS.

Foto nº 4, revista *Veja*, de 18 de dezembro de 1985.



Como a relação entre ser homossexual e ser portador do vírus era praticamente uma relação causal, e todas as *evidências* reforçavam esse sentido (nos E.U.A., os clientes estavam deixando de beijar os seus cabeleireiros para que não corressem os riscos da contaminação), nada mais indicado, aqui no Brasil, que se se colocasse fora dessa estatística “sou homossexual sim, mas vejam vocês, eis aqui o meu teste negativo para HIV. Um alívio!”.

O sentido, portanto, não é aquele que desfaz a equação linguística *homossexual* = *portador do vírus*, mas o que a reforça. Não se diz de um outro lugar, mas do mesmo lugar que afirma a tal equação, na legenda que acompanha a fotografia lê-se: “O cabeleireiro Ruddy e seu teste negativo (ao alto): alívio”.



Por sorte este cabeleireiro não está contaminado. O “alívio” significa que o cabeleireiro é uma exceção, não uma regra. Porque se assim o fosse, não existiria a necessidade dele dar satisfação pública de que não era portador do vírus.

Sou cabeleireiro, portanto gay, mas posso ser beijado pelos clientes porque não sou portador do vírus e não vou, por isso, contaminar a minha clientela heterossexual.

No entanto, essa leitura que é feita da fotografia nos é dada de forma autoritária pelo vínculo à formação discursiva a qual relaciona a AIDS à homossexualidade.

O efeito dessa fotografia poderia ser outro? E se a interpretássemos sem o auxílio do verbal que agenda a tal leitura? Este cabeleireiro é homossexual e, no entanto, não está contaminado pelo vírus. Traz consigo um teste que o autoriza a se declarar não contaminado pela AIDS. Portanto a relação causal entre a homossexualidade e a AIDS não se estabelece diante de tais documentos: do teste e do homossexual (*com a agravante de ser cabeleireiro*) que não é portador do vírus.

Mas esse sentido é descartado (apagado), porque ele não pode significar diante das evidências, do real: do que cola o sentido da AIDS ao homossexual. Não há espaço para uma leitura que desfaça o sentido que se produziu no discurso médico-religioso sobre a AIDS.

Foto nº 5, revista *Veja* de setembro de 1985.





A **foto nº5** é bastante teatral: uma senhora de meia-idade em pé, aparentemente desesperada diante de um homem sentado e aparentemente deprimido. Ao lado desse homem uma bolsa de viagem.

A legenda da foto diz: **“Marques, com a mãe: exílio forçado”**. E a partir da leitura do verbal o não-verbal tem o seu sentido direcionado.

Ele, cabeleireiro de uma cidade do interior, acusado *pela sociedade* de ser portador do vírus e de, conseqüentemente, colocar seus clientes em risco de contaminação. A cidade assustada com essa possibilidade, em romaria, expulsa o cabeleireiro para que, dessa forma, não corra o tal risco.

A bolsa de viagem que se encontra ao seu lado faz agora, a partir do verbal, sentido. Da mesma forma que o exílio da legenda.

Cabeleireiro = homossexual = portador do vírus. Ser portador do vírus = responsável pela disseminação da doença, seja de que maneira for, isso não é o mais importante, porque o que importa são as evidências: ele é homem, cabeleireiro e só pode ser homossexual e portar o vírus. Daí para disseminá-lo ou colocar em risco a sociedade (seus clientes) é passo dado.



O discurso da imprensa não é neutro nem objetivo, nem mesmo imparcial ou apenas informativo como se pretende, ele constrói e sustenta os sentidos **com base em uma ideologia utilitária**, ou seja, parte-se de um pressuposto (construído historicamente na relação entre jornais e leitores) de uma necessidade social de saber os fatos relatados (MARIANI: 2005).

O discurso jornalístico é construído com base em um pretenso domínio da referencialidade, pois esteia-se na concepção de linguagem que considera a língua como instrumento de comunicação de informações.

A **foto nº 6** é de 1989 e foi capa da edição de 26 de abril da revista *Veja*. “Cazuza, uma vítima da AIDS agoniza em praça pública”.

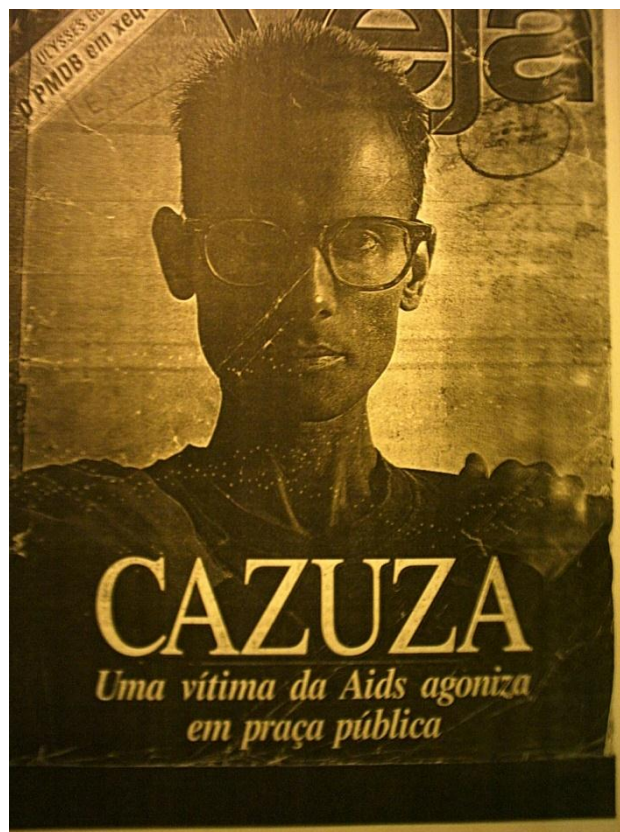
Apesar de, durante esse ano, ser mais frequente (nas revistas usadas nessa pesquisa) as ilustrações que didatizam a *invasão* do vírus no organismo, essa edição publica matéria de oito páginas sobre a vida e a morte (anunciada) do cantor e compositor do *pop-rock* dos anos 1980: símbolo da juventude excessiva desses anos.

A capa da edição de 26 de abril de 1989, **foto nº 6**, expõe um homem extremamente magro, com os cabelos bem curtos, de cor acinzentada (devido ao AZT – Zidovudina -, medicamento que surgiu para combater o câncer em 1965, mas que se tornou um dos pilares do coquetel de remédios contra a síndrome).

Cazuza sempre foi (nesse mesmo veículo) tratado como irreverente, sem limites, drogado, alcoólatra, a sua bissexualidade era também bastante explorada por essas matérias *informativas*, mas ele era tratado apenas como um *exagerado*. Ele representava, em suas músicas, *as angústias e os desejos de sua geração*, segundo a matéria da revista.

Foto nº 6, revista *Veja*, de 1989.





Diferente da forma como sempre fora retratado pela revista *Veja* (“músico de talento, artista inovador em suas atitudes etc.”), Cazuzza agora se encontra praticamente morto, foi contaminado pelo vírus, *talvez por seu comportamento sempre excessivo: sexo e drogas sem limites*, nos informa a revista.

Sua bissexualidade nunca foi escondida do público, ao contrário, fazia parte do *marketing* da sua imagem de roqueiro irreverente. Todo o comportamento que antes *vendia* a imagem do artista passa, depois da constatação de que ele era portador do vírus, a ser usado para justificar o seu contágio: a sua sexualidade (promiscuidade), o uso (excessivo) de drogas.

Desviar-se do caminho natural. Viver em pecado. Até Deus perdoa, mas a natureza nunca! A doença é um castigo pelos pecados, excessos cometidos. Tudo isso faz sentido outra vez diante dos *fatos*.

Nas páginas dessa *Veja*, outras fotos do artista também são editadas: em uma delas Cazuzza aparece bebendo, essa fotografia traz a seguinte legenda: “Em 1987, quando fez o teste de AIDS: ‘Sempre fui muito destrutivo’. Também como forma de



justificar o seu contágio, ninguém senão ele é o responsável pelo seu contágio, durante toda a sua vida ele foi o artista dos excessos.

Em outra está com os pais (ele está aparentemente doente na companhia dos pais, a legenda dessa fotografia é a seguinte: “Com os pais, João e Lucinha Araújo: rebeldia desde os 15 anos”. Nessa fotografia ele está com um copo de bebida nas mãos); em uma terceira, com o grupo do qual fez parte antes de enveredar-se em uma carreira solo; aparece também em fotos ainda criança: é uma retrospectiva de quem vai morrer... de quem já morreu.

Em destaque no centro de uma das páginas tem o seguinte relato do cantor: “quando eu tinha 3 anos, meu pai me deu uma bola. Eu a peguei no colo e a ninei como uma boneca. Essa foi a primeira decepção que meu pai teve comigo.”

A brincadeira de criança como um índice de sua orientação sexual e de decepção por parte do pai: brincar de bonecas aos 3 anos significa aqui uma *prova* de que o menino era homossexual e isso, naturalmente, não foi motivo de orgulho do seu pai, mas a primeira das decepções ao longo de sua vida.

Em todas as legendas que acompanham as fotografias ou nos textos no centro da matéria, as características de um adolescente rebelde e excessivo estão presentes: fazendo sentido, dessa forma, que a contaminação se deu por conta do estilo de vida que ele levava.

Drogado, bissexual, promíscuo justificam e confirmam os sentidos que se construiu em torno da doença e da sua relação com a homossexualidade.

Todas as fotografias selecionadas para análise, assim como os textos que as acompanham, contribuem para a construção de sentidos que aproximam a AIDS da homossexualidade: são discursos utilitários que servem para reforçar os estereótipos socialmente aceitos (MARIANI: 2005) tanto da doença, praticamente desconhecida até então, quanto dos homossexuais retratados de forma caricata ou de maneira que se possa *marcar a única resposta correta* sobre grupo de risco.



6 CARTAS: A TEATRALIZAÇÃO DO EU

Essas seções ‘Com a Palavra’ (revista *Istoé*), ‘Cartas’ (revista *Veja*) e ‘Desabafa – solte o verbo’³² (revista *Superinteressante*) são os espaços nos quais se *permitem* a ‘fala’ de leitores nessas revistas. Do ponto de vista discursivo, a análise dessas cartas permite que eu possa fazer o circuito da formulação, circulação, recepção dos sentidos.

Faz parte também dessa proposta de construção de um espaço reservado à opinião do leitor desse produto, a ideia de que, dessa forma, a partir do envio de sua carta há uma maior integração entre o que se vende e o que se compra ‘porque esse produto é construído em parte pela colaboração desse leitor’.

Como já foi dito, a revista se reserva o direito da publicação ou não da carta que chega à redação e, além disso, nada garante que ela seja publicada na íntegra, tampouco há critérios claros sobre a seleção das cartas, além da questão do espaço (reduzido) ou da clareza do texto. Ao leitor cabe aguardar o próximo número da revista para saber se a sua carta foi ou não publicada.

Cartas para: Diretor de Redação, *VEJA*, Caixa Postal 2372, São Paulo, Capital. **Por motivos de espaço ou clareza, as cartas poderão ser publicadas resumidamente.** (texto da revista *Veja* em outubro de 1985, grifos nossos).

Nome, sobrenome e o local (estado) de quem escreveu cada carta (com endereço, número de RG e telefone), é condição *sine qua non* para sua publicação e os efeitos produzidos por essas exigências é o de que há, nessa(s) coluna(s), o *direito de se dizer tudo* e que *qualquer um pode dizer o que quiser*. Efeito que se quer distinto do efeito de sentido construído para o discurso jornalístico que se pretende, sobretudo, neutro e impessoal.

Sobre o discurso jornalístico, MARIANI (2005) faz as seguintes afirmações:

Trata-se, como já tive a ocasião de dizer em outros momentos, de uma prática discursiva que atua na construção e reprodução de sentidos,

³² Uma única carta foi publicada pela revista *Superinteressante* a respeito das matérias que nos interessariam (durante o período de setembro 1987 a janeiro de 1991): “A matéria ‘A outra síndrome’ (SI, nº7, ano 2) ficou excelente. Parabéns pelo sucesso”. Lair Guerra de Macedo Rodrigues. Ministério da Saúde, Brasília, DF.”



prática essa realizada a partir de um efeito ilusório da função do jornal como responsável apenas por uma transmissão objetiva de informações. O discurso jornalístico constrói-se, dessa forma, com base em um pretensão domínio de referencialidade, pois baseia-se em uma concepção de linguagem que considera a língua como instrumento de comunicação de informações. Decorrem daí vários efeitos de sentido constitutivos dos sentidos veiculados como informações jornalísticas: objetividade, neutralidade, imparcialidade e veracidade. (MARIANI: 2005, 8, grifos nossos).

A proposta de uma seção para a publicação das cartas dos leitores das revistas semanais não se esteia nos princípios dos efeitos de sentido constitutivos do discurso jornalístico (objetividade, neutralidade, imparcialidade e veracidade), em virtude de que essas cartas não se pretendem 'domínio da referencialidade' *já que, em tese, podem concordar ou não com o que tinha sido publicado* e não apenas *informar* (linguagem como meio de transmissão de informação) os fatos.

Essas seções são atividades controladas e editadas pelas revistas, embora o material que a constitua seja enviado por leitores a um tipo de editoria. Esse material, portanto, diante das notícias veiculadas (pelas revistas) tem como proposta *comentar* o que ali fora dito.

Sobre a noção de comentário, FOUCAULT (1996) nos diz:

Por ora, gostaria de me limitar a indicar que, no que se chama globalmente um comentário, o desnível entre o texto primeiro e o texto segundo desempenha dois papéis que são solidários. Por um lado permite construir (e indefinidamente) novos discursos: o fato de o texto primeiro pairar acima, sua permanência, seu estatuto de discurso sempre reatualizável, o sentido múltiplo ou oculto de que passa por ser detentor, a reticência e a riqueza essenciais que lhe atribuímos, tudo isso funda uma possibilidade aberta de falar. Mas, por outro lado, o comentário não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer *enfim* o que estava articulado silenciosamente no texto *primeiro*. Deve, conforme um paradoxo que ele desloca sempre, mas ao qual não escapa nunca, dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito. A repetição indefinida dos comentários é trabalhada do interior pelo sonho de uma repetição disfarçada: em seu horizonte não há talvez nada além daquilo que já havia em seu ponto de partida, a simples recitação. O comentário conjura o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte: permite-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado. A multiplicidade aberta, e o acaso são transferidos, pelo princípio do comentário, daquilo que arriscaria de ser dito, para o número, a forma, a



máscara, a circunstância da repetição. **O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta.** (FOUCAULT: 1996, 24-26, itálicos do autor, grifos nossos).

O efeito produzido pela palavra *comentário*, em se tratando de imaginário construído do discurso jornalístico, é o de que ali se pode e se deve (principalmente) posicionar-se (ocupando uma posição-sujeito) diante do que é lido, de forma que a matéria apenas sirva como um ponto de partida para o que será posto, a partir desse primeiro texto.

Segundo FOUCAULT (1996), *comentário* seria, principalmente, reafirmar o que ali já tinha sido dito, de forma não apenas a dizer outra vez o que se encontra na superfície do texto, mas “de dizer *enfim* o que estava articulado silenciosamente no texto *primeiro*”.

O segundo texto (o comentário) traz à tona os acontecimentos que gravitavam em torno do que ali (no primeiro texto) foi silenciado.

O discurso jornalístico, como já foi dito, se pretende neutro, imparcial, verdadeiro, objetivo, mas esses espaços, a seção ‘cartas do leitor’, são construídos (pelas revistas, jornais etc.) a partir de um outro lugar, ou pelo menos a partir de uma outra proposta diante da *informação*.

A fim de fazer um recorte sobre esse imaginário de neutralidade, imparcialidade, objetividade e veracidade jornalística, destaquei, das seguintes cartas³³, alguns trechos pertinentes sobre ele:

Carta.1

“Sei que existe homossexualismo em todas as partes do mundo, acho até muito natural em termos biológicos; contudo, **não sabia que no Brasil, além dos problemas econômicos, sociais e de saúde, na caso da AIDS, existia tanta falta de vergonha, tanta promiscuidade, demonstrada na reportagem *Garotos de Aluguel***”. (Mário A. Rego. São Luís – MA, da revista *Istoé* edição 533 de 11 de março de 1987, grifos nossos)

Carta.2

Sobre a reportagem “Ataque pelo ar”, de VEJA nº 984, **acho bastante importante o esclarecimento da população brasileira a respeito da AIDS.** Porém, não como vem sendo veiculada na TV. Deve-se deixar bem claro que não é o uso da “camisinha” nas relações sexuais que vai banir o mal do planeta.

³³ Outras cartas (não analisadas) funcionam como paráfrases das que eu apresento e analiso.



(Paulo Fernando Rodrigues da Cruz, Rio de Janeiro, RJ, revista *Veja*, ed. 990 de 26 de agosto de 1987, grifos nossos).

Carta.3

Depois de ler a reportagem “A cor do perigo”, **uma sensação de revolta tomou conta de mim. Como pode um governo, que tem a obrigação de cuidar da saúde pública, omitir-se sobre uma questão que envolve, simplesmente, a vida de um ser humano?** (Ângelo Pascoal Salzo, São Paulo, SP, revista *Veja*, ed. 998 de 21 de outubro de 1987, grifos nossos).

Carta.4

A respeito da reportagem sobre o cantor Cazuza, **quero dizer que VEJA tem tido um papel honrado e moralizador ao longo de sua existência, não podendo ser atingida, injustamente, por sentimentos temporários e emocionais.** (Paulo Roberto Magalhães de Jesus, Salvador, BA, revista *Veja*, ed. 1078 de 10 de maio de 1989, grifos nossos).

Carta.5

“Gostaria de parabenizá-los pela excelente reportagem sobre Cazuza. Não existe nada de sensacionalismo nisso, basta que se veja no Aurélio o significado da palavra “agonizando”. A reação da atriz global Marília Pêra demonstra, além de ignorância, o preconceito que a sociedade tem sobre a doença. **Cazuza não é simplesmente um cidadão brasileiro – ele é também uma figura pública que atingiu o auge de sua carreira. Daí o interesse pela sua doença. A AIDS não é problema apenas do aidético ou de sua família. É um problema social.”** (Dorly dos Santos Pinto, Brasília, DF, Revista *Veja*, ed. Nº 1.078 de 10 de maio de 1989, grifos nossos).

As cartas não só *comentam as informações* veiculadas pelas revistas, mas também fazem considerações a respeito do discurso, ou melhor, desse efeito do discurso jornalístico.

O efeito do discurso jornalístico que faz sentido para os leitores é o de que, nessas revistas, a linguagem é um meio de comunicação de informação. Os leitores agradecem ao editor ou à própria revista (como uma entidade que se auto-organiza) pelos serviços prestados, pelas informações recebidas e veiculadas através dela.

O discurso jornalístico é *percebido* (percepção construída historicamente na relação leitor e revista) como uma prática discursiva que atua como uma mera reprodução de fatos; como uma prática responsável apenas por uma transmissão objetiva de informações.

Decorrem daí, portanto, aqueles efeitos de sentido constitutivos dos sentidos veiculados às informações jornalísticas.



Sobre isso, (MARIANI: 2005) nos diz:

Além disso, essa pretensa informatividade jornalística se sustenta com base em uma ideologia utilitária, ou seja, **parte-se de um pressuposto** (construído historicamente na relação entre jornais e leitores) **de uma necessidade social de saber os fatos relatados. Estes, dessa forma, já figuram nas páginas impressas pré-significados por uma relevância constituída pelo imaginário: se o jornal publicou é porque é importante ou só é importante o que aparece no jornal.** Fica apagado para o leitor o fato de ter havido uma seleção das notícias (a pauta), ficando igualmente apagado que as manchetes também resultam de tomadas de decisão realizadas pelos editores e assim por diante. (MARIANI: 2005, 8, grifos nossos).

Para o leitor, no imaginário que circula sobre o discurso da imprensa, não poderia ser publicado nada além dos fatos que ocorreram ou, num *furo de reportagem*, estão para acontecer. E mais, como diz (MARIANI: 2005), se foram publicados são importantes, e ainda, só são importantes porque foram publicados.

Sobre o pré-significado impresso por uma relevância constituída pelo imaginário (neutralidade, veracidade etc.), destaco as seguintes passagens (selecionadas das cartas 1-5):

O leitor não *sabia*, mas *passou a saber*, depois de *informado* pela revista, que a *falta de vergonha e promiscuidade* tinham relações com a AIDS.

“não sabia que no Brasil, além dos problemas econômicos, sociais e de saúde, no caso da AIDS, existia tanta falta de vergonha, tanta promiscuidade, demonstrada na reportagem *Garotos de Aluguel*”. (carta 1).

O leitor seguinte *acha* importante que a população brasileira seja *esclarecida* a respeito da doença. A revista retira da ignorância, escuridão, os leitores com as suas *informações* sobre a epidemia.

“acho bastante importante o esclarecimento da população brasileira a respeito da AIDS”. (carta 2).

Um outro se sente *indignado* ao *tomar conhecimento*, pela reportagem, que o governo se omite das suas obrigações: cuidar da saúde pública.



“uma sensação de revolta tomou conta de mim. Como pode um governo, que tem a obrigação de cuidar da saúde pública, omitir-se sobre uma questão que envolve, simplesmente, a vida de um ser humano?” (carta 3).

Um outro leitor destaca, além da prestação de serviço digna de honra, que a revista também tem como atribuição moralizar e, por isso, não poderá ser atingida por *sentimentos temporários* e emocionais.

Por *sentimentos temporários*, acredito que o leitor (desrespeitando o critério para publicação: *clareza do texto*) esteja fazendo referência às manifestações de repúdio dos artistas pela reportagem sobre o estado de saúde do cantor e compositor Cazuza.

“quero dizer que VEJA tem tido um papel honrado e moralizador ao longo de sua existência, não podendo ser atingida, injustamente, por sentimentos temporários e emocionais”. (carta 4)

E, finalmente, a **carta nº5** parabeniza a revista pela reportagem e acrescenta que, ao contrário do que disseram os artistas sobre a matéria a respeito da saúde do cantor e compositor Cazuza, não houve qualquer *sensacionalismo* por parte da revista. “O que pode ser provado pela leitura do sentido da palavra ‘agonizando’ no dicionário Aurélio”. Ainda que não haja qualquer relação entre a leitura da definição da palavra no dicionário e o fato da revista ser ou não sensacionalista (desrespeitando os critérios para publicação: *clareza e espaço*).

“Gostaria de parabenizá-los pela excelente reportagem sobre Cazuza. Não existe nada de sensacionalismo nisso, basta que se veja no Aurélio o significado da palavra ‘agonizando’. (carta 5)

Um dado importante, na construção dessas colunas, é o que nos aponta SOUZA (1997) em relação à *moral cívica* que emerge dos discursos ao tornarem as questões ligadas à ordem do privado, públicas.

Segundo este autor, a questão da subjetividade, nas cartas, está ligada à *escolha* da forma sujeito que irá elidir nas instâncias públicas. Isso seria um novo dispositivo de subjetivação no espaço público. Já que nem tudo pode ser dito e nem qualquer um pode dizê-lo.



Por isso, a *moral cívica* toma um espaço bastante considerável nas cartas que compõem o *corpus* dessa pesquisa: *em nome da sociedade, em nome da família, em nome da moral e dos bons costumes, em nome de Deus* são muito recorrentes nesses textos.

Soma-se a isso o fato de que não é qualquer assunto que está sendo comentado, mas a sexualidade. Acrescenta-se ainda o fato de que não se trata de uma sexualidade qualquer, mas da homossexualidade.

Sobre a *moral cívica*, segundo SOUZA (1997), destaco as seguintes cartas (6-9 abaixo):

Carta.6

Com relação à matéria sobre a AIDS, cito a **Bíblia sagrada na epístola aos romanos, capítulo 6, versículo 23: “Porque o salário do pecado é a morte, mas o dom gratuito de Deus é a vida eterna”**. (Rosângela Zacarkim dos Santos, Cuiabá, MT, revista *Veja*, edição 890 de 25 de setembro de 1985, grifos nossos).

Carta.7

“Gostei muito da sugestiva reportagem sobre a AIDS (*ISTOÉ* nº 526). Achei interessante o trabalho corajoso das voluntárias, no que aproveitou a oportunidade para parabenizá-las. **Quanto à moléstia, acho ser a AIDS um mal necessário, um mal de reparação moral, um castigo da natureza pela sua violação pois só assim os homens conseguirão despertar a fim de buscar o seu verdadeiro ponto de moralidade.**” (Mário Alves Rego. São Luis, MA. Revista *Istoé*, edição 532 de 4 de março de 1987, grifos nossos).

Carta.8

“Sobre a entrevista *Sei que vou morrer*, do paciente de AIDS M.R. (*ISTOÉ* nº523): **a natureza é drástica em sua punição por ter sido violado tantas e tantas vezes, e que talvez seja a fórmula de chamar a atenção do homem para isso.** O homem deve encontrar seu ponto de equilíbrio”. (Maria de Lurdes Ananias, São Paulo – SP, revista *Istoé*, edição 527 de 28 de janeiro de 1987, grifos nossos).

Carta.9

“A verdade é imutável. Assim como no passado, agora no presente, e o será eternamente. **A Bíblia cita o caso de Sodoma e Gomorra, onde seus habitantes praticavam o homossexualismo e por isso Deus queimou-os com fogo e enxofre. Na minha opinião, a AIDS é também um castigo de Deus para os que andam na contramão da vida. Deus perdoa o homem, às vezes. A natureza nunca**”. (Adauto José da Silva, Sandovalina – SP, revista *Istoé*, edição nº 535 de 25 de março de 1987).



A AIDS coloca na ordem do público o que deveria ser da ordem do privado: a relação sexual de cada um, porque ela revela a história pregressa do portador do vírus. Essa história também não é qualquer uma: trata-se de tornar público questões que não eram (podiam ser) abordadas por diversos motivos (já discutidos e apresentados no decorrer deste trabalho).

Dessa forma, há um campo bastante fértil para que a *moral cívica* ocupe posição de destaque nos textos dessas cartas, já que a sexualidade é tratada pela sociedade como sendo assunto da ordem do privado.

Na **carta 6**, a leitora fala em nome de Deus: **“Porque o salário do pecado é a morte, mas o dom gratuito de Deus é a vida eterna”**.

Na **carta 7**, o leitor clama à moralização e considera, portanto, a síndrome como um mal necessário que veio para acabar com os pecados do mundo. A natureza castiga quando é violada: **“Quanto à moléstia, acho ser a AIDS um mal necessário, um mal de reparação moral, um castigo da natureza pela sua violação pois só assim os homens conseguirão despertar a fim de buscar o seu verdadeiro ponto de moralidade”**.

Na **carta 8**, a leitora também evoca a natureza que, ao ser violada pelos homens, não permite a impunidade: **“a natureza é drástica em sua punição por ter sido violada tantas e tantas vezes, e que talvez seja a fórmula de chamar a atenção do homem para isso”**.

Na **carta 9**, o leitor destaca a bondade de Deus, mas não da natureza quando violada: **“Deus perdoa o homem, às vezes. A natureza nunca”**.

A violação da natureza, a que se referem os leitores das cartas 8 e 9, é o fato do homem se deitar com outro homem.

Uma outra questão que coloco, a partir da leitura das cartas selecionadas e editadas pelas revistas: 1. É possível então deslocar o que se convencionalizou chamar *impessoalidade* do discurso jornalístico, *objetividade*, a ordem desse discurso, passando então à subjetividade, a uma tomada pessoal de posição diante da notícia tratada? 2. Essas cartas tornam público algo de natureza particular?

Segundo lógica de suas políticas editoriais, os jornais, ao abrirem seus espaços para a sociedade, desejam se instituir como mediadores em processos de interação quer permitam vínculos entre o público e as instituições que prestam serviços por meio de suas



políticas as mais distintas. Nesses termos, **as mídias cumprem seu papel de se verem convertidas em dispositivos que intervêm na própria estruturação e no funcionamento do espaço público.** (NETO: 1999, 85, grifos nossos).

No entanto, esses espaços, que se pretendem mediadores entre o público e a mídia, não passam de uma espécie de ilusão de uma possível subjetividade. Primeiro porque o espaço é construído pela própria revista, depois porque é a revista que determina o espaço que pode ser ocupado por ele (o leitor), em termos discursivos e, finalmente, essa ocupação é regulada (não são publicadas todas as cartas que chegam à redação e nem todo o texto é aproveitado):

Cartas para: Redação de ISTOÉ, Caixa Postal 22.185, CEP: 01499, São Paulo, Capital. **A redação se reserva o direito de resumir as cartas recebidas, bem como se compromete a responder diretamente às que não forem publicadas**³⁴. (Texto usado pela revista *Istoé*, março de 1985, grifos nossos).

MARIANI (2005) nos coloca a seguinte questão em relação ao ritual autorizado (no nosso caso as revistas, no caso de MARIANI, no artigo citado, as colunas psicanalíticas publicadas em jornais) quando da inserção no discurso jornalístico de um espaço reservado ao discurso com as marcas de não-neutralidade, de forma que a *promessa* de neutralidade do discurso jornalístico possa ser quebrada:

O que provoca a falha é a irrupção de uma subjetividade, de uma personalidade: a carta apresenta um problema pessoal, um sofrimento particular e singularizado. Assim, as colunas estariam fomentando duas fraturas nesse ritual: a irrupção de uma subjetividade, de uma personalidade, como já foi dito, e, também, o acolhimento do discurso psicanalítico como lugar de respostas para os problemas apresentados. (MARIANI: 2005, 9, grifos nossos).

Interessa-nos a primeira questão: se as cartas seriam a irrupção de uma subjetividade e estariam, a partir disso, quebrando o ritual proposto pelo discurso jornalístico.

³⁴ Cartas para esta seção, com endereço, número de RG e telefone, devem ser remetidas para: Diretor de redação, ISTOÉ, Rua William Speers, 1.088, Lapa, São Paulo, CEP 05067-900. FAX: (11) 3618-4324. **As cartas poderão ser editadas em razão do seu tamanho ou para facilitar a compreensão.** Correio eletrônico: cartas@istoe.com.br. (Texto da revista *Istoé*, dezembro de 2005, grifos nossos)



MARIANI (2005: 9) ainda nos diz:

Ora, se assim o for, essa resposta inicial, que supõe as colunas como lugares de falha no ritual jornalístico, precisa ser mais trabalhada. **Afinal, quando se tematiza a questão da falha em termos discursivos, está-se falando de uma fratura no ritual ideológico que resulta na produção de um acontecimento: na relação sujeito-língua-história, é a instauração de um lapso linguístico, de um equívoco histórico, é a presentificação, enfim, de um sentido não previsto que pode vir a produzir um deslocamento, uma reviravolta para o sujeito, para a história.** Dessa forma, **uma vez instalada uma fratura em rituais ideológicos, dois são os desdobramentos socialmente possíveis**, dois são os destinos para o sentido inesperado: **a falha**, enquanto lugar de resistência, pode engendrar rupturas e consequentes transformações do ritual, **ou**, por outro lado, **pode vir a ser absorvida pelo discurso hegemônico, contribuindo para a permanência dos sentidos legitimados historicamente.** (MARIANI: 2005, 9, grifos nossos).

As falhas, em termos discursivos, seriam, por um lado, uma “fratura no ritual ideológico que resulta na produção de um acontecimento: na relação sujeito-língua-história”, significando, dessa forma, a instauração de um lapso linguístico que provocaria um deslocamento do sujeito e da história.

Por outro lado, contribuiriam para a permanência dos sentidos legitimados historicamente.

Ainda segundo MARIANI (2005, 9), as colunas sofrem os efeitos do imaginário jornalístico da imparcialidade, veracidade *etc.* e, ao contrário de uma possível fratura do ritual, reforçam os domínios de pensamento de nossa época em um aspecto específico:

Promovem a idealização do sujeito centrado e autônomo, capaz de decidir sobre o seu destino, ou melhor, responsável pela felicidade ou infelicidade de seu futuro. **As cartas e as respostas teatralizam a consciência do “eu”** (*ego, moi*), idealizando, em nome da psicanálise, comportamentos sócio-culturalmente admissíveis. (MARIANI: 2005, 9, *itálicos da autora e grifos nossos*).

Nas cartas selecionadas, assim como nas colunas psicanalíticas (estudadas por MARIANI: 2005), os comportamentos sócio-culturalmente admissíveis emergem desses textos.

No nosso caso, nas cartas que *comentam* as matérias sobre a AIDS e a homossexualidade, o modelo conjugal heterossexual é o único referencial da normalidade



e revelar uma outra forma de relação: múltipla, com possibilidade de encontros e trocas de prazeres (SOUZA: 1997, 23), seria afrontar a ordem estabelecida.

O dilema do discurso gay é que, ao dar visibilidade a uma certa forma de vivência homossexual, pode produzir a marginalidade de outros modos de viver a homossexualidade.

Por outro lado, há a relação entre esse grupo minoritário e a sociedade mais ampla, em um âmbito em que a heterossexualidade é o referencial único da normalidade. Condenado a uma posição de diferença, no mínimo exótica, o discurso da afirmação homossexual é parte fundamental de um movimento, no qual, para aquele que “se assume” publicamente, ser enunciador é um dos desejos do próprio enunciador de sua sexualidade. (SOUZA: 1997, 23, grifos nossos).

Dizer-se homossexual é trazer à tona uma infinidade de conceitos (principalmente médicos e religiosos) que mostram à sociedade um lado que historicamente não se pode mostrar (por conta, é claro, desses já-ditos, isto é, dos pré-construídos associados a essa forma de manifestação sexual).

Diferentemente de, ao menos, precisar se dizer heterossexual, porque o pressuposto, o normal, o que faz sentido é essa orientação.

As relações semânticas de oposição que se estabelecem entre as afirmações “eu sou homossexual”/ “eu sou heterossexual” não são da mesma ordem de oposição como a que se verifica entre os dizeres “eu sou homem”/ “eu sou mulher”. O que quero enfatizar é o caráter fundador de uma discursividade apresentado pelo primeiro par de enunciados relativamente ao segundo. No plano discursivo do pré-construído, isto é, no campo das coisas já ditas e associáveis a essa questão, as condições de produção dessa fundação não é senão expor-se ao risco de perder a identidade. (SOUZA: 1997, 24, grifos nossos).

A questão que trago para análise das cartas editadas e publicadas pela editoria das revistas é, portanto:

1. Há uma quebra do sentido que se cola ao discurso jornalístico (neutralidade, objetividade etc.)?

Destaquei as seguintes cartas para análise:

Carta.10

É lastimável que no Brasil ainda exista tanto preconceito contra os homossexuais. Agora, é pior com a AIDS, cujo lado mais fatal é o



estigma que destrói o indivíduo antes mesmo das infecções a que ele está sujeito. Fiquei chocado com a desumanidade e a violência com que foi tratado aquele senhor de Araguari, em Minas Gerais³⁵. (Marcos Antonio de Moraes. Natal, RN, Revista *Veja*, edição 892 de 9 de outubro de 1985, grifos nossos).

É interessante perceber que o preconceito a que se refere o leitor é direcionado ao Brasil. Não à linha editorial da revista, não ao jornalista responsável pela matéria, mas ao Brasil de uma forma generalizada.

Essa leitura que se faz do texto jornalístico é um índice do efeito produzido pelo discurso jornalístico de que este é neutro, imparcial, objetivo donde se atribui, o tal preconceito, por exemplo, não à revista, mas ao país, ainda que o leitor se sinta em um outro lugar, já que percebe o preconceito e não compartilha dele.

As informações sobre a AIDS são as veiculadas pela imprensa: sabe-se que é fatal, que destrói o seu portador, que não há qualquer chance diante dela. Sabe-se também que é própria dos homossexuais. Não há qualquer referência que questione essa relação entre a doença e a homossexualidade, apenas o fato de o leitor ter se sentido chocado com o tratamento dado a uma vítima, em uma cidade de Minas Gerais, por ter sido diagnosticada portadora do vírus.

Todas as outras informações são absorvidas como verdade, como retrato da realidade: efeito produzido pelo discurso jornalístico.

O leitor toma as *informações* como verdade e não consegue, por conta do efeito de sentido que é construído a partir do discurso da imprensa, perceber que é possível que haja outras relações entre a AIDS e os contaminados, por exemplo.

Quando ele diz: **“o estigma que destrói o indivíduo antes mesmo das infecções a que ele está sujeito”**, ele está reproduzindo o discurso da imprensa, como se este discurso partisse dele e como se só fosse possível dizer o que ele diz. Os esquecimentos 1 e 2, aos quais PÊCHEUX se refere.

Numa outra carta:

Carta.11

A partir de uma “impressão” do repórter (que apenas conversou comigo pelo telefone), **VEJA nº 889 afirmou numa reportagem sobre AIDS (Uf!Basta!) que estou doente.** Não é especificado de que, **mas o**

³⁵ Essa carta refere-se à matéria que acompanha a **fotografia nº 5**, apresentada e analisada na página 138.



óbvio ululante da reportagem não deixa dúvidas. Agradeço a atenção, porém estou bem de saúde e, se citei ao repórter o fato de me encontrar abatido psicologicamente, devo-o à perigosa paranóia coletiva que alguns veículos de comunicação e alguns clínicos desonestos estão alimentando e distribuindo a granel. (Darcy Penteado, São Paulo, SP, revista *Veja*, edição 891 de 2 de outubro de 1985, grifos nossos).

Na **carta 11**, acima, publicada em 1985 na revista *Veja*, enviada pelo artista plástico Darcy Penteado (ativista *gay*, colaborador do jornal *Lampião*), questiona-se a veracidade da informação veiculada por essa revista. A informação, segundo o leitor, parte apenas da impressão do jornalista responsável pelo artigo, não da *verdade* dos fatos.

O leitor coloca em xeque as informações veiculadas por alguns meios de comunicação e clínicos desonestos (o que chama de “paranóia coletiva”). No entanto, essa que poderia ser uma fratura na formação discursiva hegemônica a respeito da AIDS e de sua relação causal com a homossexualidade, provocando, assim, um deslocamento do sujeito e da história, não faz sentido.

Os sentidos oficiais (que partem principalmente do discurso médico) continuam reverberando e produzindo os efeitos de silenciamento, censura, da impossibilidade de se materializar de uma outra formação discursiva sobre a homossexualidade *etc.*, porque não criam outros sentidos nem para a AIDS, nem para a homossexualidade e muito menos para a relação entre elas.

Confirmando a declaração de MARIANI (2005), o efeito de sentido dessas cartas é o delas virem ser absorvidas pelo discurso hegemônico contribuindo para a permanência dos sentidos legitimados historicamente: nessas seções *qualquer um pode falar e tudo pode ser dito*. Promovendo assim “a idealização do sujeito centrado e autônomo, capaz de decidir sobre o seu destino” (MARIANI: 2005).

Na **carta 12** (abaixo), o presidente do Grupo de Liberação Homossexual de São Paulo envia o seguinte texto à revista *Istoé*:

Carta.12

“Lemos com atenção a matéria *Um clássico de sucesso (ISTOÉ nº 554)*. No entanto, **chamou-nos a seguinte atenção o qualificativo de homossexual dado ao cineasta Fassbinder.** Talvez tenha havido a intenção de expressar que ele, apesar de ter sido homossexual, foi tão brilhante, ou então tenha a redatora querido dizer que ele foi



brilhante porque era homossexual?” (Ubiratan da Costa e Silva, Presidente do Grupo de Liberação Homossexual, São Paulo – SP, revista *Istoé*, edição 557 de 26 de agosto de 1987, grifos nossos).

O leitor questiona a *intenção* da jornalista quando ela qualifica o cineasta Fassbinder de *homossexual*. A carta pareceu-me irônica ao afirmar que não fica muito claro, no artigo publicado, se o adjetivo foi usado como um desqualificador para o cineasta.

SOUZA (1997) faz a seguinte afirmação:

O desafio é, no plano da esfera pública, como tornar enunciável uma prática sexual diferente e dizer-se sujeito dela. Talvez por isso o exercício da enunciação da diferença só possa acontecer entre iguais. (SOUZA: 1997, 23, grifos nossos).

É interessante perceber, no entanto, que mais ou menos a partir do início da década de 1990, outros sentidos começam a se efetivar sobre a AIDS, a homossexualidade e a relação entre elas.

A **carta 13** (abaixo) - e algumas outras também de 1989/1990 que funcionam como paráfrases da que escolhi para apresentação:

Carta.13

“Sr. Diretor:

No artigo sobre a SIDA, ou AIDS, “De homem para homem”, escrito por Beatriz Fragelli, na publicação 1077, **causa-me estranheza a postura discriminatória e preconceituosa de várias pessoas, inclusive pacientes com Sida e até senhores da ciência ou da ignorância...Devo concordar que em uma década de Sida muitas crenças caíram, mas, sem dúvida, o moralismo continua arraigado nas mentes de muitos.** Por exemplo, **o termo comportamento de risco mostra mais a realidade, principalmente sob o aspecto da sexualidade, do que “grupos de risco”, como insistentemente os meios de comunicação veiculam em assuntos como a Sida.** Acredito que, parafraseando um artigo lido em jornal gaúcho, **“entre o vírus da Sida e o moralismo, mata mais o segundo”.** (Glademir Lorensi, Porto Alegre, RS, revista *Istoé Senhor*, ed. Nº 1.080 de 30 de maio de 1990).

Na carta, o leitor questiona a expressão “grupo de risco” e afirma ser mais prudente usar “comportamento de risco” para se falar dos riscos de ser contaminado pelo vírus da AIDS.



Depois, mostra-se indignado com a ignorância de quem se diz cientista e também com o que os próprios pacientes dizem a respeito da doença. Comprovando, segundo o leitor, mais falta de conhecimento do que qualquer outra coisa.

As cartas não representam para a Formação Discursiva hegemônica uma brecha nos sentidos sobre a AIDS e a homossexualidade.

Há alguns sinais isolados (que questionam a legitimidade das matérias publicadas) durante o período estudado -entre os anos de 1985 e 1990-, mas não se estabelecem como um outro sentido em relação à FD institucionalizada, oficial ou hegemônica sobre o objeto de análise, apenas sustentam a idealização do sujeito centrado e autônomo (MARIANI: 2005).

As cartas contribuem para a permanência dos sentidos legitimados historicamente sobre os homossexuais. Elas não produzem um deslocamento na posição sujeito homossexual, não favorecem, portanto, uma ruptura com os sentidos estabelecidos.

O imaginário em torno do discurso jornalístico de que este se trata de um discurso neutro, objetivo e imparcial se confirma numa grande maioria de cartas publicadas por essas revistas.

Não há, durante o período estudado, uma brecha na FD hegemônica a respeito da forma de contaminação da AIDS, ainda que se questionem timidamente algumas informações veiculadas pelas revistas.

O efeito de sentido do discurso médico tem por característica ser fechado; o lugar do homossexual está marcado pelo silêncio; as interpretações, portanto, são já-definidas *a priori* em virtude das condições de produção desses discursos.



CONCLUSÃO

De uma forma geral, não há resistência à formação ideológica (interligada por formações discursivas médico-religiosa-legais) que afirma haver uma relação direta entre a homossexualidade e a AIDS durante a década de 1980 no *corpus* dessa pesquisa:

Nenhuma formação social é homogênea, dadas as relações de força existentes. **Assim, dos sentidos colocados em circulação, aquele que é produzido pelas/nas instâncias de poder, pode ser considerado hegemônico e produzir efeitos ideológicos de unicidade.** (MARIANI: 2001, 108, grifos nossos).

É possível, então, que a resistência ao discurso que afirma uma relação causal entre a homossexualidade e a AIDS se faça presente em outras instâncias: nas revistas destinadas ao público *gay*, na literatura³⁶, ou nas relações como exercício da enunciação da diferença que só podia acontecer entre iguais (SOUZA: 1997).

O sujeito homossexual não ocupa uma posição-discursiva que possa se dizer de outra maneira. Ele só significa a partir dos já-ditos em relação à sua sexualidade e em relação à AIDS. Não há brechas ainda que tímidas para uma outra formação discursiva durante esse período no *corpus* principal dessa pesquisa.

Como é possível enunciar uma subjetividade substituindo-se a palavra do outro, já que discursivamente **a construção de uma identidade homossexual está previamente definida pela medicina e pela psiquiatria, pelo direito penal e por domínios correlatos de saber?** Conforme cada um desses domínios discursivos, **o homossexual é percebido e objetivado como doente, imoral ou infrator. Ironicamente, parece que, ao falar de si, os homossexuais não têm outra saída senão assujeitar-se ao discurso desse outro.**

³⁶ A prosa de ficção merece ser analisada pelo menos através de duas vias. Na primeira, desde o século XIX e atravessando a literatura moderna, a homossexualidade é constituída dentro de um contexto moral e/ou religioso e se apresenta como transgressão à ordem vigente, ou pecado. Se *Bom-Criolo*, de Adolfo Caminha, pode ser considerada obra pioneira, essa via, que passa pelo *O Ateneu*, de Raul Pompéia, repercute nos romances de Otávio de Faria e Lúcio Cardoso. Na segunda, ao contrário, já no contexto de uma literatura contemporânea, há uma busca, senão de uma identidade homossexual positiva, certamente de uma elaboração de sensibilidades homoeróticas mais complexas, que ultrapassam a dimensão do gueto. Essa via pode ser principalmente representada pelas obras de Caio Fernando Abreu, Silviano Santiago, João Silvério Trevisan, João Carlos Honório, Jean-Claude Bernadet. (LOPES, Denílson & CARVALHO, Ana Maria de Bulhões: endereço eletrônico: <http://www.pacc.ufrj.br/exclusoes/brasil12.html>)



Dir-se-ia que o homossexual nesse momento não tem discurso, por isso tem de usar o discurso do médico, do jurista, do psiquiatra para referir-se a si. (SOUZA: 1997, 24, grifos nossos).

Ainda que o discurso da medicina fosse outro no final dessa década (não se falava mais em *grupo de risco*, mas em *comportamento de risco*, o que poderia colocar o homossexual em um outro lugar diante da AIDS), além é claro dos grupos que começavam a se organizar em defesa dos direitos dos homossexuais (e no combate a AIDS) a imprensa continua reafirmando a relação entre estar contaminado e ser homossexual.

A época tomada por referência (o autor se refere ao recorte temporal dessa pesquisa) **é quando a medicina ganha outra vez espaço para categorizar a homossexualidade como doença.** Como não se sabia lidar com a AIDS, **o caminho era intervir nas práticas sexuais localizando nelas o foco de uma doença incurável.**

Felizmente na virada para os anos noventa, **as pesquisas foram desbancando essas investidas e a medicina precisou dos homossexuais como aliados no combate à epidemia,** por isso **não podia mais continuar tratando sua orientação sexual como doença.** (PEDRO DE SOUZA, em conversa por e-mail, grifos nossos).

O que o autor afirma fica bastante evidente na análise de algumas sequências discursivas: o médico não sabe muito bem do que está tratando, não conhece as características da doença, não sabe ao menos como se dá a transmissão da doença, mas atribui ao comportamento do paciente (e esse paciente não é qualquer um) a responsabilidade pela incapacidade do controle da epidemia.

O discurso médico equivale ao discurso da ciência, mas ele é da ordem jurídica:

A prescrição médica se mostra, no campo da medicina, como o equivalente à sanção legal no campo jurídico – no próprio seio do discurso médico fala-se de *sanção terapêutica*. Ou seja, **aquele cujo organismo se afastar da norma instituída pela ordem médica receberá a sanção que se destina a fazer com que ele retorne para o interior da norma.** Assim como o criminoso que sofre uma sanção penal ao cometer um delito...

É através de uma receita que o médico prescreve ao doente, ou seja, através de uma ordem. **A prescrição médica é um enunciado dogmático: *coma isso, não beba aquilo, não fume, repouse, faça exercícios...*até a sexualidade sofre este efeito de ordenação que está implícito na prescrição: manter relações sexuais periodicamente ajuda a manter a boa forma!...**o que tem por efeito transformar a vida



amorosa do sujeito num *dever* conjugal, o que é exatamente o modo pelo qual a ideologia dominante encara a sexualidade. Por onde se depreender o conchavo do discurso médico com o discurso dominante, um utilizando o outro para impor seus ditames, suas leis e seus ideais. (CLAVREUL: 1983, 13-14, *itálicos do autor, grifos nossos*).

O homossexual, no discurso médico, só faz sentido quando é tratado como estatística. Não há, portanto, individualização desse sujeito. Ele não tem voz. Ele, quando fala da sua relação com a AIDS, só significa a partir da ordem médica instituída.

Segundo PÊCHEUX (1995, 179) a “ciência” é a *ideologia* mais *cômoda*, em um momento dado e em circunstâncias dadas – o “sistema de representações” mais “prático”.

Os textos psiquiátricos não se transformaram em objetos históricos da medicina, com a retirada dos desvios sexuais da CID (Classificação Internacional das Doenças). Colocando-se muito mais como depositário daquelas figuras – as perversões sexuais – que sofreram muito pouco investimento de pesquisa e produção de conhecimento psiquiátrico estritamente dito, a psiquiatria já cumpria esse papel de arquivo morto, no que diz respeito à problematização da sexualidade.

Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu objeto, ritual da circunstância, **direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala:** temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar. **Notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: como se o discurso,** longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, **fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes.** (FOUCAULT: 1996, 9-10, *grifos nossos*).

Se, ao serem classificadas doenças, certas práticas sexuais responderam a uma demanda da moralidade social mais ampla, seu desaparecimento enquanto tal, mesmo tendo se dado em condição homóloga – de pressão por parte de movimentos sociais – não parece corresponder a uma modificação profunda daquelas condições de produção de sentido moralizante, caracterizada, agora, supostamente, por um estado de tolerância sexual generalizada.



Não é de se estranhar, portanto, que esses novos sentidos (sobre o homossexual, sobre o seu estilo de vida, sobre o seu modo de pertencimento, sobre a sua normalidade etc.) vão se estabelecendo de forma muito lenta. Vão fazendo sentido em algumas instâncias, vão ocupando alguns espaços.

As vozes vão saindo do silêncio e sopram um vento brando de qualquer mudança. Não se pode, contudo, dizer que direção esses ventos vão tomar.

As vozes surgem de vários cantos, às vezes tomam a forma de um suposto envolvimento afetivo (entre homens e homens ou entre mulheres e mulheres) em novelas exibidas pela Rede Globo³⁷, outras a de uma pequena manifestação de universitários *contra o abuso de poder policial* que prende duas estudantes por trocarem carinhos publicamente³⁸.

Sopram também da formação de comunidades homossexuais; da organização de movimentos sociais lutando pelo reconhecimento de direitos de homossexuais; do impacto do movimento feminista na estrutura social urbana (principalmente pelo desafio à divisão de papéis entre os gêneros na sociedade ocidental); da crise do modelo familiar até então determinante de moralidade; das diversas manifestações de protesto reivindicatório de liberdade na década de 1960 (especialmente o movimento estudantil) e da revisão de conceitos médicos e psicológicos, que até então rotulavam a homossexualidade como doença. (RIOS: 2001, 40-50).

³⁷ Personagens homossexuais: Inácio e Cláudio, em “**Brilhante**”, de 1981; Laís e Cecília, em “**Vale tudo**”, de 1988; Jefferson e Sandrinho, em “**A próxima vítima**”, de 1995; Rafael Fontes, em “**Por amor**”, de 1997; Rafaela e Leila, em “**Torre de babel**”, de 1998; Clara e Rafaela em “**Mulheres apaixonadas**”, de 2003; Jenifer e Eleonora, em “**Senhora do destino**”, de 2004; Samovar e Valdo, Dona Roma, em “**A lua me disse**”, de 2005; Júnior e Zeca, em “**América**”, de 2005. (pesquisa na internet a partir de informações da Revista *Megazine*, de 7 de fevereiro de 2006)

³⁸ Duas estudantes estavam com suas amigas e amigos na cantina da EACH na USP Leste (Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo) quando uma oficial da polícia Militar que estava na unidade as abordou e perguntou: “Desde quando o homossexualismo é permitido?”, isto porque as meninas que namoram há quatro meses estavam uma no colo da outra. A policial disse que a USP era um lugar de mães de família e gente séria, que teria vergonha que o filho dela visse uma coisa dessas. Foi dito que não havia nenhuma lei que proibisse, e ela insistiu dizendo que não eram permitidas coisas obscenas como aquela, e continuou com seu discurso. Na metade da aula as meninas foram chamadas, pois a policial havia feito um boletim de ocorrência (BO) sobre o caso com acusação de ato obsceno (qualificado como crimes de pequeno porte pelo código penal) e no seu relato disse que elas se beijavam ardentemente e que passavam a mão nas “nádegas” uma da outra. As meninas se recusaram a assinar o BO, e foram encaminhadas ao 62º distrito policial. O caso será resolvido na justiça. Este caso não é o primeiro na USP e nem se trata do único. No último ano, alguns funcionários da FFLCH discriminaram um casal de estudantes por serem gays. Além disso, houve um jornal de um grupo de estudantes da Faculdade de Direito, chamado “Escória” que em uma de suas publicações colocou: “Homossexualismo é doença, AIDS é a cura”. Disponível:

www.grupomaseoutras.com.br/arquivos/asp/murais/noticias_mensagem.asp?bd_idmsg=70



Surgem sempre do confronto com os dizeres oficiais institucionalizados e vão ocupando, aos poucos, um determinado lugar.

Sobre isso BAKHTIN (1995) nos diz:

Os sistemas ideológicos constituídos da moral social, da ciência, da arte e da religião cristalizam-se a partir da ideologia do cotidiano, exercem por sua vez sobre esta, em retorno, uma forte influência e dão assim normalmente o tom a essa ideologia. Mas, ao mesmo tempo, esses produtos ideológicos constituídos conservam constantemente um elo orgânico vivo com a ideologia do cotidiano; alimentam-se de sua seiva, pois fora dela, morrem, assim como morrem, por exemplo, a obra literária acabada ou a ideia cognitiva se não são submetidas a uma avaliação crítica viva. (BAKHTIN: 1995, 119, grifos nossos).

No início da década de 1990 (apesar de não ser o objeto dessa pesquisa), grupos de defesa dos direitos dos homossexuais vão se organizando de forma a estabelecer outras relações de sentido para os homossexuais: fala-se então sobre relações estáveis, parceria civil, casamento gay, adoção de

É no campo militante da afirmação que se constrói o lugar pré-construído do sujeito, que aí é produzido e sustentado. A esse lugar chamo de posição de enunciação, ou seja, as condições de fala fazem com que o falante torne-se afirmado e identificado como sujeito homossexual. (SOUZA: 1997, 28, grifos nossos).

Na década seguinte, através da militância centrada no sujeito, o lugar de enunciação do sujeito homossexual passa a ser outro: ele não precisa mais (ou exclusivamente) do pré-construído, do discurso médico, religioso ou jurídico, por exemplo, para se falar.

Não estou afirmando, contudo, que atualmente haja nessa disputa de forças, uma outra formação discursiva instalada que fale de um outro lugar sobre, especificamente, a homossexualidade: o lugar ocupado pelo sujeito-homossexual, nas mídias, não é, entretanto, aquele que relaciona a homossexualidade (apenas) à AIDS, por exemplo.

Por outro lado, parece-me que o que se diz sobre a homossexualidade (pelo menos no discurso que se oficializa nos meios de comunicação) não é muito diferente do que se dizia na década de 1980. Surgem outras vozes de outros lugares num confronto aberto de sentidos.



O homossexual tem um (pequeno) espaço para se dizer, ainda que se diga também daquela maneira (anormal), mas já se ouvem lugares distintos de significações.

Aquele sentido que afirma ser a homossexualidade *anormal* continua ressoando também no “discurso do *gay*”.

O caderno *Mais da Folha de São Paulo*, em 19 de junho de 2005, faz uma matéria sobre religião, estilo de vida, preconceito, discriminação, direitos civis *etc.* E em uma entrevista com quatro homossexuais, alguns novos sentidos se fazem ouvir da mesma forma que os velhos sentidos também se fazem presentes:

Folha: Mas no caso dos gays, valoriza-se justamente aquele que não parece pertencer ao grupo, o mais masculino ou mais identificado com a “normalidade”.

Klecius³⁹ – Se o gay sofre desde muito cedo porque apresenta um comportamento de gênero fora da norma, uma das tendências é se tornar mais masculino para se defender. Ele pensa: “Quanto mais masculino eu for, menos diferente eu serei e, portanto, mais protegido estarei”. A homofobia internalizada vale tanto para gays quanto para lésbicas. A gente cresce com uma imagem muito negativa do homossexualismo. Eu costumo dizer que o maior elogio que se pode fazer a um gay é: “Nossa, você nem parece gay”. (grifos nossos).

Por que não se pode também ser *masculino* e *gay* ao mesmo tempo? Por que é que ser *masculino* exclui ser *homossexual*? Não poderia ser apenas mais um estilo de vida, comportamento? Da mesma maneira que existem os *metrossexuais*: héteros que assumem um lado mais feminino? As questões que se colocam já são outras, distintas das que permeavam as discussões a respeito da homossexualidade.

Discutem-se, entretanto, assuntos de interesse restritos aos homossexuais: a questão da visibilidade de *gays* e *lésbicas*; as segmentações nesses grupos. O que de fato eles pensam sobre a sua sexualidade. Como analisam os discursos homofóbicos e a quem esses discursos interessam ou de onde eles partem, por exemplo.

Folha: Na parada⁴⁰, havia um trio elétrico de um grupo de lésbicas onde homens não podiam subir.

³⁹ Klecius Borges é, segundo matéria publicada, psicólogo que atua em terapia afirmativa com *gays*, *lésbicas* e *bissexuais* e assina coluna na G-On-Line.

⁴⁰ O jornalista se refere à Parada do orgulho *gay* ocorrida em São Paulo um pouco antes da publicação dessa matéria.



Vange⁴¹: **Isso é necessário, porque a gente sofre de uma certa invisibilidade.** Você vê que **na última meia hora aqui só se falou de gay. Se a gente não delimita, desaparece.** Por exemplo, ninguém fala que, entre as lésbicas, existe o equivalente das *drag queens*, que são as “*dragkings*”... (grifos nossos).

Aquela posição-sujeito porta-voz de um discurso que não era *propriamente o seu* vai sendo ocupado por um discurso mais *autônomo*: não apenas o da resistência (que disputa forças com os discursos religiosos, médicos e jurídicos através de comícios pelos direitos civis, das paradas do orgulho *gay* em todo o país, das publicações especializadas, dos programas de televisão sobre e para o público GLBT *etc.*), mas o de se fazer ouvir através de uma cobrança civil de seus direitos como cidadão, como parte da sociedade, ou como, principalmente, sujeitos que analisam a sua própria sexualidade.

E esses direitos são de alguma forma, através do reconhecimento legal do estado, um ponto de partida para que ele (o homossexual) ocupe um lugar que o signifique de outras maneiras distintas das *queixas* ou da *vergonha* das décadas anteriores.

O empresário francês Gilles Lascar, de 50 anos, radicado no Brasil há mais de 20 anos, alcançou duas façanhas – **uma nos negócios e outra para a sociedade.** A primeira são os 13 anos que sua boate, a Le Boy, completará em agosto, sobrevivendo à inconstância da vida noturna. **A segunda é que seu estabelecimento, voltado para o público gay, abriu as portas muito antes de se discutirem os direitos homossexuais. E que ninguém imagine que se trata de um inferninho, mas sim de uma das casas mais fervidas do circuito carioca** (Revista *Época*, 25 de julho de 2005, nº 375, grifos nossos).

O homossexual deseja ser sujeito-de-direito: a luta política ampliou-lhe o leque dos direitos civis: a Bélgica desde 2003 permite o casamento⁴²; o Reino Unido permite a parceria registrada, coabitação⁴³ sem registro e Lei de Parceria Civil⁴⁴ (dezembro de 2004); na Irlanda foi encaminhado ao Parlamento um projeto de lei para a parceria civil

⁴¹ Vange Leonel, cantora, escritora e colunista da revista da *Folha*.

⁴² Casamento: quando os direitos, a responsabilidade e o reconhecimento legal são os mesmos dados aos casais heterossexuais.

⁴³ Coabitação: equivalente no Brasil à união estável: quando os direitos e a responsabilidade são automaticamente adquiridos após um período específico.

⁴⁴ Contrato de parceria e de coabitação: onde direitos específicos e enumerados, responsabilidades e reconhecimento legal, que podem ser idênticos, muito próximos ou inferiores àqueles dos casais heterossexuais, são dados a casais que assinem um contrato de parceria.



este ano (2005); a França permite coabitação com direitos limitados para propriedade, imigração e seguro saúde; Portugal, coabitação sem registro, Lei de Uniões de Fato e de Economia Comum; na Espanha o casamento, adoção de crianças, coabitação registrada e sem registro; Suécia, contrato de parceria (desde 1994), coabitação sem registro (1988) e o início às discussões sobre o casamento; a Finlândia permite o contrato civil; a Dinamarca, o contrato de parceria em que a lei diz que toda a legislação sobre matrimônio ou cônjuges deve ser incorporada nestes contratos, um dos parceiros pode adotar o filho do outro; a Alemanha permite o contrato de parceria civil no qual (os parceiros) podem mudar seu último nome, e isenção de taxas sobre herança e adoção de crianças que já estejam sob a custódia ou os filhos de um dos parceiros; na Polônia, o projeto de lei de contrato de parceria foi aprovado pela câmara alta do Parlamento (dezembro de 2004); a Holanda permite adoção, casamento (2001), contrato de parceria (1998) e coabitação sem registro (1979); Luxemburgo permite a parceria (maio de 2004) com os mesmos direitos de casais heterossexuais quanto a benefícios sociais e status fiscal; Hungria, coabitação sem registro; no Canadá o Parlamento aprovou (junho de 2005) uma lei que permite casamentos de pessoas do mesmo sexo no país⁴⁵; no Brasil um Projeto de Lei instituidor da “parceria civil registrada”, isto é, direito de união civil entre pessoas do mesmo sexo (PL 1.151/1995), de autoria da ex-deputada Marta Suplicy aguarda apreciação do Congresso Nacional.

O artigo *Pelos direitos dos gays*⁴⁶, publicado no jornal O Globo, dá uma ideia de como a memória do futuro em relação aos homossexuais está na ordem do dia, disputando um lugar. Esse artigo fala sobre a revogação nos EUA de uma lei anti-sodomita do estado do Texas que considerava crime o sexo, ainda que consensual, entre homossexuais mesmo em suas próprias casas.

Segundo o juiz Anthony Kennedy afirmou em sua sentença “O Estado não pode menosprezar sua existência (dos homossexuais) ou controlar seu destino, tornando sua conduta sexual privada um delito”. A mesma matéria traz ainda informações sobre a insatisfação dos conservadores cristãos e uma foto em que três religiosos rezam de joelhos em frente à Suprema Corte, em Washington, em protesto contra a revogação da lei. Nessa foto, diante da objetiva, os religiosos, ao mesmo tempo se colocam da maneira

⁴⁵ Fonte: Jornal O Globo de 3 de julho de 2005.

⁴⁶ O Globo, 27 de junho de 2003, página 27 – O Mundo.



como se julgam, representantes de Deus na terra em súplica aos céus, por conta de tamanha desgraça; e como gostariam de ser julgados, indignados com o fato de um pecado desse porte ser permitido legalmente.

Seguindo nessa mesma direção, o Vaticano, no dia 1º de agosto de 2003, publicou um documento de doze páginas instruindo todos os políticos e religiosos católicos a se posicionarem contra a união civil entre os homossexuais: por conta de que **“O casamento existe somente entre um homem e uma mulher... É sagrado, enquanto atos homossexuais vão contra a lei moral natural”**, e ainda considera **a homossexualidade uma “ameaça”** à sociedade (grifos nossos).

O documento “Considerações sobre as propostas de reconhecimento legal das uniões entre homossexuais”, aprovado pelo Papa João Paulo II, foi elaborado pela Congregação da Doutrina da Fé, do cardeal alemão Joseph Ratzinger (atual líder da Igreja católica) — entidade fundada no século XVI, que era conhecida como Sagrada Congregação da Universal Inquisição ou Santo Ofício⁴⁷.

O reconhecimento legal de uniões homossexuais (...) **significaria não apenas aprovar um comportamento de desvio... mas obscurecer valores básicos que pertencem à herança comum da Humanidade**”. (Grifos nossos).

“Comportamento de desvio” é como a Igreja Católica adjetiva a vida dos homossexuais (ratificando assim o fato de que vivem em pecado, destoam do ideal católico-cristão, são doentes, imorais) e, além disso, afirma ser esse comportamento uma ameaça à sociedade, no entanto, não especifica a que sociedade se está referendando. Sabe-se, por deslizamento de sentido, que essa sociedade não considera o homossexual como parte integrante dela. De forma a significar que a posição-sujeito ocupado pelo homossexual não corresponda a um lugar que faça sentido nessa região discursiva.

Por outro lado, essa mesma Igreja “reconhece”, através da *negação* ou da *afirmação* de que é pecado o ato da homossexualidade, que já não há apenas O Discurso sobre as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo.

⁴⁷ O Globo, 01 de agosto de 2003, página 28, Primeiro Caderno – O Mundo – Vaticano contra união gay.



A revista *Época* de 12 de dezembro de 2005⁴⁸, em reportagem de 3 páginas entrevista a freira Jeannine Gramick que foi condenada, em 1999, ao silêncio pelo papa Bento XVI, ainda como cardeal Joseph Ratzinger, em virtude de seu trabalho de integração de homossexuais (*gays* e *lésbicas*) à religião católica.

Em 2000, um ano depois de ter sido orientada pelo Vaticano a interromper seu trabalho, **a freira foi condenada ao silêncio pelo papa Bento XVI.** Ainda como cardeal, **Joseph Ratzinger despachou a decisão da sala da Congregação para a Doutrina da Fé, a antiga Inquisição. Ela nunca foi ouvida pelo Vaticano** e só encontrou Ratzinger graças a um acaso – um voo em comum para Munique-, depois que seu caso já havia sido julgado. (Revista *Época*, grifos nossos).

A revista relaciona a decisão tomada pelo papa aos julgamentos realizados pela Inquisição, aproximando esses fatos ao espaço de onde partiu tal deliberação: a sala da Congregação para a Doutrina da Fé, antiga Inquisição.

O fato da freira não ter sido ouvida pelo Vaticano pode significar, fazer sentido, que as questões que envolvam a integração de homossexuais devem ser da ordem do silêncio, diferentemente das que aproximam a homossexualidade à pedofilia.

Sobre isso a freira nos diz:

Época - O documento é uma tentativa de jogar a culpa dos abusos sexuais sobre os padres *gays*?

Gramick – Sim, isso fica claro na parte em que o documento diz que as normas colocadas ali ficaram mais urgentes devido à “situação atual”. **É uma alusão ao escândalo do abuso sexual cometido por alguns membros da Igreja. Ao fazer a conexão entre o abuso sexual e os homossexuais, o Vaticano está jogando a culpa do abuso apenas nos gays.** (Grifos nossos).

Época – Os abusos só foram cometidos por padres *gays*?

Gramick – Não. **Há muitos casos denunciados de meninas e mulheres que sofreram abuso sexual de padres. Mas o Vaticano não fez essa conexão escrevendo um documento sobre a admissão de heterossexuais no seminário.** Isso prova que os *gays* estão servindo de bode expiatório. (Grifos nossos).

Época – Até recentemente, o Vaticano admitia **padres gays**, desde que eles não agissem de acordo com seus desejos sexuais – o que a senhora

⁴⁸ Revista *Época*, nº 395 de 12 de dezembro de 2005 – Rompendo o silêncio – páginas 28,29 e 32.



chama de teologia do “**seja, mas não faça**”. Como a Igreja chegou a essa lógica? (Grifos nossos).

Gramick – A atual teologia sexual católica declara que atos sexuais só são moralmente bons se houver a possibilidade da procriação. Os primeiros cristãos não faziam da procriação uma condição para o comportamento sexual ético. **Esse critério foi introduzido por Santo Agostinho, nos séculos IV e V. Ele acreditava que qualquer ato de prazer precisava de uma justificativa racional para que fosse moralmente bom. Senão, apreciar aquele prazer seria pecado.** A comunidade cristã ficou amarrada a esse princípio filosófico estoico de lá para cá. (Grifos nossos).

Aqueles dizeres sobre a homossexualidade partem de uma formação discursiva heterogênea, ou seja, com características diversas, mas que convergem para um sentido hegemônico: são dizeres médicos, jurídicos, religiosos que desqualificam a homossexualidade, fazendo a manutenção de um já-dito sobre essa orientação sexual e relacionando os homossexuais à AIDS durante esse período.

As sequências discursivas retomam numa espécie de ‘corrente’ linguística, os conceitos e as verdades do século XIX dos médicos higienistas; os valores religiosos são a todo tempo rememorados, fazendo a manutenção desses sentidos (quando esse discurso afirma ser a doença uma espécie de punição pelo comportamento que ofende a Deus).

Nas equações linguísticas, que foram extraídas das SD’s analisadas, todos os sentidos sobre o homossexual e a sua sexualidade são negativos. São palavras ou expressões recorrentes na FD hegemônica.

As fotografias didatizam os sentidos sobre a AIDS e também sobre o homossexual: as fotos trazem o isolamento causado pela doença e confirmam o discurso médico sobre a epidemia.

A leitura dessas fotos é determinada pelo verbal que as acompanha: não há, portanto, possibilidade de Interpretá-las sem o auxílio do real institucionalizado, a partir dos sentidos colados aos sentidos da AIDS e da homossexualidade durante o período estudado.

As cartas não representam à Formação Discursiva hegemônica uma outra produção de sentidos sobre a AIDS e a homossexualidade.

Há alguns sinais isolados (que questionam a veracidade, por exemplo, do discurso jornalístico) durante o período dessa pesquisa, mas também não se estabelecem como



um outro sentido em relação à FD institucionalizada, oficial ou hegemônica sobre o objeto de análise.

Nas cartas, assim com nas SD's, as denominações e as fotografias contribuem para a permanência dos sentidos legitimados historicamente sobre os homossexuais e a partir da AIDS como acontecimento. Elas também colaboram para o que se construiu, através do discurso médico, sobre a relação de causalidade entre a homossexualidade e a AIDS.

O que quer dizer que, na produção de certo imaginário, está vinculada uma determinada Interpretação (em maiúscula para significar sentido específico numa formação discursiva dada).

É como se sentidos determinados se colassem nas palavras em certas condições de produção sócio-histórica, definindo o que deve ser dito daquele lugar e quem pode falar de certa posição-sujeito.

A Interpretação torna-se natural (e é da ordem do impossível que uma outra possa fazer sentido). Não há, como já disse, estranhamento ao se colar o valor (no caso, já estabilizado) de causalidade entre a homossexualidade e a AIDS: a (im)possível pergunta “como é que isso não poderia ser apenas isso?” nunca se realiza nessas condições de produção.

O discurso jornalístico tem papel fundamental nessa construção de sentido entre o homossexual e a AIDS, pois difunde, sob uma pretensa ilusão de neutralidade, veracidade, imparcialidade e objetividade, os discursos religioso e médico que sustentaram como sendo própria do homossexual e de seu estilo de vida, a responsabilidade pela doença e por sua propagação.



BIBLIOGRAFIA

ABDO, Carmita Helena Najjar. (org.). (2000). **Sexualidade e seus transtornos**. São Paulo: Lemos-Editorial.

ABREU, Caio Fernando. (2000). **Linda, uma história horrível**. In: MORICONI, Ítalo (org.). **Os cem melhores contos brasileiros do século**. Rio de Janeiro, Objetiva.

ANDRADE, Rosane de. (2002). **Fotografia e antropologia – olhares fora-dentro**. São Paulo: Estação Liberdade.

AUTHIER-REVUZ, J. (1982). **Hétérogénéité montréalaise et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours**. Em DRLAV - Revue de Linguistique.

BAKHTIN, M. (1978). **Du discours romanesque**. In: Esthétique et théorie du roman. Paris: Gallimard.

_____. (VOLOCHINOV, 1929). (1995). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 7ª ed. São Paulo: HUCITEC.

BARBOSA, Maria Regina & PARKER, Richard (orgs.) (1999). **Sexualidade pelo avesso: direitos, identidades e poder**. Rio de Janeiro: IMS/UERJ.

BARTHES, Roland. (1984). **A Câmara clara: nota sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. (2002). **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp.

CAMARGO, Ana Maria Faccioli de. (1994). **A AIDS e a sociedade contemporânea - estudos e histórias de vida**. São Paulo – Editora Letras & Letras.

CADERNOS PELA VIDA (2001): **Especial: 20 anos de AIDS**. São Paulo: Gplsp.

CHAUÍ, Marilena. (1984). 7ª ed. **Repressão sexual essa nossa (des)conhecida**. São Paulo: Brasiliense.

CLAVREUL, Jean. (1983). **A ordem médica – poder e impotência do discurso médico**. São Paulo, Brasiliense.

CLEMENTE DE SOUZA, Tânia. (1997). **Discurso e imagem: perspectiva de análise do não verbal**. Disponível em: <http://www.uff.br/mestcii/tania1.htm>.

CLEMENTE DE SOUZA, Tânia. (2001). **A análise do não-verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação**. In: Revista Rua nº 7. Campinas: Educamp.

CÓDIGO PENAL. (2005). São Paulo: Edições Vértice.



COURTINE, Jean-Jaques. (1999). **O Chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político.** In: INDURKY, Freda. (org). **Os múltiplos territórios da análise do discurso.** Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato.

CORREIA, Marilena Villela. (1998). *Sexo, Sexualidade e Diferença no Discurso Médico: Algumas reflexões* in **A Sexualidade nas Ciências Humanas.** LOYOLA, Maria Andréa (org.). Rio de Janeiro: EdUERJ, p.69-91.

COSTA, Jurandir Freire. (1999). **Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico.** Rio de Janeiro: Rocco.

_____. (1992). **A inocência e o vício – Estudos sobre a homossexualidade.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

DUBOIS, Phillippe. (1993). **O ato fotográfico.** Campinas: Papirus.

EDMUNDO, Luiz. (1938). **O Rio de Janeiro do meu tempo.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

ERIBON, Didier. (1996). **Michel Foucault e seus contemporâneos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

FELDMAN-BIANCO, Bela & LEITE, Miriam L. Moreira (orgs). 1998. **Desafios da imagem – fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais.** Campinas: Papirus.

FINK, Bruce. (1998) **O Sujeito Lacaniano - entre a linguagem e o gozo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.

FOUCAULT, Michael. (1979). **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal.

_____. (1987). **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Petrópolis: Vozes.

_____. (1988). **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Edições Graal.

_____. (1996). **A ordem do discurso.** São Paulo: Edições Loyola.

_____. (1999) **Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976).** São Paulo: Martins Fontes.

_____. (2004). **Ética, sexualidade, política.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

_____. (2005). **Arqueologia do saber.** 7ª ed. Rio de Janeiro, Forense-Universitária.

GADET, Françoise & HAK Tony (org). (1990). **Por uma análise automática do discurso; uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Campinas: Editora da Unicamp.

GALVÃO, Jane. (2000). **AIDS no Brasil: a agenda de construção de uma epidemia.** Rio de Janeiro: ABIA.



GARCIA, Othon M. (1992). **Comunicação em prosa moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

GLOSSÁRIO JURÍDICO, disponível no endereço eletrônico: <http://ospiti.peacelink.it/zumbi/org/cedeca/gloss/gl-juri.html>.

GOLDENSON, Robert M. & ANDERON, Kenneth N. (1989). **Dicionário de sexo**. São Paulo: Ática.

GRAÑA, Roberto B. (org). (1998). **Homossexualidade: formulações psicanalíticas atuais**. Porto Alegre: Artmed.

GREEN, James N. (1999). **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Editora da Unesp.

HENRY, Paul. (1992). **A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso**. Campinas: Editora da Unicamp.

HOUAISS, Antônio (2001). **Dicionário eletrônico da língua portuguesa**. São Paulo: Objetiva.

INDURSKY, Freda. (1997). **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas: Editora da Unicamp.

INDURSKY, Freda & FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs.). (1999). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Rio Grande do Sul: Editora Sagra Luzzatto.

ISAY, Richard A. (1998). **Tornar-se gay**. São Paulo: Summus.

JOLY, Martine. (1996). **Introdução à análise da imagem**. São Paulo: Papirus.

KATZ, Jonathan Ned. (1996). **A invenção da heterossexualidade**. Rio de Janeiro: Ediouro.

KOSSOY, Boris. (2002). **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial.

LIMA, Delcio Monteiro de. (1983). **Os homossexuais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

LOPES, Denilson. (2002). **O homem que amava rapazes e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Aeroplano.

LOPES, Denilson & CARVALHO, Ana Maria de Bulhões. **Uma Problemática Gay na Literatura Brasileira: Os Séculos XIX e XX**. Texto extraído da internet do endereço eletrônico: <http://www.pacc.ufrj.br/exclusoes/brasil12.html>.

LUGARINHO, Mário César. (2001: 33-40). **“Como traduzir a teoria Queer para a língua portuguesa”**. In Revista Gênero. V. 1, n.2, 1º sem. Niterói: Witeg.



MAINGUENEAU, Dominique. (1993). **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas, SP: Pontes.

_____. (1998). **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

MARIANI, Bethania (1998). **O PCB e a imprensa – os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989**. Rio de Janeiro: Revan.

_____. (1999). **Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico – A Revolução de 30**. In: INDURSKY, Freda & FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs.). Os múltiplos territórios da Análise do Discurso: Rio Grande do Sul: Editora Sagra Luzzatto.

_____. (2001). **A institucionalização da língua, história e cidadania no Brasil do século XVIII: o papel das academias literárias e da política do Marquês de Pombal**. In: História das Ideias Linguísticas – construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. ORLANDI, Eni P. (org.). Campinas: Pontes.

_____. (2005). **Para que(m) serve a psicanálise na imprensa?** Disponível em: http://www.geocities.com/gt_ad/bethania.doc

MOTT, Luiz (1987). **O lesbianismo no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto.

MOTT, Luis.(1988). **Escravidão, Homossexualismo e demonologia**. São Paulo: Ícone.

_____. (1988). **O sexo proibido: escravos, gays e virgens nas garras da Inquisição**. Campinas: Papirus.

MUSSALIN, Fernanda, BENTES, Anna Chistina (orgs.). (2003). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. V. 2. São Paulo: Cortez.

NETO, Antônio Fausto. (1999). **Comunicação e mídia impressa: Estudo sobre a AIDS**. São Paulo: Hacker Editores.

ORLANDI, Eni. (1983). **A linguagem e seu funcionamento; as formas do discurso**. São Paulo: Brasiliense.

_____. (1984: 9-27). “Segmentar ou recortar”. In **Linguística: questões e controvérsias**. Série Estudos 10. Publicação do Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba. Uberaba.

_____. (1988). **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, Editora Unicamp.

_____. (1996). **Interpretação: autoria, leitura e feitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes.

_____. (org). (1997). **Gestos de leitura – da história no discurso**. Campinas: Editora da Unicamp.

_____. (2001a). **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes.



_____. (2001b). **Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes.

_____. (2002a). **As formas do silêncio**. Campinas: Editora da Unicamp.

_____. (2002b). **Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil**. São Paulo: Cortez.

PÊCHEUX, Michel. (1995). **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp.

_____. (2002). **O discurso – Estrutura ou Acontecimento**. São Paulo: Pontes.

PINTO, Milton José. (2002). **Comunicação & Discurso: introdução à análise de discursos**. São Paulo: Hacker Editores.

PIRES DE ALMEIDA, José Ricardo. (1906). **Homossexualidade (a libertinagem no Rio de Janeiro): estudos sobre as perversões do instinto genital**. Rio de Janeiro: Laemmert.

POLLAK, Michael. (1990). **Os homossexuais e a AIDS - sociologia de uma epidemia**. São Paulo: Estação Liberdade.

RICHARDS, Jeffrey. (1993). **Sexo, desvios e danação: as minorias na Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

RIOS, Roger Raupp. (2001). **A Homossexualidade no direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

SERRANI, Silvana M. (1993). **A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição em discursividade**. Campinas: Editora da Unicamp.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo, Cultrix, 2006.

SOARES, Marcelo. (2001) **A AIDS**. São Paulo: Publifolha.

SOARES, Alexandre Sebastião Ferrari *et al.* (2015). **Discurso, resistência e...** Cascavel: Edunioeste.

SONTAG, Susan. (1984). 3 ed. **A Doença como metáfora**. São Paulo: Graal.

_____. (1989). **A AIDS e suas metáforas**. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. (2004). **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras.

SOUZA, Pedro de. (1997). **Confidências da carne**. Campinas; Editora da Unicamp.

SPENCER, Colin (1999). **Homossexualidade: uma história**. 2ed. Rio de Janeiro: Record.



TREVISAN, João Silvério. (2000) **Devassos no paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro: Editora Record.

ULLERSTAM, Dr. Lars. (1967). **As minorias eróticas**. Rio de Janeiro: Lido.

VAINFAS, Ronaldo. (1997). **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

VIVEIROS DE CASTRO, F. J. (1934). **Attentados ao pudor: estudos sobre as aberrações do instinto sexual**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos.

JORNAL:

O GLOBO de 27 de junho de 2003; 3 de julho de 2005.

FOLHA DE SÃO PAULO de 19 de junho de 2005.

REVISTA:

ÉPOCA ed. 339 de 15 de novembro de 2004; ed. 375 de 25 de julho de 2005; ed. 395 de 12 de dezembro de 2005.

MEGAZINE de 25 de outubro de 2005; de 7 de fevereiro de 2006.

